



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Administração e Finanças

Cláudia Lima Félix

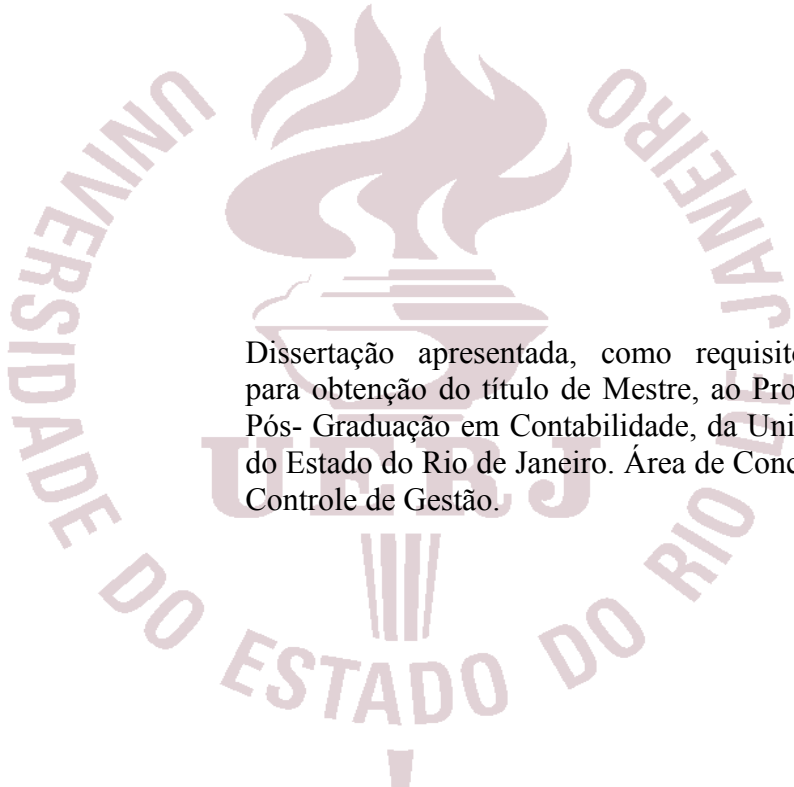
**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma
análise do grau de conhecimento que o servidor público do Município do Rio de
Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário
municipal**

Rio de Janeiro

2009

Cláudia Lima Félix

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma
análise do grau de conhecimento e compreensão que o servidor público do
Município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do
regime previdenciário municipal**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós- Graduação em Contabilidade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Controle de Gestão.

Orientador: Prof. L.D. Lino Martins da Silva

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/FAF/BIBLIOTECA MCC

F316 Félix, Cláudia Lima
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do Município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário municipal / Cláudia Lima Félix – 2009.
176 f.

Orientador: Lino Martins da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.

Bibliografia: f. 163-167.

1. Previdência Social – Teses. 2. Setor Público – Contabilidade (Informação). I. Silva, Lino Martins. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças. III. Título

CDU 352:368.4(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Cláudia Lima Félix

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma
análise do grau de conhecimento que o servidor público do Município do Rio de
Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário
municipal**

Dissertação apresenta como requisito parcial para obter do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração Controle de Gestão.

Aprovado em _____

Banca Examinadora:

Prof. L.D. Lino Martins da Silva (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. DR. Francisco José dos S. Alves
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. DR. José Francisco Ribeiro Filho
Universidade Federal de Pernambuco

Rio de Janeiro, 06 de março de 2009

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, meus heróis, que me ensinaram que trabalho, dedicação e perseverança forjam um destino.

Às minhas filhas Gabriella, Alexia e Manuella, doces sonhos de minha vida, que em momentos oportunos sabiam com um especial *mamãe te amo* afagar meu coração angustiado e reacender minha chama de esperança.

Ao meu marido Rabindranath, amigo, amor de uma vida inteira. Sem seu apoio e dedicação esta estrada teria sido mais longa e mais difícil de caminhar.

AGRADECIMENTOS

Pai Supremo, a Ti antes de tudo, agradeço humildemente a oportunidade do recomeço.

Reservo o momento final de elaboração desta dissertação para agradecer, com o coração tomado de emoção e gratidão por todos aqueles que contribuíram para a realização deste projeto de vida.

À Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, na pessoa do Professor LD Lino Martins da Silva, Controlador Geral e meu Orientador neste trabalho, a quem agradeço pela oportunidade do convívio e por poder realizar meus estudos com dedicação exclusiva.

Ao Professor DR. Francisco José dos Santos Alves, meu Co-Orientador, pelo conhecimento, amizade e dedicação com que me brindou nestes dias de academia.

E a todos os demais Professores do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Prof. Josir Simeone Gomes, Prof. Fernando Tostes, Prof. Frederico de Carvalho, Prof. Julio Sergio Cardoso, Profa. Gilcina Guimarães, Prof. Luiz as Costa Laurencel pela oportunidade do convívio acadêmico e pela transferência de conhecimentos que me enriqueceram e me proporcionaram crescimento profissional e intelectual. Mestre não é aquele que ensina, mas aquele que permite o aprendizado, indicando o caminho certo da busca. Obrigada.

Aos amigos do PREVI-RIO que me acolheram, me permitiram o convívio com tão valioso tema, e contribuíram para este trabalho com ponderações preciosas em momentos oportunos.

Aos queridos amigos alunos do Mestrado, especialmente Aline, Vânia, Eliane, Melissa, Robson e Heliton, cuja compreensão, amizade, união e parceria foram

fundamentais para a transposição vitoriosa das barreiras e dificuldades por mim defrontadas durante este nosso trajeto.

Às meninas da biblioteca do Mestrado, Fátima e Tânia, pela alegria do convívio e pelo carinho com que sempre me acolheram. Obrigada.

Aos funcionários do Mestrado por toda a dedicação e carinho com que sempre me receberam.

Aos amigos que torceram por esta vitória, obrigada.

A Rose pelo carinho e atenção dispensados às minhas filhas nestes momentos tão difíceis, meus sinceros agradecimentos.

A equipe de programação do IPLANRIO, representados por Tatiane, por terem cooperado na execução deste trabalho realizando a pesquisa eletrônica. Obrigada.

E a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, MUITO OBRIGADA!.

*“O futuro não é um lugar onde estamos indo,
mas um lugar que estamos criando.
O caminho para ele não é encontrado, mas construído
e o ato de fazê-lo muda tanto o realizador quanto o destino.”*

Antoine de Saint-Exupery

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estrutura Previdenciária Brasileira	43
FIGURA 2 – Visão parcial do sítio do PREVI-RIO	52
FIGURA 3 – Visão parcial da página de serviços do PREVI-RIO	53
FIGURA 4 – Funtivos da mensagem	57
FIGURA 5 – Estrutura da pesquisa	125

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Intenção	130
GRÁFICO 2 – Formação acadêmica X Intenção	133
GRÁFICO 3 – Facilidade de acesso às Prestações de Contas	134
GRÁFICO 4 – Contribuição da informação	137
GRÁFICO 5 – Formação X Utilidade da Informação	139
GRÁFICO 6 – Contribuição da Prestação de Contas para conhecimento da gestão	140
GRÁFICO 7 – Compreensão do Conteúdo da Informação	143
GRÁFICO 8 – Compreensão da PC	144
GRÁFICO 9 – Compreensibilidade X Lotação Funcional	145
GRÁFICO 10 – Compreende Conteúdo X Recebe/Busca	146
GRÁFICO 11 – Compreensão das fontes de recursos	150
GRÁFICO 12 – Informação deveria ser recebida	150
GRÁFICO 13 – DVA de fácil compreensão	151
GRÁFICO 14 – Fonte de custeio previdenciário	153
GRÁFICO 15 – Conhecimento da situação financeira e patrimonial	154

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação entre expressão e conteúdo	57
QUADRO 2 – Normas Contábeis	74
QUADRO 3 – NBCASP	75
QUADRO 4 – Demonstração de Variação Patrimonial	97
QUADRO 5 – Modelo de Demonstração de Valor Adicionado	100
QUADRO 6 – Frequência da variável Intenção segundo distribuição por grupos	128
QUADRO 7 – Frequência dos Respondentes X Tipo de Informação	129
QUADRO 8 – Formação Acadêmica X Recebe/ busca informação	132

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Fatores Individuais	120
TABELA 2 – Variáveis de acessibilidade das informações	121
TABELA 3 – Variáveis de utilidade das informações	122
TABELA 4 – Variáveis de compreensibilidade das informações	123
TABELA 5 - Variáveis relacionadas ‘a compreensibilidade da DVA	123
TABELA 6 – Variáveis relacionadas ao conhecimento	124
TABELA 7 – Perfil sócio-funcional	126
TABELA 8 – Acesso	130
TABELA 9 – Associação Recebe/Busca informação X Tipo de Informação	130
TABELA 10 - Idade X Aposentadorias e Pensões	131
TABELA 11 – Teste de Correlação entre Idade X Aposentadorias e pensões	132
TABELA 12 – Associação entre Q23 e Q10	135
TABELA 13 – Frequência da Dimensão Utilidade da Informação	136
TABELA 14 – Utilidade/Intenção	137
TABELA 15 – Utilidade da Informação X Formação Acadêmica	138
TABELA 16 – Formação Acadêmica X Utilidade	138
TABELA 17 – Distribuição de Frequência para Q16 e Q22	143
TABELA 18 – Associação entre Conteúdo X Recebe/busca	147
TABELA 19 – Compreensibilidade de Termos Contábeis	147
TABELA 20 – Compreensão da DVA	149
TABELA 21 – Conhecimento	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira de Companhias Abertas
AMEX	American Express
APIMEC Nacional	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN	Banco Central do Brasil
CAP	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CETRIO	Companhia de Engenharia de Tráfego
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGM	Controladoria Geral do Município
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRAA	Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial
DVA	Demonstração de Valor Agregado
DVP	Demonstração de Variação Patrimonial
EC	Emenda Constitucional
EMV	Empresa Municipal de Vigilância
EnAPG	Encontro de Administração Pública e Governança
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FPJ	Fundação Parques e Jardins
FUNPREVI	Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
GEO-RIO	Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro
GBP	Gabinete do Prefeito
HTML	Hypertext Markup Language
IAPB	Instituto de Assistência e Previdência dos Bancários
IAPC	Instituto de Assistência e Previdência dos Comerciantes

IAPI	Instituto de Assistência e Previdência dos Profissionais da Indústria
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IASB	International Accounting Standards Board
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ID	Identificação Digital
IFAC	International Federation of Accountants
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social.
IPP	Instituto Pereira Passos
IPLANRIO	Empresa Municipal de Informática
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
LC	Lei Complementar
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MULTIRIO	Empresa de Múltiplos da Prefeitura do Rio de Janeiro
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PGM	Procuradoria Geral do Município
PLANETÁRIO	Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro
PREVI-RIO	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
RCP	Regime Complementar de Previdência
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIOLUZ	Companhia Municipal de Energia e Iluminação da Cidade do Rio de Janeiro
RIOZOO	Fundação Jardim Zoológico do Município do Rio de Janeiro

RIOURBE	Empresa Municipal de Urbanização
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SEDREPAHC	Secretaria Extraordinária de Patrimônio Cultural
SMA	Secretaria Municipal de Administração
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMG	Secretaria Municipal de Governo
SMO	Secretaria Municipal de Obras
SMPD	Secretaria Municipal de Proteção ao Deficiente
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SMTR	Secretaria Municipal de Transporte
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SRF	Secretaria da Receita Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TAC	Teoria do Agir Comunicativo
TCMRJ	Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
UE	União Européia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Problema	21
1.2	Justificativa	22
1.3	Delimitação da pesquisa	24
1.4	Estrutura do Trabalho	25
2	REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1	Introdução	26
2.2	Sistema de seguridade social	26
2.2.1	<u>A Seguridade no Mundo</u>	27
2.2.2	<u>A Seguridade no Brasil</u>	33
2.2.3	<u>Previdência Social</u>	39
2.2.3.1	Custeio dos regimes previdenciários	43
2.2.4	<u>O regime previdenciário do servidor público – RPPS</u>	45
2.2.5	<u>O controle da previdência</u>	47
2.2.6	<u>O Sistema de Previdência do Município do Rio de Janeiro</u>	49
2.3	A Contabilidade como um processo de comunicação	54
2.3.1	<u>Processo Comunicacional</u>	54
2.3.1.1	Teoria dos Signos	54
2.3.1.2	Teoria da Comunicação	58
2.3.1.3	Teoria do Agir Comunicativo	63
2.3.2	<u>A Comunicação Contábil</u>	71
2.3.2.1	Quanto à codificação	83
2.3.2.2	Quanto à divulgação das informações	86
2.3.2.2.1	Canal	87
2.3.2.2.2	A evidenciação	89
2.4	<u>As informações geradas do sistema previdenciário</u>	92
2.4.1	Dos demonstrativos contábeis	93
3	METODOLOGIA	99
3.1	<u>Tipologias da Pesquisa</u>	101
3.1.1	Quanto à finalidade	101
3.1.2	Quanto aos objetivos	101
3.1.3	Quanto ao processo	103
3.1.4	Quanto à lógica	104
3.1.5	Quanto aos resultados	106
3.2	<u>Método de levantamento dos dados</u>	107
3.2.1	Da análise dos dados	109
3.3	<u>Hipóteses</u>	110
3.4	<u>Objetivo</u>	111
3.5	<u>População e amostra</u>	112
3.6	<u>Definições operacionais adotadas</u>	115
3.6.1	Quanto aos atributos	115
3.6.2	Quanto às relações entre as variáveis	117
3.6.3	Quanto à unidade de medida	117
3.6.3.1	Técnicas de análise escalar	118
3.6.3.1.1	Escala de Likert	119

3.6.4	Fatores Individuais	119
3.6.5	Constructos	120
3.6.5.1	Transparência	121
3.6.5.1.1	Acessibilidade	121
3.6.5.1.2	Utilidade	122
3.6.5.2	Compreensibilidade	122
3.6.5.3	Nível de Conhecimento	124
3.7	<u>Tratamento dos dados</u>	124
4	DESCRIPÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	125
4.1	<u>Caracterização da amostra – Perfil Funcional</u>	125
4.2	<u>Constructos</u>	127
4.2.1	Objetivo Específico 1 – Transparência	127
4.2.1.1	Acessibilidade	127
4.2.1.2	Utilidade	135
4.2.2	Objetivo Específico 2 - Compreensibilidade	141
4.2.2.1	Das informações geradas pelo regime previdenciário	142
4.2.2.2	Das informações propostas na DVA	149
4.2.3	Objetivo Específico 3 – Nível de Conhecimento	152
5	Considerações Finais	156
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
	APÊNDICE- Questionário	168
	NOTAS	174

RESUMO

FÉLIX, Cláudia Lima. *REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do Município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário municipal*. Brasil. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Em função dos problemas vivenciados na seguridade social ao longo da história os governos promoveram reformas estruturais com o objetivo de equacionar estes problemas e promover o equilíbrio das contas públicas. A seguridade social brasileira foi modulada em um sistema multipilar congregando uma previdência pública para cobertura de trabalhadores do setor privado (RGPS), uma previdência complementar (RPC) e uma previdência do setor público (RPPS). O RPPS é uma previdência de filiação obrigatória e contribuição compulsória, não permitindo aos seus contribuintes argüirem sua adesão, sendo um questionamento impraticável enquanto houver um vínculo empregatício. A compreensão do funcionamento do regime previdenciário ao qual está vinculado, suas obrigações e direitos enquanto contribuinte e beneficiário, apresenta-se de vital importância para a aquiescência de sua participação, assim como também a sua co-responsabilidade na gestão dos recursos aportados ao sistema. Neste contexto, este estudo teve como objetivo avaliar, por meio da realização de uma pesquisa de natureza descritiva e com adoção do método quantitativo para tratamento dos dados, se as informações contábeis geradas pelo regime previdenciário municipal são úteis ao processo decisório desta última classe de segurados previdenciários, os servidores públicos municipais. Os resultados obtidos evidenciaram que o servidor municipal demonstra um baixo interesse em obter informações previdenciárias principalmente financeiras e contábeis. Este baixo interesse advém de dois fatores: dificuldade de acesso (65% dos respondentes) e pouco conhecimento de temas relacionados tema tais como fontes de custeio e aplicação dos recursos (62%). O baixo interesse dos servidores públicos em obter informações quanto ao PREVI-RIO/FUNPREVI concede ao gestor do sistema liberdade para decidir os rumos que devem ser tomados para a instituição previdenciária. O servidor público precisa tomar conhecimento quanto aos resultados de gestão do sistema previdenciário e para isto são necessárias duas ações: de um lado uma intenção de agir do próprio servidor, tomando para si a responsabilidade pelos rumos do sistema. Do outro lado uma intenção pró-ativa dos responsáveis pela gestão e pela elaboração de informações a serem disponibilizadas para este segmento de usuário.

Palavras-chave: Previdência Social. Regime Próprio de Previdência. Qualidade da Informação.

ABSTRACT

In light of the problems experienced in social security throughout history governments promoted structural reforms aiming to solve these problems and promote the balance of public accounts. The Brazilian social security system was graded on a multipillar together for a public pension coverage of workers in the private sector (RGPS), a supplementary pension (PRC) and a social security system for public sector's employees (RPPS). The RPPS is a scheme of compulsory membership and compulsory contribution, not allowing its contributors argue its membership, and a question there as unworkable a job. The understanding of the functioning of the pension to which it is bound, its obligations and rights as a taxpayer and beneficiary, is of vital importance for the acquiescence of their participation, as well as its co-responsibility in the management of resources contributed to the system. In this context, this study was to evaluate, through the execution of a search of a descriptive and quantitative method for adoption of data processing, if the accounting information generated by the public pension system is useful for making the latter class of insured security, the public sector's employees. The results showed that the local server has a low interest in obtaining information primarily financial and pension accounting. This low interest is due to two factors: difficulty of access (65% of respondents) and little knowledge of issues related issue such as funding sources and application of resources (62%). The low interest of public officials to obtain information about the PREVI-RIO/FUNPREVI grants the freedom of the system manager to decide the direction to be taken to a welfare institution. The server must make public the results of knowledge management and the pension system are needed for this two actions: one part of an intention to do the server itself, taking for himself the responsibility for the direction of the system. Across a proactive intention of those responsible for management and for preparing information to be available for this segment of the user.

Keywords: Social Security. Social security system for public sector's employees. Accountability Information.

1. INTRODUÇÃO

Previdência significa ter visão de futuro. Significa ter estratégia e poupar no presente para usufruir quando a idade ou a saúde não mais permitir a vida laboral. Essa a lógica que norteou e norteia a composição dos sistemas previdenciários.

A primeira ideia de associação previdenciária pode ser atribuída às famílias, onde as gerações mais novas garantiam proteção e amparo a seus idosos ou doentes. O crescimento dos mercados e o deslocamento da força trabalho alteraram a estrutura familiar, acarretando a necessidade de criação de alternativas de proteção social. Assim, trabalhadores com interesses afins constituíam organizações sociais em que as relações se restringiam a cooperação financeira mútua para atendimento de necessidades pecuniárias em momentos de infortúnio.

No Brasil essas associações eram denominadas, inicialmente, montepios e em geral tinham por finalidade a transmissão, à data de falecimento do sócio, de uma pensão pagável a viúva ou a um beneficiário designado em testamento. Posteriormente foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAPs, regulamentadas pela Lei Eloy Chaves, em 1923, financiadas por empregados, empregadores e governo com a finalidade de pagamento de aposentadorias por invalidez ou por tempo de contribuição, pensões por morte e, ainda, assistência médica. Mais tarde surgiram os IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social até chegar ao atual INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.

A previdência social brasileira é formada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime Complementar de Previdência (RCP). Este modelo de composição segrega os trabalhadores entre setor privado e setor público e está definido na Constituição Federal de 1988.

O RGPS e o RPPS são as previdências obrigatórias de trabalhadores públicos e privados. Sendo obrigatórias, tem filiação e contribuição compulsórias, e não permitem aos seus contribuintes arguirm sua adesão, sendo um questionamento impraticável enquanto houver um vínculo empregatício. Neste aspecto, a compreensão do funcionamento do regime previdenciário ao qual está atrelado, assim como suas obrigações e direitos enquanto

contribuinte e beneficiário, apresenta-se de vital importância para a aquiescência de sua participação, assim como também a sua co-responsabilidade na gestão dos recursos aportados ao sistema.

Os controles dos recursos previdenciários assim como o equilíbrio das contas públicas sempre estiveram relacionados. E a participação do setor público no desequilíbrio previdenciário tem sido a grande preocupação de especialistas e pesquisadores em todos os tempos, o que fez surgir uma série de regulamentos e normas com o intuito de buscar a estabilidade do sistema.

A edição da Emenda Constitucional 20/98 (EC 20/98) representa um marco em todo esse processo de busca do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário nacional. Antes da EC 20/98, no entanto, foi promulgada a Lei nº 9.717/98 que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, alicerçada nos fundamentos da seguridade social estabelecida na Constituição de 1988. Assim, mesmo antes da alteração constitucional efetuada pela EC 20/98 outro regramento jurídico já definia a atuação dos RPPS e delineava sua forma de composição, direitos e obrigações.

Posteriormente aos diplomas legais citados o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) editou a Portaria nº 4.992/99 com o objetivo de definir a aplicabilidade da Lei nº 9.717/98. Em 2003 o MPAS editou a Portaria nº 916/03 com a finalidade de instituir o Plano de Contas, o Manual de Contas, os Demonstrativos e as Normas de Procedimentos Contábeis a serem adotados pelos regimes previdenciários próprios.

Outro dispositivo legal editado pelo governo federal com o objetivo de assegurar a transparência das ações dos gestores públicos, com regras específicas para os recursos previdenciários foi a Lei Complementar nº101 de 2001 (LC). Esta LC estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; os instrumentos de transparência da gestão fiscal (os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; **as prestações de contas** e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; **e as versões simplificadas desses documentos**). Estabelece, ainda, a participação popular e realização de audiências públicas

como forma de garantir a transparência da gestão pública. Quanto ao controle dos recursos previdenciários, a LC define que as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos (**grifei**).

Assim, observa-se que muitas são as normas legais que disciplinam o funcionamento dos regimes previdenciários dos servidores públicos, visando o controle financeiro e atuarial dos recursos captados e geridos, assim como a transparência das ações dos gestores através da divulgação de resultados e participação popular.

Controles financeiros e atuariais adequados permitem que os relatórios econômico-financeiros e relatórios gerenciais elaborados e divulgados pela entidade sejam fidedignos, promovendo o conhecimento da organização e o conseqüente processo de tomada de decisão destes usuários. Isto é possível porque a contabilidade tem como objetivo principal identificar, mensurar e revelar aos usuários das informações contábeis, através dos vários relatórios que constrói a posição econômico-financeira de uma organização em dado momento, assim como viabilizar a projeção desta mesma organização em cenários futuros.

As informações reveladas, ou evidenciadas, devem estar supridas de elementos capazes de assegurar o entendimento dos fenômenos macroeconômicos ocorridos nas organizações, e a utilidade destas no processo de conhecimento e tomadas de decisão.

A função da contabilidade, enquanto sistema de informações, é captar, registrar e interpretar fatos administrativos a partir de um banco de dados, a fim de que esses dados possam ser processados e transformados em informações úteis, satisfatoriamente acessíveis a todos os seus usuários, sejam eles internos ou externos (MOREIRA e VASCONCELOS, 1997, p. 23).

O processo de evidenciação das informações contábeis denota a comunicabilidade dessas informações. A contabilidade é, então, um processo de comunicação entre organização e usuário. Para que a comunicação flua entre seus vários atores é necessário que o processo comunicativo seja pleno e sem ruídos. Para tanto é necessário que tal informação seja revestida de características que lhe atribuam qualidades como confiabilidade, compreensibilidade, relevância e comparabilidade, que caso não sejam observadas, podem tornar a informação inócua, inoportuna, sem valor (ATHAYDE, 2002, p.71).

Informações qualitativas são aquelas capazes de modificar e influenciar o conhecimento de seu usuário, afetando suas decisões. Segundo o Pronunciamento

Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)ⁱ – Pronunciamento 00, que definiu a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas são preparadas e apresentadas para a utilização por

[...] usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. [...] Objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral e não tem o propósito de atender finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

Da definição acima se depreende que o foco dos demonstrativos contábeis deve ser o usuário externo em geral, não se limitando a acionistas e administradores. Outro destaque é dado à utilidade da informação. A utilidade está diretamente relacionada às necessidades do usuário. Para que sejam úteis devem revestir-se de atributos, ou qualidades, capazes de agregar valor e validade à informação reduzindo as incertezas de seus usuários. Para o CPC as qualidades necessárias à informação contábeis são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. Estas características afetam diretamente a percepção dos usuários e estão intrinsecamente relacionadas.

Pereira *et al* (2008, p.2) atribuem à compreensibilidade a característica mais importante da informação contábil no processo de evidenciação. Para os autores:

Mesmo que todos os procedimentos para captar/transmitir uma informação verídica e relevante sejam realizados e o receptor não compreender o que está sendo transmitido, a comunicação não foi bem sucedida e conseqüentemente o objetivo do processo decisório e da Contabilidade não foram alcançados.

A evidenciação é uma etapa da Contabilidade que consiste em expor o produto final “a informação”, obtida através de todo o processo de mensuração, avaliação e controle dos fatos ocorridos em uma entidade, com a finalidade de assessorar o usuário da informação contábil na tomada de decisão.

Neste contexto torna-se imperioso analisar o impacto da comunicação no processo de evidenciação das demonstrações contábeis junto a seus usuários.

1.1. Problema

O controle e avaliação da gestão devem ser exercidos internamente pelo órgão de controle interno e externamente pelos Tribunais de Contas de cada ente federado. O servidor público pode realizar o controle através da participação nos conselhos fiscal e de administração, quando estabelecido em regulamento próprio, e através análise de relatórios gerenciais.

A obrigatoriedade da prestação de contas das informações gerenciais pelo regime previdenciário não representa garantia de acessibilidade e compreensão destas informações por parte do servidor público.

Considerando estudos que revelem o grau e acessibilidade e compreensibilidade das informações contábeis ainda são muito escassos e aqueles que são realizados primam por analisar os impactos sobre usuários externos e, considerando a relevância das informações contábeis no processo de controle e evidenciação dos recursos previdenciários, o presente estudo busca resposta para o seguinte questionamento:

Qual a percepção do servidor público a respeito da qualidade das informações gerenciais que lhe são fornecidas pelos gestores de seu regime previdenciário?

1.2. Justificativa

Acredita-se existir entre os servidores públicos um grande desconhecimento em relação às informações gerenciais prestadas pelos gestores do RPPS. Este entendimento baseia-se em duas fontes. Primeiramente em informações coletadas junto ao PREVI-RIO a respeito da participação dos servidores municipais nas três últimas eleições ocorridas para o Conselho de Administração da entidade previdenciária a qual pertencem, onde estes têm direito a escolha de quatro representantes diretos. Para um contingente em torno de 122 mil segurados, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, em 2004 o total de votos girou em torno de 4000, em 2006, algo em torno de 2500 votos e, em 2008 o total de votos apurados foi de 8179. Esses números representam pouco mais de 3% de votantes na primeira eleição, 2% na segunda e de 6,7% na terceira eleição. Importante destacar que nas duas primeiras eleições os servidores deveriam se dirigir a um local de votação e depositar seu voto em uma urna. A terceira eleição contou com a divulgação via carta, enviada a todos os segurados. Estes recebiam uma senha eletrônica para votação pela *internet*. Ocorre que apenas algo em torno de 15% dos servidores municipais (19.000) tem acesso à internet em seus locais de trabalho, com conta de identificação digital (ID) segundo dados da empresa IPLANRIO (Empresa Municipal de Informática.). Destes, 50% são empregados públicos, não sendo segurados do regime dos servidores públicos e, portanto não sendo eleitores.

A segunda fonte que orienta o entendimento do pouco conhecimento dos servidores públicos em relação às informações previdenciárias é uma pesquisa realizada por Lima (2006) em Pernambuco como requisito para o grau de mestre. A autora investigou sobre o acesso e a compreensão dos servidores frente às informações gerenciais dos municípios do Estado de Pernambuco referente aos regimes previdenciários dos servidores públicos. A pesquisa revelou que existe uma falta de acesso e compreensão às informações da previdência pública e que esta tanto pode ser reflexo do desinteresse do servidor, como também do não cumprimento por parte dos gestores dos RPPS dos atos normativos que os obrigam a dar transparência aos atos de gestão. Um dos achados revela que os servidores não compreendem critérios básicos relativos à sua previdência, tais como a quem cabe a atual responsabilidade dos pagamentos de suas aposentadorias. A pesquisa não buscou saber se o sistema previdenciário de Pernambuco disponibiliza informações a seus segurados. Mas ainda que esta ação esteja ocorrendo fica evidente que não está atingindo seu objetivo.

Estas evidências indicam que existe uma ampla desinformação por parte dos segurados dos regimes previdenciários públicos, acarretando pouco interesse pelos atos de gestão. No entanto o patrimônio previdenciário, apesar de sua característica pública, constitui-se de recursos que visam atender a interesses particulares na medida em que representa uma poupança do trabalhador para atendimento de suas necessidades futuras quando da diminuição de suas atividades laborais.

O ente gestor dos recursos previdenciários ao prestar contas atende a transparência dos atos da administração pública, mas mais que isso, oferece ao servidor a possibilidade de acompanhamento da gestão de parte de seus recursos atribuídos ao regime previdenciário, através da popularização de informações financeiras e gerenciais úteis e confiáveis.

Outro aspecto que deve ser considerado assenta-se na importância que os recursos previdenciários têm no equilíbrio das contas públicas. A qualidade das informações prestadas pelos gestores dos recursos pode favorecer a análise da situação econômica e financeira do sistema e ações e o entendimento, por parte do contribuinte, quanto a ações necessárias para o equilíbrio do sistema.

Dessa forma, avaliar a percepção do servidor público quanto à qualidade das informações disponibilizadas pelo órgão previdenciário, especialmente informações

econômico-financeiras; o acesso a estas informações por parte dos contribuintes-segurados; e na importância que estes atribuem a estas informações, poderá indicar se as exigências legais para prestação de contas atendem não somente aos interesses dos organismos reguladores, mas também aos interesses dos cidadãos-contribuintes, oferecendo propostas para melhorias no sistema.

1.3. Delimitação da pesquisa

Esta pesquisa foi delimitada nos seguintes aspectos:

- a) O objeto de pesquisa vinculou-se ao universo de servidores públicos municipais ativos e aposentados na ativa, segurados do regime próprio dos servidores, portadores de uma conta de identificação digital pertencente ao sistema corporativo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Por esta razão a população de respondentes foi reduzida a 7,4% do universo de servidores públicos municipais.
- b) A amostra coletada está limitada ao número de acessos à página da pesquisa na *Intranet* e na *Internet* que contém o questionário da pesquisa.
- c) A avaliação da qualidade da informação se restringiu às seguintes características: transparência, compreensibilidade, e nível de conhecimento.
- d) O período de pesquisa foi coincidente com a mudança de governo municipal e período de férias de verão tradicionalmente utilizado no país. Estes fatores sócio-políticos exerceram forte influência sobre os resultados. Foi constatado através do controle de emissão da pesquisa que muitos retornavam com a informação de que o servidor estava em período de férias e, portanto, ausente do trabalho.
- e) A abordagem realizada sobre o sistema previdenciário do servidor público não envolveu os aspectos de elegibilidade e aposentação estabelecidos pela reforma previdenciária implementada pela EC 20/98 e que são considerados como impactantes nas contas dos regimes previdenciários.
- f) Não foram discutidas as normas regulamentadoras das prestações de contas dos regimes próprios definidos pela Lei n. 9717/98 e Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.4. Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado da seguinte forma:

Capítulo 1 - é apresentada uma contextualização e definição do problema da pesquisa, o objetivo e hipóteses a serem testadas, estabelecendo justificativa do estudo.

Capítulo 2 - é apresentada a fundamentação teórica na qual busca-se sustentar a pesquisa realizada. Este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira discute-se a Previdência Social, seus modelos de gestão e controle e a Previdência dos Servidores Públicos. Na segunda seção é apresentada a temática da comunicabilidade da informação contábil, alicerçada em duas subseções: Estruturação da Comunicação; e A comunicação Contábil.

Capítulo 3 - contém a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo empírico. É formulada com o objetivo de viabilizar o entendimento do modelo de atuação para apuração dos dados pesquisados.

Capítulo 4 - é realizada a análise dos dados coletados na pesquisa de campo e apresentados os resultados obtidos.

Capítulo 5 - apresenta as considerações finais do trabalho e sugestões para novas pesquisas.

2. RERECENCIAL TEÓRICO

O que desejaria eu aos jovens de minha Pátria, consagrados à ciência?

Antes de tudo constância. Nunca posso falar sem emoção sobre essa importante condição para o trabalho científico. Constância, constância e constância! Desde o início de seus trabalhos habituem-se a uma rigorosa constância na acumulação do conhecimento.

(I. Pavlov).

2.1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste capítulo é construir um referencial teórico que permita compreender a importância da comunicação contábil para usuários externos, especialmente aqueles que, sendo financiadores compulsórios de um sistema previdenciário, necessitam conhecer os resultados obtidos pelas instituições administradoras deste patrimônio que é público por suas características sociais, mas que pertencem a uma parcela específica de trabalhadores e em seu nome é gerenciado. Neste sentido, este capítulo subdivide-se para permitir um debate teórico sobre o Sistema Previdenciário e sobre o processo comunicacional contábil.

2.2. SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL

Previdência social tem sido um tema de elevada relevância no mundo, sendo foco de intenso debate nos meios governamentais em função de seu impacto na ordenação econômica e social em todos os países. O modelo tradicional de gestão dos recursos previdenciários tem demonstrado ser frágil ao longo do tempo e tem sido associado às crises econômicas como uma das causas da crise fiscal dos Estados. Os problemas vão desde a escolha do método de captação e redistribuição dos recursos até a ineficiência, incapacidade, imperícia técnica, ou mesmo dolo de seus gestores e colaboradores. Nas palavras de Schwarzer (1999, p. 29) a gestão da previdência é “pouco técnica, arbitrária e intransparente”. Desta forma faz-se mister uma avaliação do comportamento dos segurados previdenciários em relação a responsabilidade na gestão dos recursos, transparência e prestação de contas dos regimes próprios de previdência em vigência no país após a edição da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998.

Analisar a previdência sob este ângulo requer a priori uma análise do processo de securitização social por que passou a humanidade, assim como o entendimento basilar da previdência social enquanto elemento de um sistema mais complexo e completo de resguardo das necessidades dos trabalhadores, ou seja, o sistema de seguridade social, além de conhecer o usuário deste sistema.

2.2.1. A Seguridade no Mundo

A seguridade social é um sistema de proteção e assistência ao cidadão garantido pelo Estado e por entidades privadas com o objetivo de promover o bem-estar social. Fundamenta-se na solidariedade e na redistribuição de renda, implementadas por meio de ações de assistência social, assistência a saúde e previdência.

A doutrina ensina que a preocupação com a segurança e a estabilidade está atrelada a própria existência humana, o que remonta aos primeiros homens e a organização em grupos para obtenção de alimentos e segurança do grupo. “A previdência é uma decorrência da necessidade atávica que o homem possui de se preocupar com o porvir, com o amanhã (BORGES, 2007, p. 23)”. Essas primeiras associações, precárias no que concerne à ideia de universalidade e solidariedade, princípios vigorantes da previdência social, baseavam-se simplesmente no instinto de sobrevivência e não podem ser tidas como embrião dos sistemas de proteção social, mas certamente representaram a preocupação dos homens da época com sua segurança e de seus grupos.

Os primeiros registros de proteção e ajuda aos desvalidos são encontrados na Idade Antiga onde as sociedades com algum nível de organização procuravam mecanismos de proteção para garantir a sobrevivência dos trabalhadores em seus infortúnios. São dessa época o *Código de Hamurabi*, o *Código de Manu* e a *Lei das Doze Tábuas*. Esses tinham característica de assistência caritativa e objetivavam a garantia da dignidade humana através da assistência mútua dos indivíduos ou de grupos de indivíduo que atuavam sem qualquer mediação estatal.

A evolução das sociedades fez surgir novas formas de trabalho e, com isso, novas relações sociais. O homem que antes trabalhava a terra e produzia para o seu sustento e de sua família, busca novas formas de produção de bens e serviços fazendo surgir os artesãos,

os soldados, os marinheiros, os mineiros, pequenos produtores, dentre outros. O êxodo do campo provocou o inchaço nas cidades. Esses novos profissionais não contavam com o apoio do Estado para o atendimento de suas necessidades sociais, mas com a ajuda mútua entre os desassistidos organizados em núcleos familiares ou em grupos sociais. Isso os levou a constituir organizações sociais, formadas por grupos com interesses afins, onde cada um contribuía com uma parcela de sacrifício financeiro para a formação de um fundo assistencial que lhe atendesse em momentos de adversidade. Essas associações denominadas *sodalitia*, *collegia* e *guildas* não tinham um caráter universalista, ou seja, a proteção se dava a aqueles que contribuía.

Os trabalhadores que desempenhavam uma atividade laboral conseguiam se manter neste novo modelo de vida. Porém, horas intermináveis de trabalho, péssimas condições de higiene e segurança minavam suas forças e, na impossibilidade de desempenhar alguma atividade laboral e quando ainda não mortos, eram demitidos por seus patrões burgueses, restando-lhes a injustiça, a miséria e privações. Para minimizar essas condições os proletários formavam grupos onde a colaboração mútua de seus associados permitia a formação de fundos com objetivos bem específicos de assistência social como auxílio funeral, aquisição de medicamentos ou proteção às viúvas. Desses fundos participavam apenas os trabalhadores que dispunham de melhores salários. Além disso, estes não eram organizados com regras claras e definidas, acarretando dificuldades de gerenciamento e decadência. O Estado, por seu turno, era ineficiente e contemplativo.

Existia, ainda, uma parcela da população que não conseguia trabalho, o que acarretava uma vida de mendicância e pobreza. Este fato agrediu a sociedade da época a tal ponto que motivou a coroa inglesa, governada pela Rainha Elizabeth, a editar uma lei de assistência social denominada Lei dos Pobres (*Poor Relief Act*) em 1601, através da qual foi instituído um pagamento assistencial a ser feito àqueles que não tivessem condições mínimas de sustento, como uma tentativa de minorar o flagelo social. Este passou a ser o momento da história onde efetivamente o Estado iniciou sua participação na seguridade social através do assistencialismo.

A Igreja Católica teve papel relevante na ajuda aos desvalidos. Ações de caridade por ela coordenadas arrecadavam recursos junto aos mais abastados para a constituição de fundos que objetivavam a capacitação de pobres, mulheres e menores; doação de

medicamentos e alimentos aos desvalidos, além de amparo e proteção. Sua participação neste processo era percebida tanto pelo Estado quanto pela sociedade, o que contribuiu para mudança de posição de alguns governantes em função do sentimento de obrigação divina de proteção e amparo ao próximo. A doutrina ensina que a Lei dos Pobres editada na Inglaterra foi uma iniciativa da Coroa sob forte influência religiosa e representou o marco do regramento jurídico da seguridade social.

Com o advento da Revolução Industrial as relações de trabalho ficaram mais afetadas. As associações foram fundamentais para o movimento de luta pelos interesses dos trabalhadores que organizados, reivindicavam melhores condições de trabalho e garantias sociais. O clamor das ruas obrigou o Estado a sair do ostracismo em função das graves consequências políticas que surgiam. Então, em uma tentativa de “calar as ruas”, conter o ímpeto do movimento socialista que surgia calcado em ideais marxistas, e unificar o Estado com o apoio dos trabalhadores urbanos, intervém nos meios produtivos e começa a assumir a proteção dos trabalhadores com o estabelecimento de direitos aceitos como sociais, e a destinação de recursos próprios para a concessão de assistência social e previdência.

O ideário marxista, na verdade, consolidou um processo em que os trabalhadores não mais aceitavam os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, responsáveis diretas pelo número absurdo de acidentes de invalidez, morte e envelhecimento precoce, capítulo final de sua capacidade laboral, que os relegaria à miséria e à marginalidade (BORGES, 2007, p. 28).

O Papa Leão XIII, preocupado com o alcance das medidas editadas pelo Estado para solucionar os problemas dos cidadãos e o equilíbrio social de correntes da Revolução Industrial, manifestou a solidariedade da Igreja com população desvalida através da encíclica “Rerum Novarum” publicada em 1891. Esta encíclica visava difundir a Doutrina Social Católica e os princípios de liberdade, solidariedade e justiça, além de defender a utilização de recursos públicos no combate ao desemprego e ao desenvolvimento econômico.

O novo período de estruturação das relações trabalhistas promovidas entre Estado e associações e sindicatos trabalhistas teve como marco o Plano Bismarck, editado em 1883 primeiro ministro Von Bismarck, na Alemanha. O plano representou a institucionalização da seguridade social no mundo ao estabelecer algumas medidas obrigatórias de proteção social como seguro doença, seguro acidentes de trabalho, seguro invalidez e velhice e

seguro específico de condições de trabalho. O plano previa como fonte de recursos a contribuição compulsória de empresas e empregados e o pagamento de benefícios a trabalhadores inválidos ou àqueles que sobreviviam além da idade de 70 anos.

A partir do Plano Bismarck o conceito de proteção social ganha nova dimensão e se propaga em outros países que não desejavam ficar a reboque dos acontecimentos. Assim, Inglaterra e Suécia, entre outros, editaram normas que possibilitaram o surgimento da seguridade social.

A Inglaterra, em 1908, instituiu um sistema assistencialista que objetivava beneficiar apenas pessoas com mais de 70 anos, e cuja fonte de recursos era o orçamento público. Três anos depois, em 1911, esse país criava o seguro-desemprego, ainda com recursos públicos. Somente em 1925, o regime passa a ser contributivo, com a participação de empregados no financiamento do sistema.

Em 1913, a Suécia adotou um sistema universal de previdência, com previsão para aposentadoria por idade e por invalidez. O sistema era financiado com recursos fiscais. A partir de 1960 o sistema passou a ser contributivo, e foi adotado um regime complementar, com financiamento através da contribuição dos segurados.

Importa destacar que neste período da história os sistemas de proteção e assistência instituídos eram financiados, na grande maioria, com recursos públicos, o que acarretou forte impacto negativo na economia estatal. O poder financeiro do Estado teve como consequência a ingerência deste sobre os recursos e sobre os serviços prestados. Em função da assimetria de responsabilidade e direitos predominante entre Estado e sociedade não existia uma relação obrigacional efetiva. As regras estabelecidas objetivavam pacificar os conflitos existentes à época e, ao Estado cabia o direito de determinar onde, como e para quem seriam disponibilizados os benefícios de proteção e assistência definidos.

Pode-se caracterizar a assistência social da época pela inexistência de um vínculo obrigacional entre o ente assistente e o assistido, podendo sempre o primeiro pautar-se licitamente por critérios de conveniência e oportunidade quanto ao cumprimento da prestação, podendo limitar ou ampliar o socorro definido, quanto a intensidade, qualidade e aos sujeitos abrangidos (PEREIRA JR, 2004, p. 8).

Os princípios de solidariedade e proteção mútua preconizados pelos movimentos associativos e sindicalistas motivaram a iniciativa privada a dar um passo em direção à construção de um modelo de previdência social privado financiado pelos próprios trabalhadores ou pelos donos do capital. A primeira experiência deu-se com a American Express (AMEX). Como incentivo aos pretensos cocheiros de suas diligências o empregador oferecia um plano de previdência para cobertura de acidentes de trabalho e para garantia de suas famílias. A partir da iniciativa da AMEX vários modelos de previdência foram instituídos e se difundiram pelo mundo.

No século XX os direitos humanos começavam a se internacionalizar assim como os princípios de seguridade social. O bem-estar da sociedade passa a ser preocupação de pensadores como Keynes, Marx, Hengel, Beveridge e outros. Estudos são apresentados por estes pensadores com o objetivo de demonstrar e incentivar maior participação do Estado na redistribuição de renda, na proteção aos trabalhadores e aos meios de produção.

O movimento de bem-estar social ganhou força com o fim da Primeira Guerra Mundial. A grave crise política, econômica e social que se abateu sobre as nações fortaleceu os ideais socialistas e a luta operária por melhores condições de trabalho e renda. Somados ao resultado de reflexões éticas e econômicas sobre o custo humano da revolução industrial, estes ideais motivaram a construção de uma legislação internacional trabalhista que abarcasse princípios humanitários, trabalhistas e econômicos.

Assim, em 1919, com base nos termos do Tratado de Versalhesⁱⁱ, a Liga das Nações (atual ONU), instituiu a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entidade cuja finalidade é atuar em todos os países uniformizando e aperfeiçoando as legislações vigentes., fixando princípios programáticos ou regras imperativas de determinado ramo do conhecimento humano, sobretudo Direito do Trabalho e Previdência Social. Seus objetivos são: a paz universal, a justiça social e melhores condições de trabalho.

Como conseqüências das ações da OIT, nos Estados Unidos o Presidente Roosevelt em 1935 editou uma lei de proteção social aos trabalhadores denominada *Social Security Act* (Lei da Seguridade Social).

A partir deste ponto, a seguridade social passou a ser entendida como um conjunto de medidas que deveriam agregar, no mínimo, os seguros sociais e a assistência social, que deveriam ser organizadas e coordenadas publicamente, visando atender o desenvolvimento

de toda a população, e não só os trabalhadores, haveria o compromisso do Estado democrático com um nível de vida minimamente digno aos seus cidadãos (PEREIRA JR, 2004, p. 10).

A Inglaterra foi outro país a repensar seu sistema previdenciário. Com base nas ideias intervencionistas de Keynes e nos acordos estabelecidos pelo Tratado de Versalles, o governo inglês solicitou ao economista e ex-colaborador de Keynes, Lord William Beveridge, um estudo que conjugasse estes temas. Assim, em 1946, Beveridge “propôs um amplo sistema de proteção ao cidadão, chamado Sistema Universal de Luta Contra a Pobreza (BORGES, 2007, p. 31)”. Esse autor argumenta que com esse sistema a previdência social foi universalizada, ou seja, a proteção social passou a atender a todos os cidadãos e não apenas aos trabalhadores, assim como foi estabelecido um amplo atendimento à saúde e um sistema de proteção ao desemprego.

Outros momentos importantes para a seguridade social no mundo foram a Declaração Universal dos Direitos Humanos formulada em 1948 e a constitucionalização dos direitos previdenciários e securitários iniciados por países como México e Alemanha, assegurando a positivação dos direitos fundamentais do homem e garantindo isonomia a todos os indivíduos.

A partir desse ponto, a seguridade social passou a ser entendida como um conjunto de medidas que deveriam agregar, no mínimo, os seguros sociais e a assistência social, que deveriam ser organizadas e coordenadas publicamente, visando atender o desenvolvimento de toda a população, e não só os trabalhadores, haveria o compromisso do Estado democrático com um nível de vida minimamente digno aos seus cidadãos (PEREIRA JR, 2004, p.11).

Com o estabelecimento do bem-estar social como meta das nações, a seguridade social se diversificou e expandiu, adotando como base os modelos de seguridade desenvolvidos nas épocas precedentes, a saber: modelo Bismarckiano e modelo Beveridgeano.

O modelo Bismarckiano predominou por quase todo o século XX. Seu princípio fundamenta-se na lógica meritória onde cada indivíduo para ter direito aos benefícios assistenciais e previdenciários deve contribuir para o sistema. Desta forma parte da população composta por desempregados e incapacitados para a vida laboral são excluídos da proteção social. Como custeio o modelo prevê a contribuição de empregados, empregadores e Estado.

O modelo Beveridgeano é um sistema baseado nos direitos da pessoa humana. Para tanto prevê a universalização da proteção social, independentemente de contribuição do trabalhador. O Estado é o mantenedor do sistema e tem como fonte de recursos a receitas de tributos em geral. Segundo este modelo a proteção ao indivíduo deve ser do berço ao túmulo e a esta deve ser garantida por uma renda mínima que permita uma vida digna.

Estes modelos de seguridade ainda hoje encontram solo para se desenvolverem. Porém alguns países europeus e americanos aderiram ao programa de transferência de renda como uma garantia mínima à dignidade humana. Dentre os países que adotam este sistema estão França, Portugal, Espanha, Alemanha e Suécia.

As regras da seguridade, conforme foi demonstrado ao longo deste estudo, são frutos da maturidade e do consenso sóciopolítico da sociedade. Desta forma em função das crises econômicas por que vem passando o mundo; das mudanças demográficas verificadas; e da necessidade de manutenção de um mínimo de garantia social para os cidadãos, a seguridade tem sido um tema de grande preocupação, principalmente na questão das fontes de recursos, controle dos gastos e equilíbrio atuarial. Em função destes paradigmas atualmente muitos modelos de seguridade social adotados no mundo seguem proposta formulada pelo Banco Mundial (BIRD) de um sistema multipilar de controle e gestão, fundamentado em um pilar básico, obrigatório, gerenciado pelo Governo; um segundo pilar, também obrigatório, gerenciado pelo setor privado, capitalizado para fins de poupança, e um terceiro pilar, de adesão voluntária.

2.2.2. A Seguridade no Brasil

No Brasil o modelo de seguridade foi iniciado ainda no período colonial e eram realizados através de programas promovidos pela Igreja, pela Coroa Portuguesa e por associação de leigos católicos, que por meio das Santas Casas de Misericórdia e das Ordens Terceiras ofereciam assistência à população carente sem exigir contraprestação do beneficiário.

Somente em 1824 é que oficialmente o Estado iniciou sua participação no auxílio aos desvalidos com a instituição de socorros públicos previstos na Primeira Constituição do

país. Desta forma observa-se que a preocupação com a seguridade social é uma questão positivada desde a instauração do governo português em solo brasileiro.

Os montepios foram as primeiras formas de seguro previdenciário. Eram formados por grupos de trabalhadores que se associavam e contribuía para um fundo, com o objetivo de pagamento de pensão a um beneficiário indicado pelo associado, no momento de seu infortúnio. O primeiro destes fundos mutualistas denominou-se Montepio Geral dos Servidores do Estado, criado em 1835.

Se o conceito de proteção estatal teve origem, tanto no Brasil como no resto do mundo, em práticas filantrópicas, por certo que o sistema previdenciário brasileiro teve seu marco inicial fincado no serviço público. Prova disso é que, no final do século XIX, os funcionários públicos já organizavam caixas de socorros mútuos dotadas das características de securidade e contributividade. Um bom exemplo desse processo foi a Associação Geral de auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil, criada em fins de 1883 (BORGES, 2007, p. 36).

Na esteira da Estrada de Ferro vieram os Empregados dos Correios a qual garantia aposentadoria por invalidez ou por tempo de serviço para seus mutuários; e os Servidores Públicos e Magistrados para quem era assegurada a aposentadoria integral.

A Carta Constitucional de 1891 introduziu na legislação brasileira um seguro para os servidores em caso de invalidez a serviço da nação, sendo este seguro denominado *aposentadoria*.

A doutrina ensina que a previdência social para ser instalada no Brasil sofreu severas críticas e muitos empecilhos criados por grupos oligárquicos que comandavam o país. Contudo os movimentos associativos e os sindicatos conseguiram fazer valer os princípios sociais preconizados no Tratado de Versalhes. Como consequência, em 1919 foi promulgada uma lei que tinha como propósito regular as indenizações por acidente de trabalho.

Em 1923, com a edição do decreto nº 4.682, de 24 de janeiro, a previdência social tem seu marco legal. A lei conhecida como Eloy Chaves, criou o sistema de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's), financiadas de forma tripartite, pelos empregados, empresas e governo, com a concessão de benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (por tempo de serviço), pensão por morte e assistência médica. A

primeira CAP criada sob os auspícios de Eloy Chaves foi a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários.

Com Vargas, a previdência social passou a ser organizada segundo as categorias profissionais existentes. Considerado o *pai dos pobres*, Vargas criou um Estado Paternalista para proteger todos aqueles que estivessem fora do mercado de trabalho ou excluídos da sociedade organizada. As CAPs transformam-se em IAPs (Instituto de Aposentadorias e Pensões) e acresceram benefícios aos trabalhadores estabelecendo proteção a estes, à gestante, ao idoso e ao inválido. Estes institutos eram custeados por contribuições obrigatórias dos empregados, dos empregadores e da sociedade. O texto constitucional de 1937 assim especificava:

- I. instituição de seguros de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidentes de trabalho;
- II. as associações de trabalhadores tem o dever de prestar aos seus associados auxílio ou assistência, referentes às práticas administrativas ou judiciais relativas ao seguro de acidentes de trabalho e aos seguros sociais.

Os institutos de aposentadoria eram organizados segundo as categorias profissionais. Assim, para os profissionais da indústria foi criado o IAPI; para os bancários o IAPB; para os comerciários o IAPC, e assim sucessivamente. Devido ao poder associativo e financeiro de alguns IAP e a pressão de alguns setores preocupados com os rumos destes institutos, estes passaram a ter suas atividades sob controle estatal e, subordinados ao Ministério do Trabalho, porém com gestão própria. Os recursos dos IAPs eram financiados segundo o regime de capitalização, o que lhes garantia estabilidade financeira e equilíbrio atuarial.

Ainda sob os ares que sopravam do continente europeu e que disseminavam a cultura da sociedade do bem-estar, o governo brasileiro positivou os direitos dos trabalhadores e tutelou as organizações sindicais através da consolidação de todas as leis sociais e trabalhistas vigentes. Era editada a Consolidação das Leis Trabalhistas com o objetivo de regular as relações individuais e coletivas do trabalho.

Com efeito, na Consolidação das Leis do Trabalho - (CLT) foram introduzidos todos os ensinamentos do que na época se considerava a fórmula moral e técnica do trabalhismo, a *Rerum Novarum*, que abarcou, também, o emprego como forma de dignidade das relações patronais e empregatícias, na edificação de um desenvolvimento tecnicamente forte (SCANTIMBURGO, 2008, s.n.).

A análise histórica dos fatos revela que o Brasil, um país jovem se comparado aos demais, usufruiu das experiências dos países mais velhos e, em um período de vinte anos, de Eloi Chaves em 1923 até a CLT em 1943, elaborou leis que representaram um avanço em termos sociais, fazendo com que fossem comentadas, e até reproduzida por alguns países.

Na década de 1960 os IAPs foram unificados pelo Estado e seu recursos carreados para os cofres estatais. O governo, então, criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) com o objetivo de substituir os antigos institutos e ampliar a cobertura do sistema. Até então os benefícios concedidos pelos IAPs centravam-se na reposição de renda aos seus contribuintes, ou seus dependentes, em função da perda da capacidade laboral ou por idade ou por invalidez. O Estado absorveu o controle e gestão do sistema. Contudo, esse controle não garantiu a mesma qualidade e eficiência alcançada pelos antigos institutos. Borges (2007, p. 40) analisa este momento com o seguinte comentário:

Com esse encaminhamento, a previdência brasileira, sob o argumento do controle e da segurança estatal, começou a perder seu rumo, pois todos os recursos dos institutos unificados foram carreados para o Tesouro Nacional, confundindo-se com o orçamento governamental, sobre o qual trabalhadores, aposentados e pensionistas não possuíam e não possuem nenhuma ascendência.

Este modelo de gestão sofreu graves crises estruturais e de gerenciamento que acarretaram o empobrecimento do sistema. Malversação dos recursos, clientelismo, paternalismo, falta de profissionalismo e de qualificação técnica são algumas das críticas que são formuladas. Este cenário perdurou por longa data, passando por alterações e ajustes.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, como denominada por alguns doutrinadores, a seguridade social foi consagrada como um direito social onde é assegurado o direito a saúde, ao trabalho, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Calcada no princípio da solidariedade universal, a seguridade deve ser financiada por toda a sociedade, de forma direta ou indireta, cabendo ao Estado sua organização com o objetivo de assegurar:

- I- universalidade da cobertura e do atendimento;
- II- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III- seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

- IV- irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V- equidade na forma de participação no custeio;
- VI- diversidade da base de financiamento;
- VII- caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

A Seguridade Social estabelecida constitucionalmente foi regulamentada pela Lei nº. 8.212, de 24.07.91, com o objetivo de agregar todas as ações e projetos de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos fundamentais da pessoa humana. Neste contexto, é formada por um conjunto de programas e benefícios que têm por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis a sua manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

O modelo de seguridade social implementado pela Constituição Federal de 1988 certamente trouxe ganhos sociais significativos. Contudo, do ponto de vista do equilíbrio financeiro e atuarial o sistema sofreu fortes impactos negativos. A Constituição ampliou, Por exemplo, a cobertura da previdência social aos trabalhadores rurais equiparando-os aos trabalhadores urbanos, e reduziu a contagem de tempo para aposentadoria. O benefício de redução de tempo de serviço também foi estendido ao professores do ensino fundamental e médio.

Outra alteração impactante ocorrida foi a mudança implementada no setor público com a unificação do regime funcional único. A alteração da condição de celetista para estatutário aumentou os gastos com o pagamento de aposentadorias uma vez que a esta classe de trabalhadores eram concedidos alguns benefícios que elevavam o valor de seus proventos de inatividade.

Todas estas mudanças, no entanto, não ocorreram após um período de provisionamento de recursos que sustentasse o incremento da despesa. Tampouco demonstram refletir decisões calcadas em estudos de viabilidade técnica e atuarial.

Por um período de dez anos após a promulgação da Carta Magna as alterações promovidas e seus reflexos nas contas públicas foram percebidos e avaliados. Os arranjos estruturais não conseguiram dar sustentação ao sistema previdenciário público. Questões como crescimento demográfico; grau de cobertura do sistema; idade ideal para aposentação; e custeio entre outros foram, e são, fatores não solucionados e que continuam requerendo estudos que ajudam amenizar seus impactos sobre a economia.

Motivados por estes fatores novos rearranjos foram propostos para o sistema previdenciário nacional. Estes foram praticados a partir da promulgação da Lei Geral de Previdência do Setor Público (Lei nº 9.717/98), e da Emenda Constitucional 20/98 e Emenda Constitucional 47/05. Estas normas legais introduziram mudanças estruturais, como a obrigatoriedade de instituição da previdência dos servidores públicos desvinculada do RGPS; a sistemática de avaliação atuarial inicial e em cada balanço; a mudança de critério de concessão de aposentação passando de anos de serviço para anos de contribuição; mudanças nas regras dos cálculos do valor dos benefícios, entre outros.

Com base nas garantias securitárias, o sistema encontra-se segregado em previdência e seguridade. A seguridade engloba ações de assistência social e saúde. Por este motivo seu grupo de beneficiários é mais abrangente, devendo ser prestada a todos que dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social. São objetivos da assistência social:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Alinhado com o modelo Beveridgeano e como parte das ações para garantia de uma renda mínima aos necessitados o governo Lula, a partir de 2005, instituiu através de lei um Programa de Renda Básica de Cidadania, a ser pago a todos os cidadãos brasileiros independentemente do status econômico, social e cultural de cada indivíduo. Desta forma,

mulheres, homens, crianças e idosos deverão receber individualmente uma renda mensal. Esta iniciativa alinha as ações governamentais brasileiras aos princípios de bem-estar vigentes no mundo. A respeito da renda mínima manifesta-se Leonardo Boff (1994, p. 20):

Não obstante as dificuldades de sua implantação, também no aspecto psicossocial, importa considerá-lo como um benefício em razão da dignidade da vida, benefício que se somaria aos já existentes como o atendimento médico, a seguridade social, a aposentadoria, o acesso ao ensino gratuito em todos os níveis etc.

O programa de assistencialismo, no entanto, não deve ser compreendido como a solução para o bem-estar da população mais carente, uma vez que não visa a emancipação econômica do indivíduo, mas sua dependência permanente. Este programa tem sido criticado por Frei Betoⁱⁱⁱ (2008, si) que não visualiza uma “porta de saída” emancipatória, e para quem o programa deveria ter um caráter mais educativo, de promoção cidadã. “É preciso que os beneficiários produzam sua própria renda, sem depender do poder público nem correr o risco de retornar à miséria”.

Esta é uma visão importante e que tem impacto direto sobre os recursos a seguridade social. Programas de transferência de renda sem contrapartida do beneficiário podem incentivar a acomodação do indivíduo e, no longo prazo, ampliar o déficit fiscal do governo.

Também a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

As reformas promovidas consolidaram o novo modelo aplicado ao setor público e reafirmou a necessidade de ações voltadas ao equilíbrio atuarial e financeiro do sistema previdenciário nacional. Desta forma, a partir das reformas vivenciadas o Brasil dispõe de um sistema multipilar composto por uma previdência própria, uma previdência pública e uma previdência complementar.

2.2.3. Previdência Social

A previdência social é um seguro social devido pelo Estado, ou por entidades privadas constituídas para este fim, aos trabalhadores quando da perda de sua capacidade

laborativa, como contraprestação das contribuições vertidas por estes aos sistemas previdenciários aos quais sejam filiados.

A garantia à proteção está vinculada à capacidade contributiva do indivíduo. Desta forma, ainda que sem capacidade laborativa, mas mantendo a capacidade contributiva, o trabalhador faz jus ao recebimento do benefício previdenciário. Este é um dos pontos cruciais para o estabelecimento da segregação do sistema previdenciário conforme anteriormente exposto. Pautado nesta diferenciação quanto a forma de custeio é que alguns estudiosos do tema argumentam quanto a necessidade de segregação dos recursos destinados à cobertura de benefícios previdenciários daqueles destinados à assistência social, por exemplo.

Uma breve análise desta questão permite identificar o equívoco que tem sido, ao longo dos anos, a gestão dos recursos da previdência social pública estar a cargo de um órgão central, com gestão única dos recursos destinados tanto à seguridade quanto à previdência.

Se for realizada uma retrospectiva do modelo inicial de estruturação dos programas de previdência social, ver-se-á que estes são oriundos do esforço financeiro individual de cada contribuinte, caracterizado como uma poupança de longo prazo, cujo controle e gestão foram transferidos a outrem. Nesta sequência de ideias pode-se atribuir ao Estado o papel de gestor e não proprietário destes recursos. Esta configuração revela que a necessidade da participação dos trabalhadores, ou de seus representantes, na administração destes recursos.

A partir do momento em que o Estado chamou para si a responsabilidade pela arrecadação e aplicação dos recursos previdenciários, e determinou sua aplicação em outras finalidades que não a de reposição de renda por perda da capacidade laborativa (de construção de casas próprias à construção de Brasília) iniciou-se o processo de desestruturação das finanças previdenciárias. As contribuições compulsórias não eram destinadas a um fundo previdenciário específico, mas compunham a grande base orçamentária com a qual o Estado promovia o desenvolvimento nacional.

Durante muito tempo o modelo de gestão adotado no país foi considerado ideal uma vez que a base contributiva era grande, enquanto a parcela de indivíduos assistidos era

pequena, e isto garantia os recursos necessários à prestação de serviços com larga folga financeira. Uma visão míope dos governantes não lhes permitiu projetar o comportamento da sociedade no longo prazo.

O perfil da sociedade moderna alterou o processo de constituição familiar, com impacto direto sobre o comportamento demográfico. Além disto, o país segue uma tendência mundial de envelhecimento populacional, resultado do aumento da expectativa de vida promovido pelos avanços sociais conquistados pela sociedade. O crescimento negativo da sociedade transfere a cada ano para o mercado de trabalho menos contribuintes, promovendo uma reversão da pirâmide contributiva. Em contrapartida a sociedade envelhece e como a expectativa de vida tem aumentado, serão mais beneficiários a cada ano.

Aliado ao cenário anterior está a alteração do perfil profissional do trabalhador. O grau de informalidade no mercado de trabalho cresce a cada ano, se revelando uma tendência nos modelos de relação de trabalho. A informalidade tem impacto negativo no montante de contribuições arrecadadas, alterando o equilíbrio financeiro do atual sistema de custeio.

Análise realizada por Silva (2004, p.1) reforça esta visão: “as baixas taxas de crescimento econômico, com queda da arrecadação previdenciária, combinadas com o aumento da longevidade da população têm conduzido ao crescimento desproporcional do universo de beneficiários inativos em face dos contribuintes em atividade”.

Este é um quadro que não retrata apenas a situação nacional; o mundo passa por graves questões relacionadas à demografia e gestão dos recursos. Para tentar solucionar estes entraves socioeconômicos e políticos muitos projetos de reforma previdenciária foram produzidos mundo afora. Alguns destes projetos foram radicais (Chile e China), outros modelaram sistemas com dupla ou tripla forma de financiamento (Argentina, França, Alemanha). Outros ainda buscaram ajustes internos como redução de gastos, dilatação de prazos de concessão e contribuição.

Para fins de reflexão quanto ao estabelecimento de um modelo totalmente privado e capitalizado analisa-se o caso do Chile. Este país durante o governo Pinochet deu uma

guinada radical em seu modelo previdenciário, partindo de um sistema público e com financiamento baseado na repartição dos recursos arrecadados, regime denominado de repartição simples, para um sistema privado, capitalizado e com contribuição compulsória. Esse modelo entrou em colapso em função da baixa adesão de seus trabalhadores e das dificuldades enfrentadas por estes para amealhar o necessário com vistas a manutenção de uma renda mínima. Esclareça-se que naquele país existe algo em torno de seis grandes empresas que administram o sistema previdenciário privado, cada uma com características e exigências próprias. Estes fatos provocaram uma reação do atual governo da socialista Michelle Bachelet e, a partir de meados de 2008, a população chilena passou a contar com uma pensão básica universal financiada pelo Tesouro chileno. Além disso, os aposentados maiores de sessenta e cinco anos que não conseguiram garantir uma aposentadoria mínima de acordo com os padrões definidos por aquele governo, receberão um “aporte previdenciário solidário” para complementar a renda básica.

A experiência de mais de vinte e sete anos comprovou que não basta a um regime previdenciário a decisão de adotar este ou aquele modelo de gestão e financiamento. Existem externalidades aos sistemas que devem ser avaliadas e controladas para que o modelo selecionado obtenha sucesso. Entre estas externalidades encontram-se o nível de emprego e renda e questões demográficas.

Os modelos de gerenciamento definem a forma como o sistema previdenciário será estruturado. Se de forma única, totalmente privado ou totalmente público; ou mediante combinação de regime público e privado. O sistema totalmente público tem o Estado como patrocinador integral dos benefícios pagos. No sistema privado e capitalizado os beneficiários são aqueles que contribuem para o sistema, sendo restituído a cada rum segundo sua capacidade contributiva. No sistema misto pode coexistir um sistema público básico custeado com recursos de empregados e empregadores, gerido pelo Estado associado a um sistema complementar que pode ser aberto ou fechado, ou mesmo aberto e fechado. Este modelo múltiplo é denominado *sistema multipilar* ou *sistema do tripé*.

Importante ressaltar que modelos servem para orientar caminhos e não para determinarem ações. Desta forma a implantação de modelos gerenciais devem estar de acordo com as estratégias de governo, mas também com o perfil socioeconômico de um povo. As reflexões de Najberg e Ikeda (2008, p. 10) reforçam esta visão.

Os modelos de previdência foram desenhados com base em modelos de longo prazo. Originalmente públicos, tendo por fundamento projeções tanto demográficas quanto econômicas que acabaram por não se verificar, esses sistemas têm apresentado gastos crescentes, induzindo um conjunto expressivo de países a reformarem suas respectivas previdências. Não há um modelo único e ideal que sirva como padrão universal. É necessário avaliar cuidadosamente o regime vigente, as especificidades institucionais, políticas e sociais de cada país, bem como o momento em que se pretende implantar a reforma.

A Figura 1 demonstra a estrutura do modelo de previdência brasileiro estabelecido após a edição da Emenda Constitucional nº. 20/98 (EC20/98) que congrega três modelos de gestão. Uma previdência básica. Geral, administrada pelo Estado - Regime Geral de Previdência Social – RGPS; Uma previdência complementar - Regime de Previdência Complementar – RPC; e um regime próprio para os servidores públicos civis e militares - Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Este modelo observa a proposta formulada pelo BIRD, o qual vislumbra o equilíbrio das contas nacionais, sem descontinuidade dos programas de assistência mínima à sociedade.

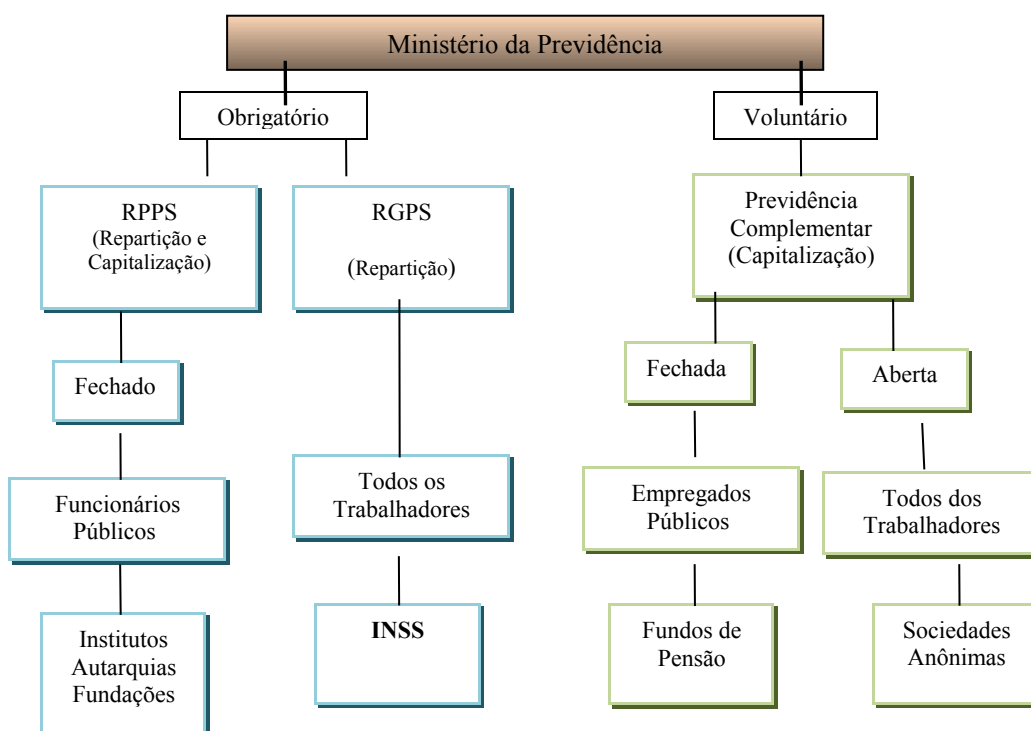


FIGURA 1 – Estrutura Previdenciária Brasileira

2.2.3.1. Custeio dos regimes previdenciários

O modelo de gestão define a forma de custeio do regime previdenciário que poderá basear-se no princípio de capitalização ou no de repartição. A doutrina apresenta o Regime de Repartição Simples, o Regime de Capitalização, e o Regime de Repartição de Cobertura como formas de financiamento dos recursos.

- I. Repartição Simples, ou de Repartição de Capitais, é a forma de custeio em que, a cada período, as receitas de contribuição vertidas pelos atuais empregadores e empregados ativos são utilizadas para cobertura dos benefícios securitários pagos aos inativos e pensionistas. Significa dizer que é necessário haver uma relação entre a base contributiva e a beneficiária para que ocorra equilíbrio entre as contas uma vez que não existe um tratamento provisional dos recursos visando o atendimento das gerações futuras. Neste cenário a expectativa demográfica tem forte influencia uma vez que a base de entrantes no sistema deve ser compatível com a base de benefícios concedidos. Contudo, as alterações ocorridas nos padrões familiares, com taxa decrescente de natalidade, e as variações de longo prazo nas taxas de empregabilidade têm revelado que este modelo não se sustentará por muito tempo. Estes, aliás, têm sido um dos grandes motivadores das reformas previdenciárias havidas.
- II. Regime de Repartição de Cobertura é o regime no qual as contribuições de empregados e empregadores em determinado período são destinadas à constituição de reservas matemáticas para o pagamento de benefícios futuros decorrentes de eventos ocorridos no mesmo período. Em geral este modelo de custeio é utilizado para cobertura de benefícios de risco tais como invalidez e pensão por morte. Nestes casos são feitas reservas técnicas com vista a patrocinar estes eventos. Normalmente são adotados em conjunto com o Regime de Repartição Simples ou com o Regime Capitalizado.
- III. Regime de Capitalização é o regime através do qual as contribuições de empregados e empregadores são capitalizadas em um fundo específico, mediante estudos atuariais, com vistas ao pagamento de benefícios futuros. Este modelo não permite a transferência inter ou intrageracionais verificadas nos outros modelos. Isto, teoricamente, viabiliza o equilíbrio atuarial e

financeiro do sistema, sendo que este equilíbrio depende ainda da gestão dos recursos por seus administradores.

Tafner (2007, p.51) analisando a estrutura dos modelos de custeio entendem que há enorme diversidade de arranjos institucionais, indicando não haver determinismo entre modelos e sistemas. Esta percepção pode ser obtida quando da análise, por exemplo, dos modelos de custeio dos RPPS onde estes podem ser capitalizados ou não e até misto, com parte financiada pelos tesouros e, neste caso, de repartição e parte financiada por contribuições capitalizadas. Este o modelo da previdência adotada no município do Rio de Janeiro.

Esses autores consideram que, no entanto,

[...] é razoável admitir-se que, em sistemas de capitalização (*funded*), há preponderância do setor privado e, nessa medida e como contrapartida, o papel do governo é majoritariamente regulatório (como é o caso da Austrália, do Chile, do México, entre outros) e, em alguns casos, também como garantidor de renda mínima àqueles desprovidos de qualquer rendimento ou estrutura de apoio. Já em sistemas de repartição (*unfunded* ou *pay-as-you-go*), a presença do Estado é massiva como operador do sistema. Há, no entanto, diversas manifestações empíricas em que, além de operador, o Estado age como regulador, seja porque um segundo pilar é privado e complementar (como no Brasil, por exemplo, e em diversos outros países), seja porque o sistema permite concorrência entre agentes privados e o próprio Estado (o caso da Argentina se assemelha a essa situação).

Em função das características dos sistemas de custeio, aquele que melhor permite o controle das contribuições previdenciárias é o Regime de Capitalização. Isto por que a norma legal determina que nestes o contribuinte seja identificado com uma conta individual onde sejam registrados todos os movimentos das contribuições realizadas.

A estrutura brasileira de custeio segue o padrão definido pela doutrina: Repartição Simples para o RGPS; Regime de Capitalização para a Previdência Complementar (Fundos Públicos ou Privados). Os RPPS adotam um ou outro modelo.

II.2.4. O regime previdenciário do servidor público - RPPS

O RPPS é uma inovação do sistema previdenciário nacional, introduzida através da Lei nº 9.717, de 27/11/98, fundamentada no art. 149 da Constituição Federal, que estabeleceu que cada unidade da federação contivesse apenas um regime previdenciário, incluindo todos os servidores do executivo, legislativo e judiciário. Este modelo de gestão

previdenciário foi ratificado e teve suas regras de elegibilidade e aposentação definidos pelas EC nº 20 em 1998 e EC nº 41/03.

Os segurados dos regimes próprios e seus dependentes fazem jus a benefícios previdenciários nas seguintes condições:

- i. Quando aposentados por invalidez permanente;
- ii. Quando aposentados compulsoriamente, após 70 anos;
- iii. Quando aposentados voluntariamente, mediante implemento de condições necessárias à obtenção deste benefício legal;
- iv. Quando pensionista assim reconhecido o direito quando do falecimento do segurado.

No Brasil, são geridos por entidades públicas constituídas na forma de sociedades civis ou fundações (pessoas jurídicas de direito público), instituídas com o objetivo de operar planos de benefícios de caráter previdenciário.

Os RPPS congregam todos servidores públicos estatutários, exceto os servidores públicos federais para os quais ainda não foi constituído, têm caráter contributivo e filiação obrigatória nos termos do artigo 40 da CF/88, com as alterações introduzidas pelas EC nº 20/98 e EC nº 47/05:

Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

Com o estabelecimento da previdência própria dos servidores o Estado desejou confirmar a segregação que existe entre trabalhadores públicos e privados e, com isto, a segregar a responsabilidade pelo custeio e administração dos dois grupos, Na prática esta situação não ocorre uma vez que é verificada a existência de regime próprio em que seus trabalhadores contribuem para o regime geral, representando o regime próprio apenas uma forma de administração e controle dos segurados do sistema. Outro objetivo da reforma previdenciária verificada foi a obrigatoriedade de segregação dos recursos destinados a cobertura de benefícios assistenciais dos benefícios previdenciários e a definição da capitalização das contribuições dos novos regimes.

Estes parecem ser os primeiros passos para a privatização da previdência do setor público que, ao estabelecer esta segregação de cobertura, define a ação do Estado enquanto provedor e garantidor das necessidades básicas dos trabalhadores da iniciativa privada através da assistência e saúde, e transfere para os trabalhadores públicos a responsabilidade pela formação do patrimônio previdenciário próprio para garantias futuras, sob controle estatal. Assim, uma vez identificados os recursos e seus beneficiários tornar-se-á mais fácil a transferência da gestão dos recursos previdenciários públicos para as entidades de previdência privada.

Esta, no entanto, pode ser uma meia verdade. A gestão dos recursos previdenciários dos servidores representa uma fonte de receita orçamentária de relevante dimensão. Enquanto o trabalhador da iniciativa privada dispõe de um “teto” contributivo, os servidores públicos contribuem sobre o total de suas remunerações. Este montante de recursos tecnicamente tem sido utilizado pelos gestores públicos como fonte de financiamento de ações governamentais e, perder esta fonte, não parece ser o objetivo.

Esta percepção pode ser questionada com o argumento de que a atual legislação estabelece a segregação do patrimônio das entidades de previdência e que seus recursos têm administração e controle próprios. No entanto não é possível esquecer que o legislador ao definir as regras de funcionamento dos regimes próprios, o fez definindo-o como um fundo de natureza contábil. E como tal, sem autonomia administrativa e financeira. Autonomia esta que estava prevista no art. 6º da lei nº 9.717/98 e que foi retirado por força da uma medida provisória. A este respeito se manifesta Borges (2007, p.145) com o entendimento de que a alteração legal constitui verdadeira descaracterização do espírito da norma e dos pressupostos previdenciários.

Desse modo nos parece bastante concreta a possibilidade de que um administrador público, na primeira dificuldade de caixa que tiver, sinta-se tentado a lançar mãos dos recursos alocados no fundo Previdenciário ou mesmo no Regime Próprio.

Por isso, é fundamental que a legislação que institui o Fundo ou disponha sobre o Regime Próprio de Previdência, determine não só a segregação desse Fundo do tesouro estatal, mediante adoção de conta distinta da do tesouro, como requisitado pelo inc. II do mencionado art. 6., mas também que se lhe dê a autonomia necessária constituindo, no mínimo, uma estrutura técnico-administrativa nos moldes preceituados pelo inciso suprimido.

Uma vantagem clara da segregação imposta pela lei é a possibilidade de controle da gestão dos recursos a ser exercida individualmente por cada servidor a partir do conhecimento dos montantes individuais contribuídos. Para isto, no entanto, deve haver uma preocupação anterior do gestor com a forma de evidenciação desta informação e com o seu instrumento de revelação.

II.2.5. O controle da previdência

A nova sistemática de gestão dos RPPS implantada pela Lei nº 9.717/98 trouxe avanços importantes para a organização e funcionamento destes, os quais devem ser organizados com base nas normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial. Assim, devem ser observados, dentre outros:

- i. realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;
- ii. financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes;
- iii. as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas;
- iv. cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;
- v. **pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;**
- vi. **registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;**

vii. identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos (grifei).

A análise do texto legal reforça o entendimento até aqui verificado de que o equilíbrio dos regimes é fundamental para a manutenção dos benefícios previdenciários, haja vista a imposição legal de constituição do regime próprio com base em princípios de atuária e o comprometimento das receitas de contribuição exclusivamente com o pagamento de benefícios previdenciários, ou seja, aposentadorias e pensões.

A análise do texto demonstra a preocupação do legislador com a *accountability* na gestão dos recursos previdenciários, sendo esta identificada através da responsabilidade, transparência e controle. Frise-se que a responsabilidade foi estendida aos segurados na medida de sua participação nos órgãos deliberativos diretamente ou por seus prepostos.

No tocante à transparência esta foi vislumbrada pelo estabelecimento do pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e através da obrigatoriedade de individualização das contribuições de cada servidor e dos entes estatais evidenciada através das demonstrações contábeis, significando que a cada um destes deve ser dado o direito de conhecer o saldo de suas contribuições.

Quanto ao controle a lei definiu a obrigação dos gestores em identificar e consolidar em demonstrativos financeiros e orçamentários todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos.

A Emenda Constitucional editada posteriormente à Lei nº 9.717/98 estabeleceu as normas para constituição dos regimes próprios, ratificando as regras então vigentes. Quanto ao conjunto de normas voltadas à gestão e controle, estas foram posteriormente suplementadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece um conjunto de normas no campo das finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Dentre estas normas encontra-se a aplicação de penalidades aos dirigentes, à Administração Pública e aos cidadãos quando do descumprimento das diretrizes estabelecidas.

O princípio basilar da LRF é o equilíbrio das finanças públicas. Com foco neste princípio determina que todo governante deve buscar o equilíbrio entre as ações voltadas ao atendimento das necessidades da sociedade e os recursos disponíveis para o seu atendimento de modo a que as ações presentes não repercutam negativamente sobre os resultados futuros.

O conceito de responsabilidade impetrado pela LRF tem fundamento na capacidade e prudência na gestão das finanças públicas a longo prazo. O que é vislumbrado é a perspectiva de evolução do sistema previdenciário, da capacidade de promoção do desenvolvimento econômico e social.

II.2.6. O Sistema de Previdência do Município do Rio de Janeiro

O Instituto de Previdência e Assistência Social – PREVI-RIO é órgão da administração pública municipal criado em 1987 com o objetivo essencial de pagamento de pensões aos dependentes dos segurados e auxílio financeiro aos segurados conforme legislação específica. Em 1999 o PREVI-RIO, após as alterações impostas pela EC 20/98, assumiu a responsabilidade pelo pagamento de aposentadorias e pensões aos seus segurados, sendo estas custeadas pelas contribuições dos servidores conforme o modelo de financiamento por repartição simples em vigência à época.

Na esteira das mudanças constitucionais em 2001 o governo municipal editou a Lei nº 3.344, revogando as legislações anteriores e instituindo o novo Regime Próprio de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro, constituído pelo PREVI-RIO, órgão gestor do sistema e do fundo previdenciário, e responsável pela assistência social e saúde dos servidores. E o FUNPREVI, Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro, com a finalidade específica de prover recursos para o pagamento de benefícios previdenciários aos segurados do regime próprio e de seus dependentes.

A nova norma incorporou os princípios de equilíbrio financeiro e atuarial trazendo à esfera administrativa municipal a segregação dos recursos previdenciários dos assistenciais; a solidariedade na manutenção do sistema com a implantação da

contribuição patronal; a preservação do equilíbrio do sistema com a adoção do regime de capitalização para todos aqueles servidores que até a data da publicação da citada lei ainda não dispusessem de condições para aposentação, ou seja, com implemento de condições, e para os novos entrantes. Os aposentados até a data de publicação da lei e todos aqueles servidores que já dispunham de condições para a aposentação permaneceram sob responsabilidade do Tesouro.

Desta forma o patrimônio do Instituto de Previdência foi segregado, sendo os recursos vinculados à previdência transferidos contabilmente para o Fundo. Seu modelo de financiamento passou a ser composto com recursos advindos da contribuição dos servidores municipais, com a contribuição patronal.

Contudo, essa transferência contábil deveria ser precedida de levantamento de um balanço previdenciário segregando do total do patrimônio do PREVI-RIO os valores correspondentes à aposentadorias e assistência social conforme determina a legislação vigente, o que não ocorreu.

O FUNPREVI conforme observado é um fundo contábil e como tal sem autonomia financeira ou administrativa. Sua finalidade é segregar contábil e orçamentariamente os recursos previdenciários dos recursos assistenciais geridos pelo PREVI-RIO, com isto vinculando-os ao pagamento de aposentadorias e pensões; garantir total transparência na gestão dos recursos previdenciários e buscar a preservação do equilíbrio atuarial com reservas capitalizadas. Este procedimento, no entanto, não protege os recursos previdenciários contra intervenções político-administrativas, principalmente quando seu instrumento legal estabelece que o Tesouro Municipal é fiel garantidor das obrigações previdenciárias. Isto cria um vínculo administrativo que permite ao governante visualizar os recursos previdenciários como parte dos recursos orçamentários dos quais dispõem.

O estabelecimento do caráter estritamente contábil definido para o Fundo pela Lei nº 9.717/98, segundo Borges não é uma suficiente para assegurar a perenidade de um modelo previdenciário que pretende transpor gerações. A falta de autonomia administrativa e financeira dos Fundos Especiais representa um forte entrave aos administradores na medida em que suas ações de gestão sofrem influencia política. Desta forma, o controle previdenciário exercido pelos Tribunais de Contas, Ministério Público e principalmente

pelos segurados configura-se como mecanismo de salvaguarda dos recursos, além de contribuir para o equilíbrio das contas públicas.

Ações pró-ativas de administradores previdenciários no sentido de dar transparência à gestão por meio de prestações de contas, permitindo a redução das assimetrias informacionais e, com isso, a equidade, podem garantir a melhoria da gestão, ampliar a *accountability* e os princípios de governança pública.

Contudo, a redução da assimetria informacional somente poderá ser alcançada na medida em que seus muitos e prováveis usuários possam ter acesso às informações geradas pelo sistema; possam interpretá-las e compreendê-las. Os mecanismos de controle e evidenciação foram definidos pelas legislações vigentes, apesar das fragilidades impostas como o caso da constituição do regime próprio como modelo contábil de gestão.

A entidade gera informações sobre benefícios assistenciais (pecúlio, salário maternidade, auxílio educação, auxílio creche, auxílio moradia, auxílio para compra de medicamentos, plano de saúde, entre outros); financiamento imobiliário (critérios para concessão, legislação pertinente, dentre outros); aposentadorias e pensões; informações financeiras e contábeis. Estas podem ser acessadas através da página do Instituto na *internet* através do endereço eletrônico www.rio.rj.gov.br/previrio (Figuras 2 e 3) ou diretamente no PREVI-RIO. Não existe na entidade um procedimento de envio de informações periódicas aos segurados.

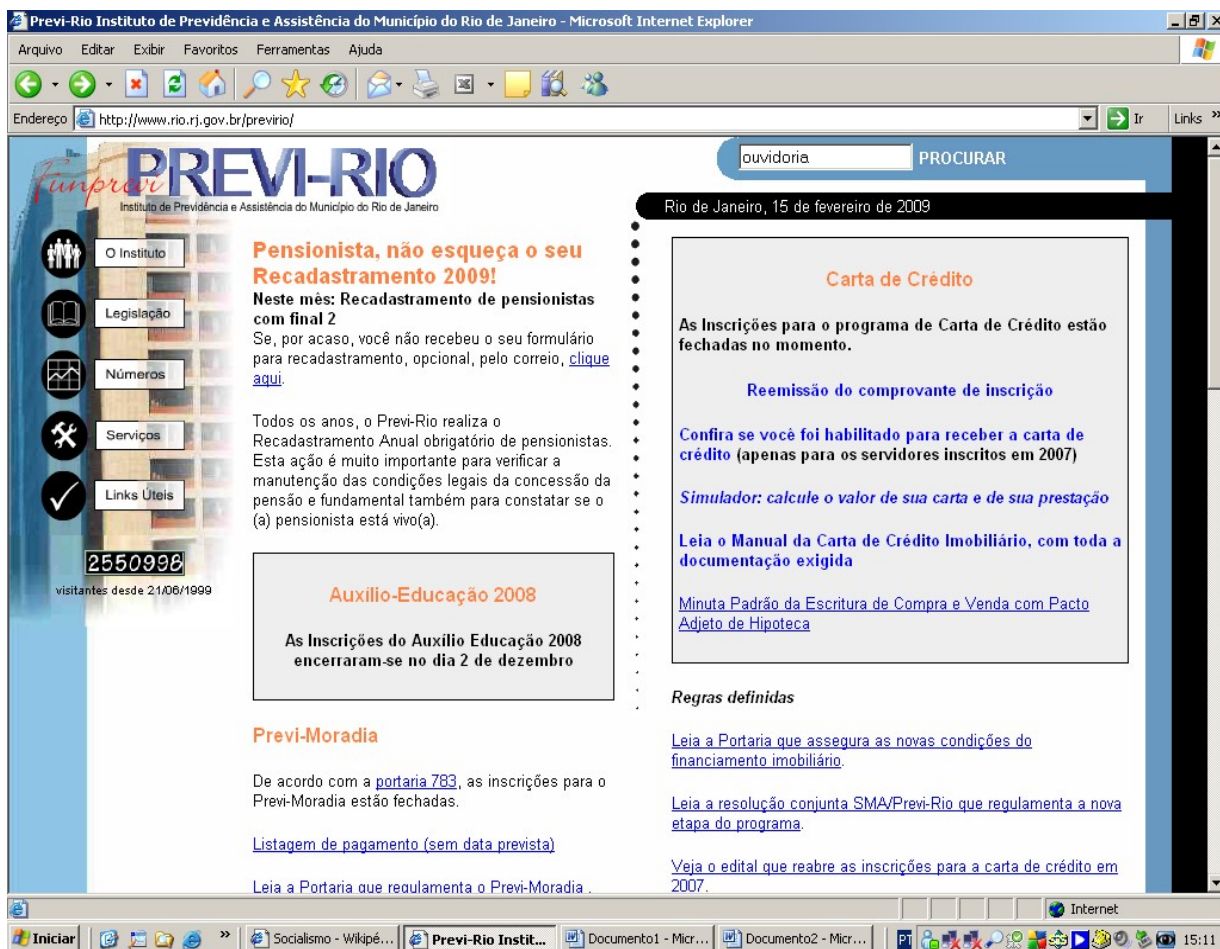


Figura 2 - Visão parcial do sítio do PREVI-RIO

A Figura 2 apresenta um segmento da página inicial do endereço eletrônico do PREVI-RIO na *Internet* onde o visitante pode visualizar as informações disponíveis para acesso. Em Instituto o visitante pode obter informações sobre o que é o PREVI-RIO, como funciona, entre outros. Em Legislação o usuário poderá acessar normas legais vigentes para a Previdência Social nacional. Em Números pode-se ter acesso aos demonstrativos contábeis de prestação de contas, fluxos de caixa e outros.



Figura 3 - Visão parcial da página de serviços do PREVI-RIO

A Figura 3 demonstra de forma parcial os tipos de serviços que estão disponíveis para o usuário que acessa o Instituto através de sua página na *Internet*, tais como informes sobre benefícios assistenciais; de rendimentos e imobiliários.

II.3. A CONTABILIDADE COMO UM PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

O processo de comunicação contábil requer compreender a priori o próprio processo de comunicação, assim como os mecanismos de interferência e conexão destes a partir de uma breve análise da Teoria dos Signos, da Teoria da Comunicação e da Teoria do Agir Comunicativo.

2.3.1. Processo Comunicacional

A comunicação verbal, por símbolos, pinturas ou signos é o que diferencia o homem dos demais animais. E o que tem permitido o desenvolvimento do mundo ao longo dos séculos. O poder da comunicação está na capacidade de transmissão de conhecimento; na viabilização de contato entre pessoas, pessoas e empresas e entre empresas; na aquisição ou manutenção de poder; no auxílio à tomada de decisão. Os modelos comunicacionais são variados e atingem a qualquer indivíduo onde quer que este esteja. Contudo, a comunicação para ser eficiente precisa estar estruturada de forma tal que permita a seus atores o exercício de sua finalidade com clareza, objetividade e segurança.

O processo de comunicação e transmissão de informações tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores os quais têm formulado teorias que visam fundamentar e aclarar este processo permitindo a composição mental e técnica deste. O presente estudo apresenta três destas teorias em uma explanação visando abordar aspectos relevantes tratados por esta ciência que podem ter impacto no processo comunicativo contábil.

2.3.1.1. Teoria dos Signos

Teoria dos Signos, ou Semiótica, “é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de construção de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido (SANTAELLA, 2006, p. 13)”. Os precursores desta área do conhecimento foram Saussure (1916), Peirce (1935) e Hjelmslev (1943). Esses pensadores da Teoria dos Signos são tomados como referência para trabalhos apresentados por Eco, Santaella e muitos outros, os quais, por vez, são referências no presente estudo.

A Semiótica analisa a construção da linguagem a partir de análises sintáticas, semânticas e pragmáticas dos signos linguísticos. Signo é, segundo Peirce (citado em Netto, 2007, p20), tudo aquilo que é utilizado para representar alguma coisa. Assim, o signo linguístico pode ser representado por palavras, desenhos, gestos ou outras manifestações criadas com este fim. Exemplificando toma-se o signo “caixa”. Este signo é constituído por letras (fonemas) que conectados apresentam uma forma composta de conceito e conteúdo dependentes do contexto em que se insere. Em um ambiente contábil este signo pode significar o total de valores financeiros disponíveis para uma organização.

A linguagem contábil é constituída de signos estruturados em códigos, veiculados através de mensagens formatadas em demonstrativos contábeis e relatórios econômico-financeiros. O signo linguístico ao ser construído (sintaxe) deve ser capaz de conter a essência daquilo que representa e deve indicar o seu propósito, o qual dependerá da ambientação de sua ocorrência (tempo e lugar). As mensagens contábeis quando formuladas com signos cujo significado divirja entre emissor e usuário, podem acarretar ruídos prejudiciais à sua compreensibilidade. Neste sentido se manifesta Ilufi:

Do fato de que em toda mensagem existe a utilização de signos resulta, portanto, o caráter vantajoso do uso da semiótica no processo de comunicação contábil, já que com isto se consegue que os códigos utilizados sejam comuns ao emissor e ao receptor. Lamentavelmente, isto não ocorre com frequência na contabilidade, porque os códigos usados estão pensados para aqueles que dominam a linguagem contábil, o que exclui um grande número de leitores interessados nos informes contábeis (ILUFI, 2000, p. 7).

O signo é um artifício comunicativo utilizado pelo homem para dar forma a sentimentos, pensamentos, ações. A Semiótica é, então, uma ciência que visa auxiliar este processo de construção simbólica modulando um esquema de elaboração de mensagem a partir do qual é possível determinar o significado desta mensagem. O cerne desta ciência está na codificação das percepções, ou seja, que o signo linguístico codificado contenha a essência daquilo que representa, e que esta essência possa ser captada por aquele que recebe a mensagem.

A partir da teoria de Saussure e Peirce, Eco realizou um estudo pormenorizado da Semiótica o qual denominou “Tratado Geral da Semiótica”. Segundo esse autor a mensagem para ser compreensível deve usar termos (signos) cujo significado e sentido tenham correspondência entre emissor e receptor, e retratem a verdade representada. Eco define o “processo comunicativo como a passagem de um Sinal (que não significa necessariamente

“um signo”) de uma Fonte, através de um Transmissor, ao longo de um Canal, até um Destinatário (ou ponto de destinação)”. O processo de comunicação somente terá significação se o destinatário for um ser humano (ainda que a fonte não o seja) e o sinal não se limite a funcionar como um simples estímulo, mas provoque uma reação interpretativa no destinatário (ECO, 2007, p. 6).

A correspondência de sentido entre emissor e receptor somente pode ser assegurada quando a mensagem codificada apresentar conceito e conteúdo análogo entre os atores envolvidos no processo linguístico. A este respeito se manifesta Santaella corroborando com o entendimento de que a mensagem (linguagem comunicativa) é composta de elementos (denominados de *funtivos* pelos teorizadores) que interligados permitem ao observador (emissor ou receptor) a inteligibilidade do fenômeno ao qual se refere e sobre o qual quer informar.

Estes elementos são designados por *significante* e *significado* (Saussure e Santaella), e por *conteúdo* e *expressão* (Hjelmslev, Netto e Eco). A estes funtivos acrescem “sentido”, ou “substância” e “contexto”. A definição precisa dos elementos da mensagem é importante do ponto de vista semântico e pragmático da linguagem, ou seja, é necessário que se entenda o conteúdo do signo para que se compreenda a reação resultante do entendimento do signo praticada pelo receptor da mensagem.

Segundo Saussure (citado em Netto, 2007, p. 20) *significante* é a parte material do signo e *significado*, a imagem mental propiciada pelo significante. Retornando ao exemplo do signo “caixa” utilizado anteriormente, a imagem mental (significado) que pode ser construída é a de uma embalagem; de um setor bancário; ou, como sugerido no exemplo anterior, uma classificação contábil para um fato financeiro de uma organização.

Vale dizer que a mensagem não é somente a união de signos (constituídos por fonemas), mas de signos que observem tanto o contexto em que está inserido como o propósito a que se destina. “Sem informação não há mensagem, não há planejamento, não há reprodução, não há processo e mecanismo de controle e comando (SANTAELLA, 2006, p. 13)”. Esquemáticamente tem-se:

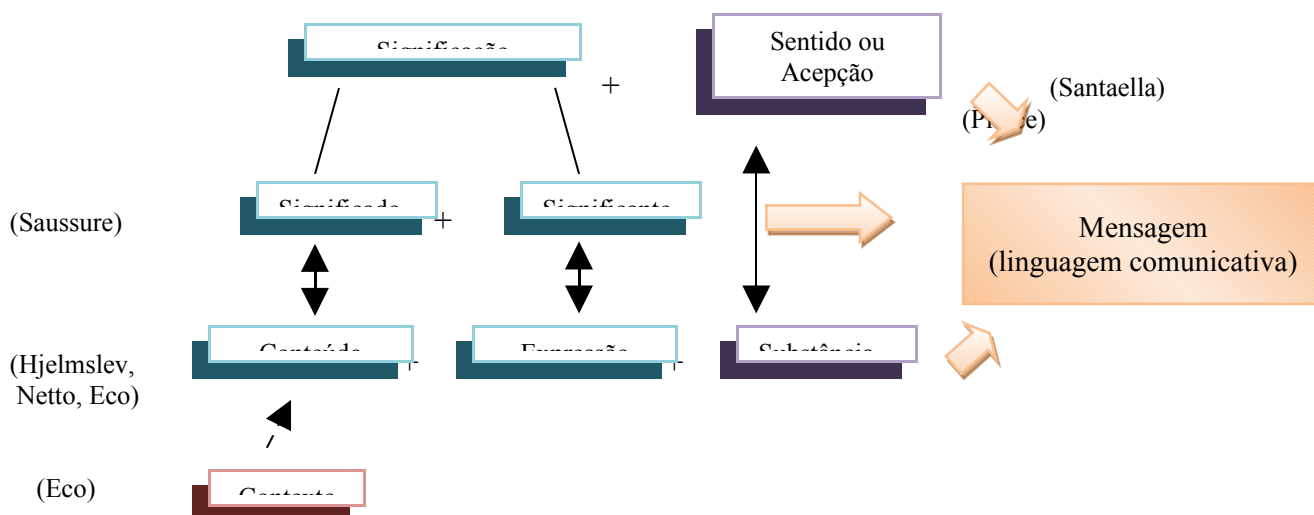


FIGURA 4 – Funtivos da mensagem

Segundo Netto (2007, p. 22) a significação de um signo não deve ser confundida com o significado deste mesmo signo. Para esse autor significado está relacionado a conceito ou imagem mental e significação é a união de um significado com um significante. Significante corresponde, por sua vez, ao conteúdo do signo. Significação é a função externa da linguagem, ou seja, é a ideia que é formada ao se ler ou ouvir um signo como, por exemplo, “caixa”.

Esse autor reforça o entendimento da teoria periana quanto aos *funtivos* da linguagem exposto por Santaella, significado, significação e sentido, esclarecendo que *sentido* é o efeito total do signo; *significado* é um evento real que depende do intérprete; e *significação* é “o resultado interpretativo a que todo e qualquer intérprete está destinado a chegar, se o signo receber a suficiente consideração (PIERCE segundo NETTO, 2007, p. 72)”.

Para ilustrar este entendimento adapta-se um exemplo de Epstein (2003, p.15) para aclarar o conteúdo exposto. O Banco (A) emite um extrato para a Empresa (B) com a mensagem: Saldo Devedor R\$ 5.000,00. O contador da empresa B entende que isto significa:

<i>Expressão</i>	<i>Conteúdo</i>
Saldo Devedor = R\$ 5000,00	Saldo bancário negativo

Fonte: Adaptado de Epstein 2003.

Quadro 1- Relação entre Expressão e Conteúdo

Desta forma pode-se concluir que a Semiótica trata dos signos que, utilizados na composição de mensagens contábeis, buscam representar as propriedades vinculadas aos referidos eventos. Se a representação sígnica de um evento econômico não for interpretada fielmente pelo usuário da demonstração contábil então o signo não atingiu o objetivo pragmático da linguagem que é alterar o estado psicológico do usuário e influenciar suas decisões.

A representação fiel dos eventos depende de percepções e interpretações individuais, o que pode ser influenciado por ruídos (vieses). Estes ruídos podem ser evidenciados como falhas na identificação dos eventos econômico-financeiros; não reconhecimento das características mais relevantes dos signos; crenças; ideologias; estratégias negociais entre outros.

2.3.1.2. Teoria da Comunicação

Adentrando um pouco pela Teoria da Comunicação, ou Teoria da Informação conforme denominado por alguns autores, a fim de observar seus fundamentos e sua relação com o processo comunicativo contábil toma-se como referência os estudos realizados por Epstein (2003), Berlo (2007) Duarte (2008) entre outros.

A comunicação é o campo do conhecimento que estuda o processo de intercâmbio de informação entre pessoas, pessoas e objetos ou entre objetos, através de signos linguísticos.

Muitos pensadores e pesquisadores contribuíram para o desenvolvimento de teorias que buscavam definir o processo comunicativo. A literatura atribui a Aristóteles o primeiro trabalho neste sentido; em sua obra *Retórica* esse pensador afirmava que a comunicação era

a arte de discursar e persuadir, sendo a principal meta da comunicação. Aristóteles se preocupou em definir os elementos do processo comunicativo e a modular esse processo. Segundo o seu modelo, a comunicação teria três elementos: quem fala, o que fala, com quem se fala. Hodiernamente esse entendimento é compartilhado por Berlo (2003, p. 12). Esse autor afirma que o uso da linguagem tem uma dimensão persuasiva, que ninguém tenta comunicar-se sem tentar persuadir o outro. Isto se confirma através da afirmação “Nós nos comunicamos para influenciar – para influenciar com intenção”.

A partir da *Retórica* muitos outros pesquisadores construíram teorias que vislumbravam entender o processo de transferência de dados e o porquê da ocorrência de insucessos na transmissão.

Claude Shannon (1948) formulou uma teoria baseada em estatística e probabilidade onde procurava determinar a capacidade de transmissão de dados através de um canal de comunicação e a perda de informações na compreensão e na transmissão. Mais tarde Shannon, em co-autoria com Weaver, reformulou seu trabalho tornando-o mais compreensível para estudiosos de outras áreas do conhecimento. Esses autores acreditavam que a comunicação para alcançar seu máximo objetivo de influência deveria considerar os seguintes elementos: a fonte, o transmissor, o sinal, o receptor e o destinatário.

Outro modelo de comunicação estudado foi o proposto por Berlo (2003, p. 18) composto por fonte, codificador, mensagem, canal, decodificador e receptor. Sendo o objetivo da comunicação influenciar o outro, esta influencia só pode ser alcançada quando são observadas duas dimensões: o “quem” e o “como” da mensagem. Segundo o autor qualquer situação de comunicação humana compreende a produção da mensagem por alguém e a recepção dessa mensagem por outro alguém. Sendo o propósito comunicativo o conhecimento do receptor é preciso distinguir a fonte do receptor pretendido e dos não-pretendidos, mas que de fato recebem a mensagem. O “como” precisa ser analisado enquanto forma de consumação da mensagem, ou seja, em que grau o objetivo da mensagem é atingido quando o receptor se satisfaz com a informação, ou em que grau a mensagem recebida será instrumento de elaboração de nova mensagem. Neste sentido o autor avalia a mensagem do ponto de vista de um produto de consumação ou de um produto instrumental. Correlacionando com a contabilidade, a consumação da informação contábil se faz quando o usuário a recebe e arquiva (mentalmente ou através de documentos) sem

usá-la em seus processos decisoriais. Por outro lado, será instrumental a mensagem quando promover uma alteração comportamental e auxiliar uma tomada de decisão.

A importância da modulação comunicacional está na preocupação de identificar os elementos que compõem e influem a comunicação a fim de, conhecendo-os, emissor e receptor possam controlá-los e melhorá-los.

Epstein, com base nos trabalhos de Shannon, e Shannon e Weaver, desenvolveu a Teoria da Informação a qual interessa-se pelas estruturas dos códigos enquanto veículos que possibilitam a comunicação através da transmissão de mensagens alternativas diferenciadas por meio de signos com significante e significado, ao que o autor denomina variedade de informação. Epstein analisa, ainda, os elementos de interferência do ato comunicativo. A estes denomina “ruídos”, sendo ruído todo fenômeno que é produzido numa comunicação e não pertence à mensagem intencionalmente emitida, tal como defeito do canal de transmissão ou intromissões externas à mensagem.

A questão do ruído da comunicação também foi estudada por Berlo. O autor associou a cada elemento básico da comunicação os fatores que podem causar interferência e prejudicar o processo de comunicação. Nesta análise o autor agrupou os elementos fonte e codificador, e decodificador e receptor, quando analisados sob a ótica pessoa-pessoa, por apresentarem uma interdependência. Os ruídos então podem estar relacionados à fonte-codificador; ao receptor-decodificador (b); à mensagem (c); ao canal (d).

A- Relacionados à fonte-codificador estão:

- a) Habilidade de comunicação – escrita, palavra (desenho, pintura), leitura, audição, pensamento ou raciocínio.

Como codificadores-fontes, os nossos níveis de habilidade comunicativa determinam de duas formas a fidelidade de nossa comunicação. Primeiro, influenciam a nossa capacidade de analisar nossos próprios objetivos e intenções, de dizer alguma coisa quando nos comunicamos. Segundo, influenciam a nossa capacidade de codificar mensagens que expressem o que pretendemos (BERLO, 2003, p. 43).

A habilidade da fonte-codificador está na utilização adequada dos signos linguísticos e na facilidade de manejo destes. Isto transportado para a contabilidade corresponde à

capacidade e habilidade do contador no trato com os dados contábeis. Significa dizer a habilidade em perceber, coletar e codificar os dados econômico-financeiros e transmiti-los aos usuários através das demonstrações contábeis.

- b) Atitude – é a predisposição para a efetivação da comunicação. Essa predisposição pode estar relacionada com o emissor, com o assunto ou com o receptor.
- c) Nível de conhecimento – é o que se sabe e como se comunica o que sabe. “Ninguém é capaz de comunicar aquilo que não sabe; ninguém comunica com a máxima efetividade material que não conhece (BERLO, 2003, p. 49)”.
- d) Sistema sociocultural – o comunicador e o emissor precisam conhecer o sistema social em que atua, pois este determina a comunicação entre seus membros. O sistema influencia a comunicação e é influenciado por ela.

A este respeito Berlo (2003, p. 51,155) informa que “os sistemas social e cultural determinam em parte as escolhas de palavras que as pessoas fazem os objetivos que têm para comunicar, os canais que usam para esta ou aquela espécie de mensagem, etc. [...] O sistema também determina, em parte, que espécies de conteúdo de mensagens serão transmitidos a quem e por quem”.

Epstein (2003, p. 64) corrobora com este entendimento ao afirmar que “a informação subjetiva de uma sequência de signos depende do estado do espírito do receptor, das circunstâncias, do seu comando da linguagem e da sua situação quando recebe a mensagem”.

B - Relacionados ao receptor-decodificador

Os fatores que afetam a fonte-codificador são os mesmos que afetam o receptor-decodificador.

C – Relacionados à mensagem

- a) Código – é “qualquer grupo de símbolos capaz de ser estruturado de maneira a ter significação para alguém (BERLO, 2003, p. 58)”. Assim exposto o codificador deve escolher os signos adequados à mensagem e a forma de estruturação destes.

O termo código abrange e organiza um campo de mensagens possíveis que só será significativa quando relacionada a um código respectivo, o que condiciona à necessidade de conhecimento do código utilizado. “O conhecimento do código deve, portanto preceder ou no máximo ser simultâneo à troca de mensagens (EPSTEIN, 2003, p. 17)”. Isto significa que dos atores do ato comunicativo requer-se um nível de conhecimento que lhes permita interagir no processo, atribuindo efetividade à comunicação.

- b) Conteúdo – é a essência da mensagem que deverá ser interpretada pelo receptor. “O conteúdo informacional de uma determinada palavra depende da extensão do vocabulário do falante, pois a incerteza reduzida é, afinal, função desta (EPSTEIN, 2003, p. 17)”.
- c) Tratamento da mensagem – é a forma como o codificador seleciona e organiza os símbolos que comporão o código e expressarão o conteúdo. Este atributo está relacionado à habilidade do trato com os símbolos e o sistema sociocultural. Especificamente quanto a questão sociocultural esse autor argumenta que a posição social dos atores da comunicação exerce forte influencia nas mensagens que emitem ou divulgam determinando, inclusive, seu conteúdo.

Alguns papéis inibem a comunicação por restringirem o tipo e o número de pessoas com as quais os ocupantes da posição podem comunicar-se: contadores, policiais, altos administradores e assistentes pessoais sofrem restrições quanto às pessoas com quem podem comunica-se e quanto ao que podem dizer, além de se devem desempenhar principalmente os papéis de receptores ou de fontes (BERLO, 2003, p. 155).

Quanto ao trato dos símbolos linguísticos (signos) necessário se faz observar os aspectos sintático, semântico e pragmático envolvidos na mensagem. Berlo (2003, p.178) conclui que “mensagens são expressões de ideias (conteúdo) expressas em forma determinada (tratamento) através do emprego de um código”.

D – Relacionados ao canal – instrumento através do qual o emissor espera influenciar o receptor. Em sua escolha o emissor deve levar em conta o contexto e objetivo

da mensagem e as habilidades do receptor como fatores que podem influenciar a qualidade e efetividade da informação.

A análise da Semiótica em conjunto com a Teoria da Comunicação permite deduzir que estas duas teorias se preocupam com a forma de codificação de mensagens e a veiculação destas mensagens entre os diversos atores do processo comunicativo. Neste sentido, estas analisam e modelam o processo linguístico desde a percepção de um fato por um indivíduo até a recepção deste fato, codificado, por outro indivíduo. São considerados os vários elementos constitutivos de uma mensagem (*funtivos*), suas conexões, sentido e significação. Neste processo observa-se um fio condutor com tendência teleológica na medida em que o processo comunicativo até aqui avaliado visa ao convencimento de um ator sobre o outro através de uma manipulação do saber.

Busca-se neste estudo uma integração, por meio do processo comunicativo, entre os vários atores de um sistema de informação, a saber, entre usuários do sistema contábil. A contabilidade é tida como um sistema que gera informações econômico-financeiras para grupos específicos de usuários, dotados de um saber formalmente estruturado para este fim. Contudo, ao se analisar a abrangência desta ciência, observa-se sua inserção na vida econômica e social de todos os cidadãos de qualquer país e não de uma parcela de eleitos. Ademais, o progresso social e econômico exige como contrapartida a responsabilização social de todos os seguimentos da sociedade, e mais especificamente dos geradores de renda – empresas e governos. A divulgação da informação contábil como ocorre atualmente não é garantia de transparência e entendimento quanto ao desempenho das organizações por seus *stakeholders*.

Desta forma objetiva-se com o apoio da Teoria do Agir Comunicativo esboçar uma linha de raciocínio fundamentada em Jürgen Habermas, que discuta o processo de construção da linguagem em uma configuração mais harmônica e inteligível para seus usuários como forma de socialização da informação.

2.3.1.3. Teoria do Agir Comunicativo - TAC

Os clássicos da sociologia estruturam a teoria da ação partindo da “comunidade” para a “sociedade”. Significa dizer que esta teoria não visa estudar e definir as ações

individuais ou de um grupo de indivíduos, mas ações universais a partir do indivíduo. A compreensão das orientações racionais de ação se converte em ponto de partida para a compreensão de todas as orientações de ação.

Habermas, filósofo alemão do século XX, construiu sua Teoria do Agir Comunicativo a partir da análise da racionalidade das ações humanas praticadas no “mundo da vida” e “nos sistemas” tendo como pressuposto a teoria razão.

A racionalidade, então, tem início na avaliação dos aspectos da ação que são suscetíveis de racionalização, aliada a uma análise que esclareça as relações entre significado de uma expressão simbólica e a tomada de decisão frente às pretensões de validade implícitas, relacionando-os à questão de como a modernização da sociedade pode ser descrita do ponto de vista da racionalização cultural e social.

Para Weber (segundo Habermas, 1999, p. 22) todos os conceitos de ação comunicativa representam ações racionais com objetivo de êxito. A racionalidade estaria relacionada à forma com que os sujeitos capazes, de linguagem e de ação, fazem uso do conhecimento e não especificamente à aquisição de conhecimento. Racionais são as pessoas de quem se espera uma manifestação de verdade e eficácia relacionadas às afirmações e ações teleológicas praticadas. Habermas critica esta visão. Segundo sua teoria o conceito de racionalidade comunicativa está relacionado ao entendimento linguístico, sendo entendimento um acordo racionalmente motivado ao conteúdo de um proferimento entre os participantes de um evento, com o objetivo de validade em suas ações.

O conceito de racionalidade remete a várias formas de desempenho discursivo, ou linguístico, e às relações que em sua ação comunicativa os atores estabelecem com o *mundo* ao reclamarem validade para suas manifestações. Validade, de acordo com a teoria, significa que as emissões linguísticas (de fala, por meio de ações ou símbolos) requerem verdade proposicional, retidão normativa e veracidade expressiva. “Na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o *sucesso*, isto é, para as consequências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seu adversário (HABERMAS, 2003, p. 164)”.

Habermas frisa a questão da relação com o *mundo* como o locus preponderante da ação comunicativa e não o *ego*, o individual, ou seja, uma ação para ser racionalmente comunicada deve abrir-se à sociedade a qual, ao ser tocada por ela, possa interpretá-la, julgá-la, aceitá-la ou não. Ninguém se manifesta racionalmente sobre aquilo que desconhece. A comunicação

A ação comunicativa se realiza através da emissão de signos linguísticos os quais segundo Popper (citado por Habermas, 1999, p. 113) são fruto, certamente, da fecundidade da mente humana. Habermas complementa dizendo que aquilo que a mente humana produz baseado em teorias, ou a própria teoria, gera novos produtos, ou problemas, que requerem novas soluções e novas teorias, em um ciclo contínuo de causa e efeito. O autor cita como exemplo as operações aritméticas ou gramaticais que geram objetos simbólicos como contas ou orações. Contudo os atos da ação comunicativa não podem ser analisados da mesma forma que as orações gramaticais as quais exigem correção formal da expressão simbólica. “O conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio dentro do qual tem lugar um tipo de processo de entendimento em cujo transcurso os participantes, ao relacionarem-se com um mundo, se apresentam uns frente aos outros com pretensões de validade que podem ser reconhecidas ou postas em questão (HABERMAS, 1999, p.143)”. Para explicar e ambientar o mundo comunicativo o autor vale-se da teoria popperiana de três mundos, onde tudo ocorre.

- Objetivo – mundo dos objetos e dos estados físicos;
- Social – mundo da consciência ou dos estados mentais ou das disposições para a ação;
- Subjetivo – o mundo do conteúdo objetivo do pensamento científico, poético e das obras de arte, e das relações internas entre produtos simbólicos (conteúdo semântico dos produtos simbólicos).

Os atos da fala não servem apenas para a representação (ou pressuposição) de estados e acontecimento, quando o falante se refere a algo no *mundo objetivo*. Eles servem ao mesmo tempo para a produção (ou renovação) de relações interpessoais, quando o falante se refere a algo no *mundo social* das interações legitimamente reguladas, bem como para a manifestação de vivências, isto é, para a autorepresentação, quando o falante se refere a algo no *mundo subjetivo* a que tem um acesso privilegiado (HABERMAS, 2003, p. 167).

Em um processo de comunicação os atores, ao se comunicarem, fazem uso integrado de conhecimentos objetivos, sociais e subjetivos. A teoria sociológica possui muitos

conceitos para explicar as relações dos indivíduos com o mundo. Habermas informa que ao se eleger um deles para definir modelos de atitudes, o indivíduo se compromete com determinadas predisposições ontológicas^{iv}. Dos múltiplos conceitos existentes esse autor classifica quatro como essenciais:

a) Ação teleológica

A teleologia é um gênero da filosofia moral que estuda os princípios e regras que guiam a conduta dos indivíduos, analisando as situações concretas e antecipando as repercussões que uma decisão pode provocar. Dentro da teleologia são encontradas duas filosofias que orientam a tomada de decisão: *o egoísmo e o utilitarismo*. A filosofia egoísta se pauta nas decisões que são tomadas com base na satisfação pessoal do decisor, onde vigora a busca pela maximização do auto-interesse. Para os utilitaristas as decisões devem ser boas e atingirem ao maior número possível de beneficiários, é a utilidade social. Cada ato individual deve ser avaliado em função de suas consequências para o todo, e não em função das normas que regem a ação. Ou seja, ganha legitimidade a ação que produz um bem maior ou evita um mal maior.

Do ponto de vista comunicativo o conceito de ação teleológica pressupõe relações entre um *ator* e um mundo objetivo onde existem coisas (objetos ou fatos) ou que pode ser produzidas mediante uma adequada intervenção do ator neste mundo. Observa-se uma relação individualizada entre ator e mundo, o que caracteriza uma ação egoísta do indivíduo em relação à sociedade.

O conceito ontológico atribui a este modelo de ação relações de um indivíduo e um mundo de coisas existentes (objetivo). Essas relações racionais quando relacionadas a percepções permitem a formação de “opiniões”, quando relacionadas à existência de “coisas” desejadas desenvolve “intenções”.

b) Ação normativa

Refere-se ao comportamento de um indivíduo em relação a outros, baseado em normas que orientam este comportamento. Todos os indivíduos que se submetam

às normas que regem determinada ação esperam que os implicados na situação executem, ou não, as ações obrigatórias ou proibidas. É ação realizada no mundo objetivo e social.

O modelo normativo parte do pressuposto que os indivíduos podem adotar tanto uma atitude objetivante quanto de conformidade normativa, ou de não conformidade, frente a algo que a razão julgue obrigatório ou não. Este modelo de ação concebe a linguagem como um meio de transmissão de valores culturais através do que se denomina semântica intencional, ou seja, o falante orienta seu ato de fala para seu próprio êxito, influenciando sobre os outros com o fim de convencer os ouvintes a formar uma opinião ou a conceber uma intenção que o favoreça.

As ações reguladas por normas se realizam em um mundo social onde um contexto normativo fixa as interações pertencentes à totalidade das relações interpessoais legítimas. A norma terá validade (validade) social quando for aceita e reconhecida por seus destinatários no mundo social. O modelo normativo de ação está associado a um modelo de aprendizagem que dá conta da interiorização de valores.

Este modelo só ganha força quando os valores por ela materializados representam padrões segundo os quais se interpretam as necessidades no círculo de destinatário das normas, e que nos processos de aprendizagem se hajam convertido os padrões de percepção das próprias necessidades (HABERMAS, 1999, p.127-129).

c) Ação dramática

Relaciona-se a participantes de uma interação social que constituem em conjunto um público para suas próprias atuações.

Habermas atribui à ação dramática um caráter “parasitário” ligado a atitudes utilitaristas. Segundo este ponto de vista as pessoas controlam o estilo de suas ações e o sobrepõe a outras atitudes em uma intenção racional de convencimento de terceiros envolvidos na situação-objeto. É uma atuação subjetiva na qual a

linguagem é utilizada pelo indivíduo como meio de autoencenação através de formas estilísticas e estéticas de expressão.

d) Ação comunicativa

Diz respeito à interação de pelo menos duas pessoas capazes de comunicar-se por linguagem e por ação (sejam meios verbais ou não) visando ao entendimento. O cerne deste modelo de ação é a *interpretação*, se referindo à negociação de definições de situações suscetíveis de consenso no mundo objetivo, social e subjetivo, sendo a linguagem o fio condutor.

A linguagem é um meio de entendimento onde emissor e receptor, a partir de seus mundos pré-interpretados simultaneamente, se referem a algo em um mundo objetivo, em um mundo social e em um mundo subjetivo, para negociar coordenadamente definições da situação que pode ser compartilhada por todos.

O conceito de linguagem leva em conta as funções sintática, semântica e pragmática. Assim, o entendimento comunicativo não pode ser reduzido à compreensão do “falar” como sendo “agir”, e “interagir” como “conversar”, mas como mecanismo de coordenação da ação que ajusta os planos de ação e as atividades teleológicas dos participantes para que possam constituir uma interação.

Os três modelos de ação (teleológica, normativa e dramática) são modelos de ação unilateral, ou seja, visam atender necessidades individuais do emissor, com consequência sobre terceiros, ou seja, a ação teleológica tem presente a realização de seus próprios fins; a ação normativa é uma ação consensual daqueles que se limitam a atualizar um acordo normativo já existente; a ação dramática é caracterizada como autoencenação destinadas a um público espectador.

Quanto ao modelo comunicativo da ação, o autor leva em conta todas as funções da linguagem, e atribui ao entendimento linguístico o mecanismo de coordenação da ação que ajusta os planos de ação e as atividades teleológicas

(utilitaristas) dos participantes para que possam constituir uma interação. “[...] falo em *agir comunicativo* quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob condição de um *acordo* existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas (HABERMAS, 2003, p. 165)”.

Habermas (1999, p.25; 353) afirma que o agir e o falar não podem ser apenas reflexos de um conhecimento pré-ordenado, mas antes deve justificar o conhecimento prévio para o próprio agir consciente. Assim a TAC parte do pressuposto que a comunicação é um processo de recíproca influência e entendimento linguístico estabelecido através de acordo racionalmente motivado entre atores do processo, no sentido de uma interpretação cooperada. Ou seja, é uma teoria sociológica que “centra seu interesse no entendimento linguístico como mecanismo de coordenação de ações”.

Neste processo o emissor pretende verdade para os enunciados e pressuposições de existência, retidão para as ações legitimamente reguladas e para o contexto normativo destas, assim como veracidade para as manifestações de vivências subjetivas. Significa dizer que ao elaborar e transmitir um signo linguístico o emissor observa as normas e o contexto que rege os elementos por ele percebidos, e o codifica respeitando essas normas. Este ao receber o signo linguístico (a mensagem) tem a certeza de que representa a expressão da verdade captada pelo emissor, e esta lhe é acessível ao entendimento.

A acessibilidade à informação, neste contexto, deve ser interpretada como compreensão da essência da mensagem. A mensagem codificada deve conter os elementos essenciais à compreensão do receptor, garantindo a veracidade dos fatos. Isto por que “a definição de uma situação oferecida por um emissor se, a princípio, se desvia da definição do receptor, representa um problema especialmente por que nos processos cooperativos de interpretação nenhum dos implicados tem um monopólio interpretativo (HABERMAS 1999, p. 355)”.

A Teoria do Agir Comunicativo esclarece que as ações comunicativas (faladas, escritas, desenhadas, etcetera) quando voltadas ao entendimento mútuo devem ser elaboradas de forma a permitir a interpretação de seu significado por seu receptor. Desta forma o emissor que age visando ao entendimento de seus proferimentos, ao codificar suas

mensagens, entra em um processo de empatia com o objetivo de, em estando na posição de receptor, visualizar a possibilidade de recepção e compreensão da mensagem. Em um processo de comunicação o receptor sempre está à mercê do emissor; este comanda o mecanismo de interação. Contudo quando se atua visando um agir comunicativo este passa a ser um processo circular no qual o emissor é ao mesmo tempo o iniciador quando percebe a situação, a domina e transmite e, é o receptor, quando ao interagir com os grupos sociais a que pertence, capta o resultado do produto gerado e socializado, por meio de *feedback*.

2.3.2. A Comunicação Contábil

A origem da contabilidade está ligada à história da humanidade, ainda que não identificada por este nome e tampouco codificada como nos atuais dias. Certamente a contabilidade como conhecida é fruto do Renascimento Italiano do século XIV, mas seus objetivos remontam ao que Iudicibus e Marion (2006, p.13) denominam “era paleontológica contábil”, com origem nos signos pictóricos e numéricos deixados pelos *contadores de antanho* de várias civilizações: mesopotâmia, egípcia, grega, romana e de outros tantos povos da Antiguidade. Passagens bíblicas reforçam esta tese ao citar levantamentos realizados para aferição de bens de reis e senhores em épocas anteriores a Cristo.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.41) pontuam que “muito antes de que a Europa emergisse de tendas e peles, economias sofisticadas já existiam no Oriente Médio e no Extremo-Oriente”, o que exigia a capacidade humana para apuração e verificação dos bens transacionados.

A importância da informação contábil para os proprietários do capital foi percebida na Era do Descobrimento. Nessa época surgiram os primeiros consórcios, formados por grandes exploradores, entre eles os reis, que financiavam as viagens para receberem, ao final, o capital investido acrescido de parcela dos resultados auferidos. As viagens exploratórias de Cristóvão Colombo, por exemplo, eram realizadas em companhia de um auditor nomeado pelo rei de Espanha, para verificar e informar a quantidade e o custo do ouro e das especiarias coletadas nas viagens (HENDRIKSEN e Van BREDA, 1999, p. 46).

Nesse mesmo período surgiu a “*Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornaliti*” de Fra Luca Pacioli, na Itália. A grande contribuição de Pacioli para a

contabilidade foi a notação contábil por partidas dobradas, apresentada em um capítulo do livro, intitulado “*Particulario de computies et Scripturis*”. Em seu livro o franciscano enfatizou a importância do fornecimento de informações para o proprietário: “fornecer ao empresário informações sobre seus ativos e exigibilidades”.

Um outro momento da história que marcou a importância da difusão das informações contábeis está relacionado à Revolução Industrial, onde o aumento e a diversificação dos negócios e do consumo impuseram a necessidade de capitalização dos proprietários para a expansão das fábricas, fazendo surgir a figura do acionista. Os acionistas demandavam informações financeiras, o que fez com que a contabilidade se ajustasse a essas demandas, emitindo relatórios com vistas a atender a esses novos usuários, entre eles o governo.

Kaplan *et al* (2000, p.39) argumentam que “a demanda pela informação gerencial contábil pode ser relacionada aos estágios iniciais da revolução industrial nas tecelagens, em fábrica de armas e em operações industriais”.

Hendriksen e Breda (1999, p. 47) sustentam que os efeitos da Revolução Industrial sobre a contabilidade foram tanto diretos quanto indiretos.

A exigência de grandes volumes de capital, demandando a separação entre investidor e administrador, significou que um dos principais objetivos da contabilidade passou a ser a elaboração de relatórios a proprietários ausentes. As informações financeiras, que tinham sido geradas principalmente para fins de gestão, passaram a ser demandadas cada vez mais por acionistas, investidores, credores e pelo governo. [...] As grandes exigências de capital também conduziram à criação da sociedade por ações e, com o tempo, a auditorias obrigatórias.

O avanço da contabilidade ao longo dos tempos se deu em função da necessidade crescente de informações por parte dos proprietários e credores. Contudo, a transformação mais importante verificada nos últimos tempos foi a mudança deste campo restrito de usuário, passando para a produção de informações financeiras para investidores, acionistas, credores, entre outros.

Observa-se que o ponto central da contabilidade está no seu poder de informar. A veiculação (*disclosure*) da informação se dá por meio de relatórios econômico-financeiros gerados pelo sistema de contabilidade, formatados segundo normas e princípios de contabilidade emanados de diferentes organismos reguladores, nacionais (CFC, a CVM, o

BACEN) e internacionais, entre os quais têm destaque o IFAC e o IASB, além da ONU, OMC, OCDE, UE e Mercosul.

No cenário internacional os problemas econômicos que têm acometido os mercados em várias partes do globo têm motivado mudanças significativas na forma de elaboração e evidenciação das informações contábeis. Busca-se prioritariamente a comparabilidade das informações e, para que isto se faça possível, é necessário que a linguagem e os significados dos termos contábeis sejam semelhantes a fim de que se eliminem os ruídos de comunicação. Neste sentido o IFAC e o IASB vêm capitaneando um movimento de uniformização de normas e procedimentos adotados nos vários segmentos da economia mundial.

As práticas internacionais de contabilidade atualmente denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), são pronunciamentos contábeis internacionais de alta qualidade elaborados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), os quais se baseiam em princípios contábeis. Objetivam tratar dos requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das transações e eventos nos demonstrativos contábeis das empresas privadas, melhorando a qualidade da informação contábil e aumentando seu valor preditivo. Por esta razão são procedimentos que visam ser úteis e compreensíveis, que proporcionem transparência e comparabilidade das informações nas demonstrações financeiras e em outros relatórios contábeis.

Para o setor público as práticas internacionais são elaboradas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC) e são denominadas *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Estas práticas baseiam-se nas IFRS, porém observam as características próprias do setor. Esta correspondência de procedimentos definidos pelas IFRS e IPSAS demonstra uma tendência de harmonização dos padrões da contabilidade pública aos da contabilidade privada, quando aplicável. Esta aproximação das contabilidades representa um ganho substancial para a sociedade na medida em que utilizando um mesmo padrão contábil, os termos e forma de evidenciação das demonstrações serão mais facilmente compreendidos por seus usuários. As diferenças estruturais existentes, especialmente no que tange a questão orçamentária, se revelam como o ponto de dissonância entre os sistemas contábeis, mas isto não prejudica o processo de aproximação em andamento.

Importante destacar que a compreensibilidade das informações, em âmbito internacional, levou o IASB a constituir o comitê técnico de interpretação dos procedimentos atualmente designado *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC). Esse comitê é responsável por esclarecer as dúvidas dos usuários das informações contábeis. O que leva ao questionamento se as dúvidas dos usuários devem-se a regras contábeis complexas, se a linguagem utilizada é de difícil interpretação, se o que falta aos profissionais da área é mais conhecimento, ou se a causa é uma conjugação dos problemas identificados.

As mudanças verificadas no cenário econômico mundial têm motivado a comunidade contábil brasileira a buscar a melhoria dos padrões contábeis produzindo e disponibilizando informações econômico-financeiras transparentes, comparáveis e compreensíveis para investidores, auditores, contabilistas, governo e outros usuários. Para tanto desde 2005 percebe-se um movimento dos segmentos público e privado da economia com vistas a estruturar as mudanças necessárias à harmonização das práticas contábeis vigentes no país com as práticas internacionais de contabilidade. Isto porque a adoção de boas práticas contábeis fortalece a credibilidade da informação, facilita a compreensão, reduz riscos e incertezas, de tal maneira que as decisões amparadas pelas informações contábeis sejam seguras.

Neste sentido, a partir de 2005, foi constituído o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (setor privado), e o Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Estes dois grupos representam o empenho de entidades como o IBRACON, FIPECAFI, APIMEC Nacional, ABRASCA, BACEN, CVM, SRF, SUSEP, CFC e STN em elaborar normas e procedimentos compatíveis com as melhores práticas adotadas no mundo, visando aprimorar a qualidade da informação contábil, aumentando seu valor preditivo. A qualidade da informação, segundo o Pronunciamento 00 do CPC, deve conter atributos tais como *comparabilidade*, *objetividade*, ***compreensibilidade***, *oportunidade e relação favorável entre o custo e os benefícios dela esperado (grifei)*.

Nota-se que esforços têm sido empreendidos por estas entidades no sentido de melhorar o poder informativo das demonstrações contábeis, seja através de pesquisas, de

pronunciamentos ou de programas de qualificação profissional (DIAS FILHO e NAKAGAWA, 2001, p.45). Prova deste esforço são os pronunciamentos já emanados do CPC e referendados pela CVM e CFC além dos que encontram-se em audiência pública para análise e sugestão dos organismos e dos profissionais afetos ao ambiente contábil. A nova Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 11.638/07 representa o resultado deste esforço de melhoria dos padrões contábeis nacionais das empresas. A participação da sociedade na construção das normas e procedimentos representa o respeito à opinião daqueles que são o foco principal da Os pronunciamentos emitidos pelo CPC e ratificados pela CVM e CFC são os demonstrados no Quadro 2.

CPC	Descrição	CVM	CFC
00	Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual	Deliberação CVM nº 539/08;	NBC T 1, Resolução nº 1.121/08;
01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Deliberação CVM 527/07;	NBC T 19.10, Resolução nº 1.110/07.
02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Deliberação CVM 534/08;	NBC T 7, Resolução nº 1.120/08.
03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Deliberação CVM 547/08	NBC T 3.8 – Resolução CFC nº 1.125/08
04	Ativo Intangível	Deliberação CVM nº 553/08	NBC T 19.8 Resolução CFC nº 1.139/08
06	Operações de Arrendamento Mercantil	Deliberação CVM nº 554/08	NBC T 10.2 Resolução CFC nº 1.141/08.
07	Subvenção e Assistência Governamentais	Deliberação CVM nº 555/08	NBC T 19.4 Resolução CFC nº 1.143/08.
08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	Deliberação CVM nº 556/08	NBC T 19.14 Resolução CFC nº 1.142/08.
09	Demonstração do Valor Adicionado	Deliberação CVM nº 557/08	NBC T 3.7 Resolução CFC nº 1.138/08.
10	Custo com Sítio para Internet (Website).		Resolução CFC nº 1.140/08. Aprova a NBC T 19.8 - IT 1

QUADRO 2 - Normas Contábeis

No setor público a busca pelo aprimoramento contábil está formalizado através de Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade datadas de 25 de novembro de 2008 quando foram aprovadas e publicadas as dez primeiras NBCASP demonstradas no Quadro 3. Também neste segmento de atividade ocorreu um amplo debate com a classe contábil a nível nacional com o objetivo de estruturar as mudanças pretendidas para a contabilidade pública, além de tentar uniformizar conceitos e procedimentos antes da efetivação das mudanças.

Código	Resolução	Descrição
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil.
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	1.135/0/8	Controle Interno
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

QUADRO 3 - NBCASP

A qualidade das informações pressupõe clareza, relevância, confiabilidade e comparabilidade, além de requerer equilíbrio entre custo e benefício em sua preparação. Desta forma elaboradas as demonstrações contábeis e outros relatórios emitidos pela contabilidade poderão ser úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agências reguladoras e público em geral) na tomada de decisões econômicas. Acrescente-se que a apresentação de

demonstrações contábeis elaboradas sob orientação de padrões internacionalmente aceitáveis, com ênfase na transparência das informações financeiras e de gestão é apontada como boa prática de governança por organismos internacionais tais como a OCDE. “A questão da transparência de informações vem ganhando destaque na mídia ao longo do tempo, tendência estimulada pela demanda crescente por informações relevantes para tomada de decisão (SILVA et al, 2007, p. 3)”.

A compreensibilidade está relacionada pela norma internacional como um atributo importante da informação contábil. Demonstrativos e informações contábeis dotadas de conteúdos inteligíveis ampliam a utilidade, permitem maior acessibilidade e favorecem o atingimento do objetivo das informações que é servir de base para a tomada de decisão por um grande número de usuários. “Para poder comunicar – que é mais amplo do que informar – a contabilidade deve antes determinar o tipo de mensagem necessária ao usuário, e esse processo é de extrema importância, já que se isso não ocorrer não se estará comunicando, mas apenas informando (ILUFI, 2000, p.7)”.

O entendimento do conteúdo informacional é uma questão que afeta todos os setores da economia. Na área pública os usuários da informação contábil têm como finalidade avaliar o desempenho dos gestores públicos, e suas decisões têm caráter técnico e social. Assim, os usuários podem ser tanto os administradores públicos e profissionais dos órgãos de controle interno e externo, quanto a comunidade em geral (associações de classes, fornecedores, contribuintes, entre outros). Nesse sentido, as palavras de Sá (1999, p.42) sintetizam esse entendimento quando afirma que “a Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”. Desta forma uma informação contábil voltada à revelação de dados econômico-financeiros públicos deve primar pela evidenciação de elementos que agreguem informações técnicas e sociais, além da linguagem, que deve adequar-se ao entendimento de suas diversas classes de usuários, alguns dos quais não tão adaptados a linguagem técnico-contábil.

Na área privada a evidenciação das informações contábeis tem um caráter econômico, voltado a usuários tais como acionistas e gestores. Desta forma é natural esperar que esses usuários disponham de conhecimentos contábeis capazes de embasar suas decisões. Esse é o entendimento de Iudícibus (1997, p.111) quando afirma que “não se pode

esperar e seria tolice pensar que boas decisões de investimento pudessem emanar de um leitor com vagas noções de contabilidade e de negócios”.

A formação contábil disseminada na academia, via de regra, é aquela voltada à área privada numa alusão de que este é o setor produtivo da economia e o que mais precisa ser entendido. Compartilhar deste entendimento é esquecer que o setor público retém de toda a sociedade brasileira um terço da riqueza gerada, é esquecer que a sociedade é sócia majoritária das contas públicas e que os resultados negativos auferidos na gestão destes recursos significam mais aporte de capital social efetivado através de mais e novos tributos. Neste sentido a academia deveria abrir espaço para a formação de cidadãos mais conscientes em relação à sua participação no controle dos recursos públicos, ampliando a educação contábil em todos os segmentos de ensino. Esta posição foi defendida por Joelmir Beting em sua coluna no Jornal “O Estado de São Paulo” ao alertar para a necessidade da globalização da Contabilidade dizendo: "a demanda de transparência contábil dos governos e das empresas, exigência que se alastra pelos condutos da economia globalizada, deixou de ser assunto hermético de profissionais enrustidos. Virou cobrança para a transformação ética da economia e para a restauração moral da sociedade. Movimento que já coloca no cadafalso até mesmo o instituto sacralizado do sigilo bancário".

A ideia de que as informações contábeis devem ser geridas para um segmento de usuários é rebatida por Hendriksen e Van Breda (1999 p.511-512). Segundo esses autores, nos Estados Unidos, os organismos normatizadores e reguladores reconhecem que se devem divulgar informações a um leque variado de usuários: acionistas, outros investidores, credores, funcionários, clientes, órgãos de governo e ao público em geral. Porém alguns desses usuários são considerados destinatários secundários dos relatórios anuais e demandam outras formas de divulgação das informações. Isso ocorre devido à ausência de conhecimento a respeito das decisões de funcionários e órgãos de governo, por exemplo. Na Europa as organizações tendem a colocar os interesses de funcionários e do estado no mesmo nível dos interesses dos acionistas. “A importância da participação dos acionistas na propriedade da empresa é diminuída em favor da noção mais ampla de preocupações de vários grupos de interesse”. Entretanto, reforçam os autores, mesmo quando se defende a ideia de que há necessidade de divulgação para uma audiência mais ampla, os relatórios dão ênfase a demonstrações com finalidades genéricas, destinadas à aplicação geral. Como síntese da ideia por eles defendida “os acionistas representam o grupo fundamental para o

qual se faz divulgação financeira, entretanto, particularmente na Europa, outros grupos de interesse, como os funcionários, são vistos como destinatários igualmente importantes de informação financeira”.

No cenário atual a informação tem função vital para a continuidade das empresas. A crise que devasta a economia é uma crise, acima de tudo, de credibilidade. A confiança de investidores, credores e público em geral está abalada em razão direta com o grau de incerteza das informações geradas pelas empresas. A finalidade de uma empresa ao participar do mercado de capitais é captar recursos. E a valorização desta se dá através da percepção que os seus *stakeholders* têm em relação às suas ações de gestão. Essa percepção é viabilizada através da divulgação de informações confiáveis, relevantes e úteis.

Fornecer informação útil e oportuna para a tomada de decisões é a função básica da contabilidade. São as demonstrações financeiras que evidenciam, de forma resumida, a qualidade e a quantidade do patrimônio de uma companhia, retratando os avanços ou retrocessos da sua gestão. O aprimoramento da divulgação desses informes, perseguido pelas instituições brasileiras, visava promover uma maior transparência na prestação de contas, eliminando dados divergentes ou reduzindo a dificuldade de entendimento das informações contábeis por profissionais ou investidores do exterior (DUARTE, 2008, p. 77).

Com relação à percepção Santaella (2006, p. 510) ensina que:

[...] diante de qualquer fenômeno, isto é, para conhecer e compreender qualquer coisa, a consciência produz um signo, ou seja, um pensamento como mediação irrecusável entre nós e os fenômenos. E isto já no nível do que chamamos percepção. Perceber não é senão traduzir um objeto de percepção em um julgamento de percepção, ou melhor, é interpor uma camada interpretativa entre a consciência e o que é percebido.

A ocorrência de um fenômeno contábil é algo cotidiano. Porém, a percepção e compreensão deste fenômeno requer habilidade dos indivíduos, traduzida em atitude e nível de conhecimento, as quais podem ser apreendidas em função do ambiente sociocultural a que pertençam. Assim, a percepção em um ambiente contábil está relacionada à capacidade de observação de um fato e sua interpretação pelo codificador, de forma a construir mensagens contábeis que reflitam a fidedignidade do fenômeno observado, e que permita ao seu receptor a compreensibilidade deste fenômeno.

Para Vasconcelos e Viana (2007, p. 4) a informação representa uma orientação de dados para determinado propósito, dirigido por uma indagação ou foco de relevância (significado), conectando o dado, em sua expressão bruta, ao universo do conhecimento

sobre aquela matéria. Para essas autoras o conhecimento é o contexto maior da informação sendo “imprescindível que se lance mão da reflexão sobre a qualidade do preparo do usuário (seu background) bem como seus interesses principais para que essa coalizão de objetivos logre êxito”.

Considerando ser a contabilidade a linguagem dos negócios, importante se faz compreender os termos linguísticos (signos) empregados na construção dos elementos informativos dos dados econômico-financeiros em função da relevante influência dos signos na compreensibilidade das informações contábeis. O processo de construção de uma informação contábil segue uma lógica, que segundo Pierce (1905, citado em Netto, 2007, p. 78) seria o pensamento controlado, desenvolvido através de signos, de modo a torná-lo adequado a um objetivo. Através dos signos o emissor (contador) atinge o receptor (usuário) produzindo o processo de comunicação, que estará completo se o receptor compreender a mensagem transmitida através dos signos. A lógica no processo contábil envolve a percepção de um fato econômico-financeiro, a coleta de dados referentes a este fato, a análise, o registro (ou codificação) e a evidenciação.

A comunicação requer um emissor, uma mensagem e um receptor. A mensagem é um conjunto de códigos. Os códigos abrangem e organizam um campo de mensagens possíveis. Segundo Epstein (2003, p.17) cada uma destas mensagens, por sua vez, só é significativa quando rebatida ao código respectivo. Os códigos podem existir apenas na mente dos comunicantes (emissor e receptor) ou podem estar expressos de forma física, através de registros, visando dar sentido e vida ao processo de comunicação. O conhecimento do código deve, portanto, proceder ou no máximo ser simultâneo à troca de mensagens. Com esta declaração o autor reforça o entendimento de Iudícibus (1999) para quem a informação contábil deve ser elaborada para usuários que conheçam contabilidade. Em sendo uma verdade e considerando a importância da informação contábil para a geração e controle de recursos econômico-financeiros, melhor seria que esta ciência fosse acessível a todos.

O momento da codificação da mensagem contábil tem vital importância no processo comunicativo. É quando o contador, utilizando de seu poder discricionário, adota uma linguagem contábil voltada ao entendimento de seus usuários ou, ao contrário, uma postura normativa e estratégica orientada ao êxito pessoal ou de um grupo social. A percepção e

codificação da mensagem contábil requer um nível de conhecimento elevado do codificador a fim de que este possa traduzir eficazmente os fatos contábeis para o usuário da informação.

A questão da comunicação no processo contábil é um fator importante e tem movido muitos estudiosos (Silva, 1995; Adelberg, 1997; Martins, 1998; Dias Filho, 2001; entre outros) a analisar a influência da comunicação no processo de evidenciação das informações contábeis. Para esses autores a utilidade da linguagem contábil está diretamente relacionada à sua qualidade e compreensibilidade, uma vez que o propósito da contabilidade é ser instrumento de apoio aos processos decisórios. Desta forma, uma informação incompreensível, ou pouco compreensível, poderá não justificar seu custo de produção.

A análise de várias obras referenciadas neste trabalho revela a dificuldade de interpretação e entendimento das informações contidas em demonstrativos e relatórios gerados pelos sistemas de contabilidade por seus diversos usuários, não só não-contadores, mas até mesmo para contadores. No caso dos contadores as dificuldades estão relacionadas, principalmente, a falta de padronização e normatização para mensuração e evidenciação dos fatos e atos contábeis. Esta é uma questão que corrobora a necessidade de mobilização de organismos reguladores e com o propósito de equacionar as dificuldades que a falta de harmonização causa nos diversos setores da economia nacional.

Para os usuários não-contadores existe um agravamento da questão, pois além da falta de padronização e harmonização, existe o problema da estrutura semântica utilizada. Este entendimento reforça a necessidade de simplificação e objetividade no trato dos dados econômico-financeiros por parte da classe contábil, com o objetivo de não somente desmistificar a linguagem contábil, mas também desmistificar a figura do contador, que para muitos, ainda hoje, é tido como um profissional de pouca visão e produtor de informações inócuas. Isto pode ser notado na anedota sobre contadores, a seguir mencionada:

Dois amigos, ao realizarem a volta ao mundo em um balão, se perderam em função de espessa camada de nuvens que encobriam a região por onde navegavam. Na incerteza do rumo a tomar, resolveram aterrizarem e pedir ajuda.

Ao desembarcarem do balão encontraram um homem que caminhava pelos campos e pediram ajuda, perguntando se aquele senhor poderia informar a localização em que estavam. O homem, muito prestativo, explicou-lhes que estavam nas terras do Sr. Jeremias, sogro de seu patrão, Sr. Acácio, dono das terras em que ele trabalhava; que ficava a uma hora de caminhada na direção norte. Indo para o sul os viajantes poderiam encontrar uma mata virgem, famosa na região por sua imensa quantidade de eucaliptos. A cidade mais próxima estaria a cerca de uns cinco quilômetros.

Os dois amigos agradeceram as informações e se afastaram. Um deles comenta: tínhamos logo que encontrar um contador para nos dar informação?
O outro pergunta: como sabe que é contador? Não lhe perguntamos sua profissão?
Simples, respondeu. Ele nos deu a informação mais precisa, segura e inquestionável possível, mas completamente inútil (S.I, s.n).

Dias Filho (2001, p. 119 a 121, 173) realizou um estudo sobre aplicação da Teoria da Semiótica e da Comunicação na compreensibilidade da informação contábil. Nesse trabalho o autor afirma que “o problema geral da comunicação pode ser classificado nos seguintes níveis: *sintático, semântico e pragmático*”, sendo que o problema sintático se refere às relações lógicas existentes entre os sinais utilizados na formação das mensagens; o problema semântico preocupa-se com os significados que os sinais podem evocar; e o problema pragmático com o efeito que as mensagens produzem no comportamento de seus destinatários. Para esse autor “a preocupação com a linguagem contábil tende a aumentar na medida em que o leque de agentes interessados em informações contábeis se amplia, passando a incorporar elementos de características bem diversificadas em relação aos tradicionais”.

Com esta afirmação o autor permite confirmar a teoria de que a questão da compreensibilidade está relacionada ao nível de conhecimento do codificador de um lado ao perceber, captar, analisar e codificar a informação e, do usuário do outro lado que ao receber a mensagem precisa decodificá-la e interpretá-la. Influencia no nível de conhecimento a amplitude conceitual dos signos linguísticos e seu conteúdo; o codificador (contador) e o usuário (cliente, acionista, administrador, contador, etcetera) devem ter sempre em mente a significação e sentido da mensagem codificada.

Este entendimento encontra eco nas palavras de Berlo (2003, p.53) que ao analisar a questão da fidelidade da informação discute o conceito de conhecimento prévio do usuário e afirma que falar em usuário (receptor da comunicação) é falar em nível de conhecimento. Se o usuário não conhece o código (contabilidade), a mensagem (informação contábil) e o processo de comunicação (demonstrativos contábeis) são grandes as perspectivas que entenda mal as mensagens, tire conclusões incorretas e falhe na consecução do que pode ser do seu próprio interesse. Importante ressaltar que outro fator importante neste cenário é a atitude objetivante dos codificadores da mensagem envolvidos no processo, se voltada à interação com o usuário ou se voltada ao êxito individual ou de um grupo, de forma lícita ou ilícita. Esta é uma questão que não pode ser abdicada quando se analisa o processo de

composição de uma informação contábil para fins de evidenciação. Os últimos escândalos ocorridos na economia comprovam que em diversas situações (interesses políticos, pressões de empresários, dolo) as informações contábeis podem omitir erros e fraudes, tornando-se enganosas e prejudiciais à sociedade. Essas situações que podem acarretar tomadas de decisões equivocadas foram identificadas por Hendriksen e Van Breda (1999) como sendo:

- a) o uso de procedimentos que afetam materialmente as apresentações de resultados ou do balanço, comparados com métodos alternativos que poderiam ser supostos pelo leitor, na ausência de evidenciação;
- b) a mudança material nos procedimentos de um período para o outro;
- c) eventos significativos ou relações que não derivam das atividades normais;
- d) contratos especiais ou arranjos que afetam as relações de contratantes envolvidos;
- e) mudanças materiais ou eventos que afetariam normalmente as expectativas; e
- f) evidenciação.

Dias Filho e Nakagawa (2001, p.43, 49) questionam até que ponto os usuários das informações contábeis conseguem compreender a terminologia empregada na evidenciação das demonstrações. Muitos termos utilizados nas demonstrações contábeis não são compreendidos por seus destinatários ou são interpretados de maneira diferente da que se pretendia, em função dos significados diferentes atribuídos pelos usuários e que diferem dos objetivos do contador. Esses autores argumentam que “é preciso considerar que nem sempre as demonstrações contábeis se dirigem a um público especializado, podendo incluir também pessoas que possuem pouco domínio das particularidades inerentes à terminologia contábil”.

E complementam:

Se isso pode ocorrer com usuários mais familiarizados com a terminologia contábil, a exemplo de investidores, credores e outros semelhantes, o que pode ser dito em relação aos menos tradicionais, tais como entidades de proteção ambiental, organizações não governamentais voltadas para a defesa dos direitos humanos, ou até mesmo o cidadão comum que, por si próprio, recorra a demonstrações contábeis para conhecer a relação das empresas com o ambiente onde opera?

A referência a uma linguagem simples e mais amigável se justifica em razão de que nem sempre as demonstrações contábeis se dirigem a um público formado exclusivamente de contadores. Entre seus potenciais usuários pode-se encontrar um público não-contador formado por estudantes, clientes, fornecedores, administradores públicos, enfim, usuários

com formação diversa da ciência contábil ou, até mesmo, sem formação específica, mas que nem por isso deixam de ser potenciais usuários da informação. Neste aspecto, o valor da informação depende tanto da capacidade que tenha de promover conhecimento quanto da capacidade cognitiva do usuário. Segundo Iudícibus (1997, p. 13) “é importante utilizar, nas demonstrações, uma terminologia clara e relativamente simplificada”.

Procedimentos de coleta e registro de dados e modelos de apresentação de demonstrações e informações contábeis utilizadas pelas entidades públicas ou privadas são frutos, em sua grande maioria, do trabalho de professores e profissionais de elevado nível técnico, gerados com o objetivo de atender a necessidades de determinados grupos de usuários. Isto levou a diversidade de termos e conceitos contábeis estruturados muitas vezes sem um embasamento teórico calcado sob as luzes dos princípios contábeis, corroborando para o enigmático conteúdo gráfico e semântico utilizado na linguagem contábil.

Estas dificuldades de entendimento são definidas por Epstein (2003, p. 21) como “ruídos de comunicação”. Para esse autor ruído é todo fenômeno que é produzido numa comunicação e não pertence à mensagem intencionalmente emitida, podendo ser aplicado à comunicação visual, escrita, sonora, dentre outros, e que perturba a recepção fiel da mensagem, alterando-a. Berlo (2003, p. 41) sintetiza ruído da comunicação como o fator que em cada um dos ingredientes da comunicação podem reduzir a sua efetividade. Como elementos da comunicação tem-se o codificador (contador); o receptor (usuário); a mensagem (informação contábil); e o canal (demonstrativos contábeis).

Mas o que pode ser caracterizado como ruído na comunicação contábil?

A este respeito estudos realizados revelam que os ruídos podem ser, por exemplo, a utilização de palavras/termos pela contabilidade cujos significados não encontram correspondência na linguagem cotidiana, tais como passivo, depreciação, diferido, entre outros. A quantidade de informação e a divulgação também são considerados ruídos na comunicação contábil.

Para uma análise dos ruídos estes foram classificados em dois grupos: quanto a codificação da informação onde são analisados o elementos codificador, receptor e

mensagem; e quanto à evidenciação onde é analisado o canal, sendo neste elemento analisados os meios de comunicação e a divulgação (evidenciação).

2.3.2.1. Quanto à codificação

Silva (1995) realizou uma pesquisa com administradores em São Paulo com o objetivo de identificar os possíveis problemas existentes nos demonstrativos contábeis que impactavam na utilização destes pelos entrevistados. Os resultados indicaram que a contabilidade emprega palavras que são desconhecidas por seus usuários, provocando uma subutilização dos demonstrativos contábeis. Os pesquisados sugeriram a adoção de termos mais simples, que facilitem a compreensão das informações contábeis. Pode-se observar que mesmo profissionais qualificados (administradores, economistas, advogados entre outros) não conseguem compreender por completo todos os termos utilizados nos demonstrativos e relatórios contábeis, provocando sua subutilização. A subutilização dos relatórios gerados pelos sistemas contábeis representa forte indício de que a contabilidade não atinge sua finalidade.

Segundo Martins (2006, p. 24) para a comunicação de duas pessoas é absolutamente necessário que estes atribuam a objetos, conceitos e ideias o mesmo nome, sob pena de, no mínimo, reduzirem o nível de entendimento, sob a alegação de ser um mero problema de terminologia, mas que, segundo esse autor, na verdade pode ser caracterizado como um magno problema de terminologia. Isto remete ao exemplo do signo “caixa” utilizado anteriormente, onde este pode significar uma embalagem, um setor bancário, ou uma classificação contábil para um fato financeiro de uma organização.

As observações de Silva e de Martins permitem entender a pouca utilização de demonstrações contábeis para compreensão da economia nacional, exceto por investidores e administradores de empresas. A linguagem contábil é tida como rebuscada, codificada para poucos “iluminados” na arte econômica.

Dias Filho e Nakagawa (2001, p.45) comentam que alguns autores consideram que o uso de termos e expressões diferentes para identificar e descrever itens similares nem sempre resulta de interpretações equivocadas acerca dos fatos evidenciados, mas de "simples" preferências individuais. Os autores definem esta dificuldade como “problema

semântico”, ou seja, a distância existente entre o significado que um emissor pretende transmitir através de determinado código e a interpretação que o receptor atribui à mensagem. Epstein (2003, p. 16) entende que a comunicação envolve o significado ou a interpretação das mensagens, que dependerá da dimensão semântica do código ao qual está referido. O oposto também pode ocorrer, ou seja, determinado termo se associar a significados bem diferentes. McCabe (1973), por exemplo, constatou que algumas palavras de uso frequente na área de custos apresentavam significados completamente diferentes em seis manuais de apenas duas organizações profissionais pertencentes ao mesmo ramo de atividade.

Se a eficácia de qualquer processo de comunicação exige, entre outras coisas, que os produtores da informação e seus destinatários atribuam os mesmos significados aos códigos lingüísticos utilizados, há de se admitir que o aprimoramento do potencial de evidência dos demonstrativos contábeis requer pelo menos uma **avaliação periódica do grau de compreensibilidade da terminologia empregada pela Contabilidade** (Dias Filho e Nakagawa (2001, p.46 (grifei)).

Considerando-se que a informação é atualmente um ativo altamente valorizado que agrega valor às organizações, mais que isto, que a informação é o negócio de muitas organizações, a qualidade do produto gerado tem impacto direto nos resultados econômicos e sociais auferidos. E a qualidade é mensurada em função do valor que agrega à tomada de decisão, ação possível quando a informação é compreendida. Para Beuren (2007, p. 14) “em um ambiente competitivo, a preocupação com a informação a ser gerada deve consistir na essência do que foi apreendido, pois há um conjunto de características que, combinadas, podem fortalecer ou, no outro extremo, invalidar uma informação”.

Uma outra questão a ser analisada quando se fala em comunicação, além da qualidade, é a quantidade de informação. O que informar e o quanto informar tem pesos preponderantes na construção da mensagem que se deseja revelar. Estas afirmações não são consenso entre pesquisadores e autores. Dantas *et al* (2008, p. 4) afirmam que a quantidade de informação a ser divulgada depende de fatores como: sofisticação do leitor a que é direcionada; padrão de evidência considerado mais apropriado; complexidade e diversidade das operações realizadas; entre outros. Dias Filho e Nakagawa (2001, p. 55) complementam que “fica claro que o importante não é transmitir a maior quantidade possível de informação, mas **fornecer a informação necessária**, de forma compreensível, numa relação custo/benefício otimizada, para que o usuário possa alcançar melhores resultados no processo decisório”. Por outro lado Eccles *et al* (2001, citado por Malacrida e Yamamoto, 2006, p. 67) entendem que “[...] um dos melhores caminhos para atrair a

atenção do mercado é provê-lo com **muita informação**. Isso concede tanto a analistas quanto a investidores algo para analisar de modo que eles possam determinar se uma oportunidade de investimento existe (**grifei**)”.

O excesso de informação, para Epstein (2003, p.7-8), é o “estado caótico da informação”, sendo caótico é estado de máxima informação e de onde não emerge nenhuma forma de Gestalt^{vi}. A informação é uma variedade de sinais elementares que ao se unirem, compõem uma forma capaz de transmitir significados. Contudo, muita informação pode causar caos ao invés de informar.

Informações insuficientes levam a decisões mal embasadas. Do outro extremo, excesso de informação pode acarretar dúvidas e incertezas no momento da decisão. O importante é ter sempre em mente que a boa mensagem é aquela que contemple informações úteis, tempestivas, relevantes, compreensíveis e, segundo Iudícibus (2000, p. 117) adequada, justa e plena. A grande questão é saber o quanto de informação pode ser considerada adequada, ou justa, ou plena.

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 515) a quantidade de informação a ser divulgada depende, em parte, da sofisticação do leitor que a recebe e do padrão considerado desejável pela entidade que a divulga. Para esses autores divulgação adequada pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo negativo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras. E complementam dizendo que “divulgação justa e divulgação completa são conceitos positivos. A divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial. Divulgação completa pressupõe a apresentação de toda informação relevante”. Desta forma, em um mundo ideal as decisões sobre o nível apropriado de divulgação devem ser baseadas no aumento do bem-estar social que qualquer divulgação adicional propicie ao usuário.

Merece consideração a observação oferecida por Yumara.

A evidenciação em hipótese alguma é sinônimo de representatividade, materialidade ou relevância, no entanto não podemos negar a importância e necessidade de filtros de informações para melhorar a comunicabilidade e a fluidez sistêmica destas, posto que os filtros dosam o quantum a ser evidenciado para o usuário (VASCONCELOS e VIANA, 2008, p.4).

2.3.2.2. Quanto à divulgação das informações

O objetivo principal da contabilidade é fornecer informações econômico-financeiras para a tomada de decisão de seus usuários. E a evidenciação é o atributo fundamental para a realização deste objetivo. O fornecimento da informação se processa através da divulgação dos fatos econômico-financeiros formalmente estruturados em relatórios, os quais seguem padrões normativos estabelecidos por leis e regulamentos. Estes relatórios são instrumentos fundamentais para a interação entre os usuários e o sistema contábil por permitir o conhecimento da situação econômica e financeira do país.

Foi comentado anteriormente que fenômenos contábeis a ser revelados devem apresentar uma forma adequada, consistente e compreensível segundo os procedimentos e normas contábeis vigentes. A divulgação envolve o processo completo da contabilidade e a escolha do melhor método depende da natureza da informação. São exemplos de métodos de divulgação o formato e disposição das demonstrações contábeis formais, terminologia e apresentação detalhada, notas explicativas, carta do presidente do conselho de administração, comentários no parecer de auditoria. No entanto o que importa neste momento é analisar os instrumentos (canal) de divulgação das informações, e os reflexos da evidenciação na gestão da uma organização.

2.3.2.2.1. Canal

O canal se refere ao *como* divulgar as informações contábeis. Nesta linha de ideia pode-se falar em forma e em instrumento de evidenciação.

Quanto à forma as informações contábeis podem ser estruturadas em demonstrativos contábeis tais como balanço patrimonial, demonstração de valor agregado, balanço social ou em relatórios gerenciais como notas explicativas, relatório da administração, relatórios gerenciais, parecer de auditoria, entre outros. Estes variam em função da área de atuação da empresa, das exigências normativas e do tipo de usuários. Os relatórios que permitem melhor evidenciação da situação econômico-financeira das entidades são o relatório da administração e as notas explicativas, contudo a forma e conteúdo destes relatórios não são alcançados pelas normas existentes, ficando a administração com o poder de definir o que atenda melhor às suas necessidades.

Quanto ao instrumento, as informações podem ser veiculadas por meio da mídia impressa (revistas especializadas, jornais de circulação nacional, jornais oficiais (diário oficial no caso de órgãos governamentais) e atualmente *internet*.

O custo de publicação na mídia impressa é elevado e isto reflete no nível de informação que as organizações divulgam, estimulando os empresários e administradores a publicarem apenas o que julgam necessário e possível. Aliás, é consenso que o custo elaboração e divulgação de uma informação não pode ser superior ao benefício gerado por esta. Dantas *et al* (2008, p. 5) acrescentam que “como limitação, também se verifica que a avaliação dos custos e benefícios é, em essência, um exercício de julgamento.

Há uma percepção de que a internet representa o grande canal de informações da atual sociedade do conhecimento. Através deste mecanismo os indivíduos podem obter dados sobre quase tudo o que ocorre no mundo. Porém não são todas as pessoas que acessam este canal de comunicação ou porque não sabem como fazê-lo, ou porque não tem acesso, ou por resistência pessoal, ou mesmo pelo custo de obtenção e manutenção de equipamento necessário. Estes são aspectos socioculturais que impactam diretamente no processo de compartilhamento do conhecimento. No entanto empresários e organismos públicos têm investido neste canal de comunicação com a crença de que os dados disponibilizados são garantia de informação. Esta percepção pode ser confirmada através do entendimento proferido por Silva e Magalhães Filho (2005, p.2): “O advento da Internet proporcionou às corporações com investidores um inovador e poderoso canal de relacionamento com investidores. Assim, cada vez mais as grandes companhias abertas estão utilizando a *Web* para uma aproximação maior com seus acionistas, analistas e investidores”. Para constatar esta afirmação os autores realizaram um estudo objetivando verificar a existência de associações entre indicadores de desempenho e a disseminação voluntária de informações financeiras pela internet e apuraram que não existem regras ou orientações acerca da utilização da internet como meio de disseminação destas informações por parte das empresas brasileiras. Acrescentam que apesar de tratar-se de um meio de comunicação veloz e pouco dispendioso, apenas parte das empresas pesquisadas utiliza adequadamente a *Web* para este fim.

Não é possível questionar o poder da internet na difusão de conhecimento e como ferramenta de gestão para investidores, administradores entre outros. Contudo, atribuir à internet a efetividade na comunicação e interação entre empresas e usuários é prejudicar as ações dos vários atores do processo comunicacional.

2.3.2.2.2. A evidenciação

A evidenciação das informações representa o canal de interação entre os sistemas contábeis e os *stakeholders*. O formato global da economia e o reconhecimento da importância de todas as categorias de atores no processo de geração de riqueza têm impulsionado a contabilidade a redimensionar seu campo de ação em função da necessidade de informações demandada por estes atores para a tomada de suas decisões. O novo sistema contábil precisa produzir informações úteis, fidedignas, tempestivas, oportunas e compreensíveis com qualidade e em quantidade suficiente para que os vários tipos de usuários possam avaliar a situação da entidade, bem como fazer inferências sobre tendências futuras, isto porque informar:

[...] é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário (IUDÍCIBUS, 2000, p.121).

Novos modelos de gestão têm sido adotados por organizações públicas e privadas, pautados em princípios como transparência, prestação de contas (*accountability*), equidade e responsabilidade corporativa. Estes são princípios norteadores do que atualmente é denominado Governança Corporativa. Governança Corporativa representa uma conduta organizacional monitorada por um sistema de controle que envolve acionistas, conselho de administração, diretorias, auditoria independente e conselho fiscal com o objetivo de aumentar o valor das empresas, facilitar o acesso ao capital externo a ser captado e contribuir para a sua continuidade. A governança empresarial envolve, assim, questões relacionadas à atuação dos investidores, à relação dos proprietários e gestores, e aos mecanismos institucionais que conferem legitimidade à organização. A evidenciação para estas organizações é considerada um procedimento fundamental por dar transparência e por aproximar os vários atores envolvidos no processo, além de possibilitar a minimização dos conflitos de interesse entre estes, com a redução de assimetrias informacionais.

Fontes Filho (2003, p.3) entende que organizações públicas e privadas guardam semelhanças importantes no que diz respeito à governança organizacional. Para o autor a separação propriedade e gestão, que gera os denominados problemas de agência, os mecanismos de definição de responsabilidades e poder, o acompanhamento e o incentivo na execução das políticas e objetivos definidos, por exemplo, são problemas comuns aos dois modelos de organização. Dentre os problemas de agência encontra-se a questão da assimetria informacional.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2007, p.9) o ato de informar deve ser este um dos objetivos principais da entidade.

Mais do que "a obrigação de informar", a Administração deve cultivar o "desejo de informar", sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida, resulta um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. A comunicação não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor.

No setor público a evidenciação está objetivada através da Constituição Federal (art. 37) que estabelece como princípio explícito da administração pública a publicidade dos atos de gestão. Figueiredo e Nóbrega (2007, p.29-30) observam que a transparência é um corolário da governança e esta vem ganhando relevo no âmbito público. No entanto, segundo esses autores, este princípio constitucional não tem alcançado o êxito esperado em função da forma pouco inteligível dos dados fornecidos para a sociedade.

[...] dado a especificidade de muitos temas (o orçamento é um exemplo) muitas vezes o princípio da publicidade é alcançado de forma mitigada, pois o destinatário final da informação não possui condições de decodificá-la plenamente. Transparência, assim, seria divulgação de dados de forma inteligível à população, ensejando, portanto, o controle social e a participação popular. No âmbito público o assunto governança ainda é recente, sobretudo no que se refere a aspectos previdenciários. Sendo assim, garantir representatividade, atendimento de metas, acesso a informações é fundamental para garantir transparência à gestão e ensejar confiabilidade dos clientes (indivíduos integrantes do sistema) e credibilidade ao próprio Governo. Fica claro portanto, que dentro do conceito de governança deve estar implícito a transparência para acesso permanente e eficaz de informações do usuário/cidadão sobre toda a administração e situação dos fundos previdenciários.

A evidenciação de informações para o mercado de capitais tem sido um tema abordado em vários trabalhos científicos com o objetivo de mensurar o reflexo desta sobre as empresas. Malacrida e Yamamoto (2006, p. 78) realizaram uma pesquisa para avaliar a relação existente entre o nível de evidenciação das informações contábeis e a volatilidade do retorno das ações das empresas que compõem o Ibovespa e concluíram que as empresas que

apresentam um maior nível de evidenciação possuem uma volatilidade média dos retornos de suas ações menor do que as empresas que apresentam um menor nível de evidenciação.

Dantas et al (2008, p.16) avaliaram a dualidade existente entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação concluindo que um maior nível de evidenciação:

“representa uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que beneficia os usuários com a informação que eles necessitam para o seu processo decisório e cria as condições para o desenvolvimento e estabilidade do mercado de capitais, também se reflete na valorização da entidade, aumentando a confiança dos credores, investidores e demais agentes em relação à organização e, contribuindo para o aumento da liquidez de suas ações e a redução do custo de capitais.

Athayde (2002, p. 28,72) analisou a evidenciação de informações contábeis de uma área social no setor público. A pesquisa revelou existir uma carência de evidenciação de informações municipais para a comunidade excetuando as publicações obrigatórias, apesar compreensão dos pesquisados quanto a importância da informação contábil como elemento de controle e benefício social. Esse autor destaca o fato de que existe uma recorrência de trabalhos voltados a evidenciação no setor privado “deixando uma lacuna, no tocante a uma abordagem específica envolvendo divulgação de informações do setor público”. Para o autor no meio contábil existe uma “falta de conscientização sobre a relevância do tema evidenciação contábil, além da ausência de uma política que discuta a qualidade inerente no método de divulgação de informações relativas aos gastos sociais do poder público tanto para usuários internos como para usuários externos”.

Importante ressaltar que a evidenciação segue modelos de regulamentação definidos de acordo com o sistema legal que rege o país: *commom law ou civil law*. O *commom law* adota uma estrutura menos regulamentada, com mais flexibilidade e com menos influência governamental. Em contraponto, no *civil Law* as regras são rígidas e o governo preponderante influencia na regulamentação da economia. O Brasil segue uma regulamentação do tipo *civil law* com forte regulamentação do mercado acionário e pouca flexibilidade. Isto, por um lado favorece os usuários uma vez que as entidades se veem obrigadas a revelar sua situação econômico-financeira. Mas, por outro lado favorece a estas mesmas entidades na medida em que revelam somente aquilo que são obrigados. A falta de regulamentação quanto às informações que devem ser evidenciadas e a forma desta evidenciação sempre poderão acarretar discordâncias entre os usuários sobre o que dever ser

divulgado e qual a forma de divulgação. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 515) uma evidenciação apropriada deve estabelecer para quem a informação é dirigida, qual a finalidade e quanta informação é necessária. Desta forma regulamentada, ainda que não fosse atendida a necessidade de todos os usuários, ao menos estes poderiam contar com uma evidenciação adequada, ou seja, elaboradas com vistas a atender os usuários a que se propõe e no nível de informações requeridas.

A questão que se apresenta quando se trata do nível de informação é identificar qual é a medida exata para o usuário. A elaboração de demonstrativos contábeis tais como balanço patrimonial, mutação patrimonial ou demonstração de valor agregado (ou adicionado) seguem um padrão definido e, a menos que ocorra omissão ou fraude, os dados quantitativos estarão todos evidenciados. A dificuldade de mensuração se instala quando da elaboração de informações qualitativas, as quais carregam um grau de julgamento individual dependente do nível de conhecimento e especialização de seu emissor.

Iudicibus (1995, p 83) comenta que a informação qualitativa é muito mais difícil de ser avaliada, pois envolve vários julgamentos extremamente subjetivos. Desta forma é muito difícil estabelecer o ponto de corte em que uma avaliação não quantificável deixa de ser importante no processo decisório de forma que justifique a omissão na evidenciação. Vasconcelos e Viana (2007, p.9) complementam que “a dosagem sem perda de conteúdo, muitas vezes, melhora a eficácia da informação porque a simplifica facilitando, portanto, a percepção e o entendimento do usuário”. Contudo, “a dosagem de informações não resolve o problema da compatibilização entre o preparo do usuário e a forma de apresentação dos relatórios e Demonstrações Contábeis”

A literatura analisada sobre atributos da informação contábil expõe duas questões importantes. De um lado a preocupação com a compreensibilidade da informação contábil revelada, sendo considerados aspectos referentes à sintaxe e semântica da mensagem codificada, sua qualidade e quantidade. Por outro lado a divulgação da informação, considerando-se a forma e a importância da divulgação de informações adequadas. Essas questões foram analisadas com foco no usuário da informação.

2.4. As informações geradas do sistema previdenciário

As informações geradas pelo PREVI-RIO podem ser acessadas através da página da entidade através do endereço eletrônico www.rio.rj.gov.br/previrio. Uma visita ao sítio revela que a entidade fornece informações sobre benefícios assistenciais tais como concessão de auxílio-educação; informações sobre aposentadoria, auxílio-moradia a segurados do PREVI-RIO com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, entre outros. São disponibilizados, ainda, dados referentes a prestação de contas da entidade.

Em função do objetivo da pesquisa não foi avaliada a qualidade das informações relacionadas a atividade fim da entidade. O estudo teve como foco a avaliação dos elementos componentes das informações econômico-financeiras e relatórios gerenciais emitidos pela entidade.

2.4.1. Dos demonstrativos contábeis

Os regimes próprios de previdência, em função de sua personalidade jurídica, observam as regras de contabilização e evidenciação determinadas pela Lei n. 4320/64, pelas Instruções Normativas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/00, além de outras normas e regulamentos legais vigentes, especialmente os advindos do Ministério da Previdência Social como a Portaria 4992/99.

Uma análise comparativa entre os demonstrativos contábeis elaborados pelo setor público e setor privado revela que princípios teorizados pela doutrina não encontram conformidade entre os dois setores da economia. Esta questão tem sido debatida em âmbito nacional e internacional conforme já citado no item 2.3.2. Recente artigo apresentado no Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG/2008)^{vii} traz um estudo sobre a harmonização das normas contábeis para o setor público através de uma comparação entre balanços patrimoniais elaborados segundo a Lei 4320/64 e a e aqueles elaborados segundo as práticas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC), denominada *International Public Sector Accounting Standard* (IPSAS 1). O citado estudo revelou que existem divergências conceituais entre os dois modelos de demonstração que evidenciam a não observância dos princípios balizadores da Teoria da

Contabilidade que definem a natureza e funcionalidade das contas contábeis. Isto certamente acarreta dificuldades de interpretação e compreensibilidade dos demonstrativos contábeis públicos.

As regras de contabilização adotadas pelo setor público a partir de novembro de 2008 começam a tomar novos rumos. Com a publicação dos novos procedimentos contábeis aprovados pelo CFC a contabilidade tenderá a se aproximar dos procedimentos adotados pelo setor privado, quando cabível. Isto poderá facilitar a comunicabilidade entre o governo e a sociedade na medida em que os procedimentos contábeis passam a ser coincidentes. Porém esta é uma realidade que deverá ser testada.

Quanto aos procedimentos de contabilização adotados pelos regimes próprios a literatura apresenta estudo realizado por Diana Lima (2007) onde a autora faz uma análise do processo contábil deste segmento de atividade, tratando das inovações e implementação de procedimentos contábeis até então pouco usuais na administração pública brasileira, como a constituição de provisões e reservas, a atualização da carteira de ativos financeiros a valor de mercado e as depreciações e amortizações. A autora argumenta que estas novas práticas na contabilidade pública vão requer do profissional a revisão e incorporação de novos conceitos.

As Demonstrações Contábeis exigidas para os RPPS seguem as determinações da Lei 4320/64 ratificadas pela LRF aplicadas à administração pública: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais. Além destas também são exigidos dos regimes próprios a elaboração de Demonstrativo das Receitas e Despesas do Regime Próprio; Demonstrativo Financeiro do RPPS; Comprovante dos Repasses, Recolhimentos e Arrecadações das Contribuições à Unidade Gestora; e Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial DRAA. Estes últimos definidos por Portarias no Ministério da Previdência Social.

O Balanço Patrimonial tem como finalidade evidenciar a posição das contas que constituem o ativo e o passivo da entidade, apresentando-se a situação estática dos bens, direitos e obrigações, indicado o valor do saldo patrimonial. A estrutura deste Balanço é apresentada no anexo 14 da Lei 4.320/1964. O Balanço Orçamentário tem como finalidade demonstrar as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as receitas

realizadas e as despesas executadas, respectivamente. Sua estrutura está prevista no anexo 12 da Lei 4.320/1964. O Balanço Financeiro objetiva demonstrar as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, e os saldos anteriores de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte conforme modelo constante do anexo 13 da Lei 4.320/1964. Finalmente, a Demonstração das Variações Patrimoniais deve demonstrar o resultado da gestão da entidade, resultante ou não da execução orçamentária. A estrutura deste demonstrativo encontra-se disposto no anexo 15 da Lei 4.320/1964.

Ressalte-se que O CFC através da Resolução CFC n. 1.133/08 aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público nº. 16.6 (NBCASP 16.6) e acrescentou a esta relação a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração de Resultado Econômico e as Notas Explicativas. Contudo, a adoção destes novos demonstrativos ainda não foi observado.

Dos demonstrativos adotados pelo setor público, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Fluxo de Caixa seguem o mesmo padrão do setor privado, ressalvado algumas classificações contábeis específicas. Diferem do setor privado o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro. Quanto a Demonstração das Variações Patrimoniais esta se aproxima da Demonstração de Resultado.

A contabilidade dos RPPS segue, como já dito, as mesmas exigências de contabilização da administração pública em função de sua vinculação legal. Contudo, existem especificidades a este segmento de atividade que afetam a conformidade contábil entre os entes. Para Borges a adoção da Lei nº 4320/64 como norma geral de contabilidade é uma estrábica visão da contabilidade uma vez que esta não atende a questões primordiais para o equilíbrio atuarial e financeiro dos sistemas previdenciários que é a avaliação de ativos, bens e direitos. Segundo Borges (2007, p. 150) “não é possível que pretendamos construir um novo modelo previdenciário a partir de conceitos tão obsoletos quanto aqueles constantes da Lei nº 4320/64, também conhecida como Lei Geral de Contabilidade Pública”.

Esta percepção tiveram os técnicos do Ministério da Previdência que elaboraram a Portaria nº 916/ 03 e definiram novos procedimentos contábeis a serem adotados pelos RPPS em função das peculiaridades do setor e com base na Lei nº 9.717/98 que dispõe que a

contabilidade dos RPPS deverão ser organizadas com base nas normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

As inovações contábeis aplicadas ao setor público verificadas recentemente tem como finalidade de permitir a comparabilidade das informações entre entidades e entre países. Não obstante, esta melhoria nos processos contábeis não garante melhor e maior compreensão dos usuários das informações produzidas isto porque sua linguagem continua excessivamente técnica, principalmente em se tratando de contabilidade previdenciária. Silva *et al* (2007, p.5) ao analisar a necessidade de transparência de informações para participantes de planos de benefícios previdenciários concluiu que:

Desse modo, como um instrumento de prestação de contas aos participantes, as demonstrações contábeis devem prover informações suficientes para análise, controle e acompanhamento da situação do plano de benefícios, que, em essência, é o principal interesse dos usuários.

Para confirmar esta observação toma-se como exemplo uma DVA. A escolha deste demonstrativo se dá em função de ser este o modelo que se aproxima de uma demonstração de resultados adotada pelo setor privado e, por isso, teoricamente mais conhecido. A estrutura da DVA apresenta as fontes de financiamento e desembolso do setor público. Estas fontes são denominadas Variações Ativas ou Passivas. Na sequencia são observadas nomenclaturas contábeis tais como Alienação de Bens, Repasses Recebidos, Mutações Patrimoniais e Inversões Financeiras que não encontram correspondência de significado na linguagem coloquial e, teoricamente não são do domínio de todos os potenciais usuários das demonstrações contábeis públicas.

Instituto de Previdência e Assistência de Cidade Feliz			
Anexo 15 da Lei 4.320/64		Mês/Ano	
Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária	xxx	Resultantes da Execução Orçamentária	xxx
Receitas Orçamentárias	xxx	Despesas Orçamentárias	xxx
Receitas Correntes	xxx	Despesas Correntes	xxx
Contribuições	xxx	Pessoal e Encargos Sociais	xxx
Patrimoniais	xxx	Outras Despesas Correntes	xxx
Serviços	xxx		
Outras Receitas Correntes	xxx		
Receitas de Capital	xxx	Despesas de Capital	xxx
Alienações de Bens	xxx	Investimentos	xxx
Amortizações de Empréstimos	xxx	Inversões Financeiras	xxx
Repasses	xxx		
Repastes Recebidos	xxx		
Mutações Patrimoniais	xxx	Mutações Patrimoniais	xxx
Aquisição de Bens Móveis/ Intangíveis	xxx	Recebimento Restos a Receber	xxx
		Financiamentos Imobiliários Amortizados	xxx
		Alienação de Bens Móveis/ Intangíveis	xxx
Independente da Execução Orçamentária	xxx	Independente da Execução Orçamentária	xxx
Cancelamento Restos a Pagar	xxx	Baixa de Bens Móveis/ Intangíveis	xxx
Acréscimo de Almojarifado	xxx	Depreciação Bens Móveis	xxx
Baixa de Depreciação/Amortização Bens Móveis/ Intangíveis	xxx	Depreciação/Amortização - Bens Móveis/ Intangíveis	xxx
Valorização de Títulos e Valores	xxx	Baixa de Almojarifado	xxx
Inscrição de Contas a Receber	xxx	Desvalorização de Títulos e Valores	xxx
Atualização de Contas a Receber	xxx	Baixa Desp. Pagas Antecipadamente	xxx
Atualização de .Empréstimos Concedidos	xxx		
		Resultado Patrimonial	
		Superávit Verificado no Exercício	Xxx

Quadro 4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Neste sentido, ainda que pesem as novas regras contábeis aplicadas ao setor público, este estudo propõe a adoção de uma Demonstração de Valor Adicionado (apresentada no capítulo 3) elaborada de acordo com os princípios da Teoria Contábil e que contenha informações mais compreensíveis para o servidor/cliente do regime previdenciário.

A contribuição da DVA vai além da possibilidade de entendimento pelo usuário. Ela tem a possibilidade de contribuir para a ampliação da governança no setor público na medida em que reduz a assimetria informacional e amplia sua evidênciação.

Vasconcelos e Viana (2007, p.9) acredita que quando os contadores no Brasil passarem a utilizar a DVA terão dado um grande passo no sentido de aproximarem a contabilidade comercial da contabilidade nacional, uma vez que ter-se-ia informação mais fidedigna e mais equitativa. Esse autor cita que para Iudícibus a atitude pró-ativa dos profissionais de contabilidade muito contribuiria para que os economistas governamentais tivessem informações mais ajustadas para o cálculo das contas nacionais se, adicionalmente às demonstrações usuais, elaborassem demonstrações de valor agregado para todas as atividades econômicas do país. Estas ao serem consolidadas, excluídas as duplas contagens, forneceriam o PIB com mais acurácia.

No setor privado a DVA compara o valor das vendas com o das compras, e seu resultado líquido representa o valor agregado à entidade. No setor público a DVA poderá apresentar seu valor agregado a partir dos saldos positivos (ou negativos) entre recebimento (financeiras efetivas) e pagamentos (despesas efetivas).

A DVA pública não tem o objetivo de substituir a DVP cuja finalidade é demonstrar o superávit (ou déficit) do período, sendo incluídos em seu cálculo valores orçamentários, financeiros e econômicos. Sua finalidade é agregar valor informacional a um maior número de prováveis usuários a respeito dos resultados sociais alcançados pelas entidades, demonstrando de forma clara e objetiva as fontes de financiamento das ações públicas de um lado, e do outro as destinações dos recursos através da evidenciação da natureza dos gastos.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O pesquisador não é um mero colecionador de fatos ou eventos. Tampouco ele tem que se envolver direta ou pessoalmente na coleta ou na observação dos dados. Com efeito, o trabalho do cientista pode subsistir durante longos períodos sem a confirmação factual, mas é a possibilidade, ainda que remota, de que se materialize a observação dos fatos, que justifica a atividade do pesquisador.

(Cláudio de Moura Castro)

A compreensibilidade das informações geradas pelo gestor dos recursos previdenciários pode ser caracterizada como a viga mestra da discussão teórico-empírica que este estudo estabelece. Contudo importante se faz observar as ações pró-ativas dos atores envolvidos nesta discussão. Isto porque de um lado estão aqueles que são os responsáveis por coletar, analisar, organizar e revelar as informações (principalmente os contadores), e do outro lado estão os usuários aos quais cabe o interesse por estas informações, demonstrado através de processos de busca, acesso e utilização em suas decisões. Esta relação entre atores neste processo de comunicação pode ser estudada sob a luz da Teoria da Comunicação e da Teoria do Agir Comunicativo. Contudo é necessário conhecer o perfil dos usuários a fim de estruturar o modelo de comunicação contábil capaz de promover este contato e, mais que isso, promover a integração entre estes atores. Neste sentido, o processo de conhecimento do usuário da informação gerada pelo sistema contábil do regime previdenciário foi estabelecido como uma *survey* aplicada a servidores de cargo efetivo vinculados a Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa analisa, além da compreensibilidade, a relevância e utilidade da informação contábil para a tomada de decisão de um estrato de usuários formado por profissionais das mais variadas áreas de atuação no serviço público municipal. Para tanto apresenta uma proposta de Demonstração de Valor Agregado (DVA) como instrumento de revelação das informações em complemento aos demonstrativos contábeis elaborados pela entidade previdenciária. A pesquisa para obtenção dos dados estatísticos foi modulada em forma de questionário estruturado com perguntas fechadas e com a proposta da DVA (Quadro 5), sendo disponibilizada aos pesquisados por meio eletrônico.

Instituto de Previdência e Assistência de Cidade Feliz			
		Mês/Ano	
DESCRIÇÃO	R\$	DESCRIÇÃO	R\$
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
1 – RECEITAS	Xxx	1- BENEFÍCIOS A SEGURADOS	xxx
1.1) Contribuições Previdenciárias-servidor	xxx	1.1) Inativos	xxx
1.2) Contribuições Previdenciárias-patronal	xxx	1.2) Pensionistas	xxx
1.3) Contribuição para Plano de Saúde	Xxx	2- ASSISTÊNCIA A SEGURADOS	xxx
1.4) Receita Taxa de Administração	Xxx	2.1) Plano de Saúde	xxx
1.5) Outras receitas	Xxx	2.2) Benefícios Assistenciais	xxx
2 – VALOR RECEBIDO RECEITAS FINANCEIRAS	Xxx	3- GASTOS COM PESSOAL - Indireta	xxx
2.1) Aplicação Financeira em Títulos	Xxx		
2.2) Amortização Financeira Imobiliária	Xxx	4- DESPESAS ADMINISTRATIVAS	xxx
2.3) Outras Receitas	Xxx		
3 –VALOR PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1+2)	Xxx		
4 – VALOR RECEBIDO DE TRANSFERÊNCIAS DO TESOURO	Xxx		
4.1) Recebimento para pagamento inativos do Tesouro Municipal	Xxx		
TOTAL DOS RECEBIMENTOS	Xxx	TOTAL DOS PAGAMENTOS	xxx
RESULTADO POSITIVO ADICIONADO	Xxx		

Quadro 5 – Modelo de Demonstração de Valor Adicionado

O formato de pesquisa selecionado constitui a base da investigação científica realizada. Uma investigação científica segue procedimentos metodológicos que visam sistematizar o processo investigativo desde a observação do fenômeno até a descrição dos resultados.

Os procedimentos referem-se à metodologia e ao método de pesquisa utilizado. Para Collis e Hussey (2005, p.61) *metodologia* “refere-se à maneira global de tratar o processo de pesquisa, da base teórica até a coleta e análise de dados”. E *métodos* seriam “as várias maneiras de coletar e/ou analisar dados”. Castro (1978, p. 34) acresce que “a dimensão

positiva do método científico refere-se àquelas instruções de como proceder, como pesquisar, por onde começar, qual a sequência a seguir, etc.”.

A doutrina estabelece diferentes tipologias para a realização de uma pesquisa científica. Estas são definidas em função da finalidade; do objetivo; ao processo; da lógica; e dos resultados esperados.

3.1. Tipologias da Pesquisa

3.1.1. Quanto à finalidade

Quanto a finalidade a pesquisa pode ser classificada como aplicada ou básica. Aplicada é a pesquisa que tem uma ênfase prática na solução de problemas e na tomada de decisões imediatas. Desta forma são conduzidas para revelar respostas para questões específicas relacionadas a ação, desempenho ou necessidades políticas (COOPER e SCHINDLER, 2003, p. 32). Assim, pesquisas descritivas são exemplos de pesquisas aplicadas.

Collis e Hussey (2005, p. 27) argumentam que “quando o problema da pesquisa é de natureza menos específica, e a pesquisa está sendo conduzida basicamente para aumentar nosso entendimento de questões gerais, sem ênfase em sua aplicação imediata, ela é classificada como básica”. Neste cenário encontram-se as pesquisas bibliográficas e as exploratórias.

3.1.2. Quanto aos objetivos

Collis e Hussey (2005, p. 23) classificam a pesquisa como exploratória, descritiva, analítica ou preditiva.

- a) Pesquisa exploratória é aquela utilizada quando se deseja obter ou conhecer o comportamento de um fenômeno de pesquisa. Através de sua aplicação o pesquisador constrói um conceito geral que poderá ser utilizado como base para o aprofundamento do fenômeno observado. Malhotra (2006, p. 100)

acrescenta que a pesquisa pode ser usada para formular um problema ou defini-lo com maior precisão; identificar cursos de ação; desenvolver hipóteses; estabelecer prioridades para futuras pesquisas.

Pesquisas descritivas visam revelar o comportamento de um fenômeno a partir de observações e testes implementados com este fim. Segundo Cooper e Schindler (2003, p. 31) “um estudo descritivo tenta descobrir respostas para as perguntas *quem, o que, quando, onde* e, algumas vezes, *como*”.

Malhotra (2006, p.102) entende que a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa conclusiva que tem como principal objetivo a descrição de características ou funções do mercado. Pressupõe que o pesquisador possui conhecimento prévio a respeito da situação-problema que analisa, e constrói hipóteses para respondê-las. Collis e Hussey acrescentam que esta modalidade de pesquisa trabalha com dados quantificáveis e técnicas estatísticas padronizadas, utilizadas para resumir e inferir sobre as informações obtidas. Desta forma os eventos observados são registrados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador.

- b) Analíticas são as pesquisas que visam avaliar as relações de causa e efeito entre variáveis relacionadas a determinado evento. Neste modelo “o pesquisador vai além da descrição das características, analisando e explicando por que ou como os fatos estão acontecendo (COLLIS e HUSSEY, 2005, p. 24)”. Malhotra define este tipo como sendo uma pesquisa causal porque entende esse autor que os testes empregados na análise das variáveis evidencia as relações de causa e efeito existentes entre elas ou, conforme Cooper e Schindler (2003, p. 139) evidencia como uma variável afeta ou “é responsável por” mudanças em outra variável.

Considerando o motivo pelo qual o presente estudo é realizado, a pesquisa assume um estilo descritivo em razão da necessidade de ampliar o conhecimento a respeito das percepções dos usuários da informação contábil, em especial daqueles usuários que são “acionistas compulsórios”, ou seja, que independentemente de sua vontade, ou decisão,

aportam recursos financeiros a um sistema com a expectativa de retorno. Neste sentido, a compreensão das ações e resultados da gestão destes recursos torna-se imprescindível para estes usuários.

3.1.3. Quanto ao processo

As pesquisas podem ser tidas por quantitativa ou qualitativa. O fator determinante para a escolha do processo é o paradigma de pesquisa adotado pelo pesquisador.

Paradigmas são modelos ou conjunto de procedimentos consagrados pela ciência que servem como referências iniciais para estudos e pesquisas, limitando e condicionando previamente o processo de obtenção de dados. Collis e Hussey (2005, p. 29) corroboram com esta definição ao afirmarem que “o termo paradigma refere-se ao progresso da prática científica com base na filosofia e nas suposições de pessoas com relação ao mundo e à natureza do conhecimento; nesse contexto, sobre como a pesquisa deve ser conduzida”.

A doutrina estabelece uma relação entre a abordagem dos dados e o paradigma que conduz o processo de análise. Assim, pesquisas onde os dados coletados têm relação com julgamentos e sentimentos pessoais (cor, gênero, raça, preferências, dentre outros), sendo estes julgamentos qualitativos, a doutrina as define como paradigma fenomenológico. Por outro lado, quando os dados são mensuráveis através de números (peso, altura, distância, entre outros), os dados quantitativos qualificam as pesquisas como positivistas.

Collis e Hussey (2005, p.155) alertam que em pesquisas positivistas ou fenomenológicas sempre haverá uma combinação de entradas quantitativas e qualitativas de dados, sendo que o equilíbrio dependerá das exigências analíticas do pesquisador e do propósito geral da pesquisa.

- a) Pesquisas qualitativas (ou fenomenológicas) por empregarem dados subjetivos para avaliar percepção e compreensão de um fenômeno, são metodologicamente não estruturadas e, normalmente, baseadas em pequenas amostras de dados. São amplamente utilizadas em pesquisas exploratórias, pois auxiliam na formulação de teorias e hipóteses.

- b) Pesquisas quantitativas (ou positivistas) são aquelas voltadas à coleta de dados mensuráveis através da aplicação de procedimentos estatísticos. Utilizam raciocínio lógico “de modo que precisão, objetividade e rigor substituam palpites, experiências e intuição como a maneira de investigar problemas de pesquisa (COLLIS e HUSSEY, 2005, p.58-59)”. Normalmente utilizam grandes amostras de dados específicos e precisos. Por este motivo são consideradas de alta confiabilidade, possibilitando a generalização dos resultados da amostra para a população estudada.

As variáveis quantitativas são classificadas segundo sua distribuição probabilística em discretas e contínuas. Discreta é a variável que possui um número finito de valores possíveis (1; 2; 3; ...). Contrariamente, variável contínua é aquela que possui um número infinito de valores possíveis diretamente relacionados ao evento observado. Assim, são exemplos de variáveis contínuas: 0,01; 2,3; 5,4.

3.1.4. Quanto à lógica

“Se as ferramentas do pensamento são a mente da ciência, então a atitude científica é o espírito. A atitude científica libera a orientação criativa que possibilita a descoberta (COOPER e SCHINDLER, 2003, p.51)”.

Uma pesquisa científica envolve o processo reflexivo seletivo do pensamento do pesquisador. A forma como este vê o mundo afeta o tipo de pergunta que formula para obter as confirmações de suas hipóteses, assim como o que aceita como explicação. Esta afetação reflexiva influencia o raciocínio em variados graus de significado, os quais são revelados pelo pesquisador por meio da exposição ou da argumentação de suas ideias. “A *exposição* consiste de declarações que descrevem sem tentar explicar. O *argumento* nos permite explicar, interpretar, defender, desafiar e explorar o significado (COOPER e SCHINDLER, 2003, p.48)”.

A lógica argumentativa do resultado indica se o pesquisador formula conceitos e teorias partindo do geral para o específico ou, ao contrário, se a partir de um resultado o

pesquisador generaliza para o todo. Este processo de formulação é identificado pela doutrina como dedutivo e indutivo.

a) Dedução

A dedução, segundo Cooper e Schindler, é uma forma de inferência realizada a partir de razões previamente declaradas. Essas razões implicam a conclusão e representam uma prova de validade e verdade da inferência.

Assim exposto, o processo dedutivo é um processo mental formulado a partir da lógica racional defendida por racionalistas como Descartes onde, a partir de duas premissas básicas suficientemente constatadas, infere-se uma verdade geral ou universal, logicamente relacionada às anteriores. Para uma dedução ser válida é necessário que a conclusão seja verdadeira uma vez que as premissas sejam verdadeiras. Como exemplo clássico deste processo tem-se:

Premissa 1 - *Todo homem é mortal.*

Premissa 2 - *Pedro é homem.*

Conclusão - *Pedro é mortal.*

Como consequência do processo dedutivo deve ser evidente que a conclusão resultante deste está intrinsecamente contida nas premissas básicas aludidas.

b) Indução

O processo indutivo, por seu turno, é um processo mental inverso ao dedutivo. Induzir é poder concluir sobre um fato a partir da verificação de uma ou mais evidências que direcionam àquele entendimento. O pesquisador formula seus conceitos e teorias a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores da realidade observada. É um método empírico adotado por doutrinadores como Bacon onde o conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência; se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão é provavelmente verdadeira, mas não necessariamente verdadeira. “Inferências gerais são induzidas a partir de casos particulares, que é o contrário do método dedutivo (COLLIS e HUSSEY, 2005, p. 27). Como exemplo clássico deste processo tem-se:

Premissa 1 - *Pedro é mortal;*

Premissa 2 - *João é mortal;*

Premissa 3 – *Manoel é mortal;*

Premissa 4 – *Pedro, João e Manoel são homens.*

Conclusão – *Todo homem é mortal.*

Para Cooper e Schindler a natureza da indução é que a conclusão seja apenas uma hipótese, por esta razão normalmente os processos indutivos são utilizados em pesquisas exploratórias.

A presente pesquisa adotou como processo reflexivo a lógica dedutiva, realizada a partir da investigação da percepção dos servidores públicos municipais quanto às informações gerenciais disponibilizadas pelo regime próprio.

3.1.5. Quanto aos resultados

A tipologia da pesquisa voltada a resultados vincula-se a destinação dos resultados desta, se para aplicação na solução de problemas ou se para aumento do conhecimento e teorização. Com base nestes resultados a pesquisa pode ser classificada como básica ou aplicada.

A pesquisa básica, ou pura, como definida por Collis e Hussey, é aquela que conduzida para resolver questões de natureza teóricas, sem impacto direto sobre as tomadas de decisão. São realizadas basicamente para ampliar o conhecimento sobre determinado tema ou problema, sem ênfase na aplicação de seus resultados.

Por sua vez a pesquisa aplicada é aquela realizada com o objetivo de ter seus resultados aplicados na solução de problemas específicos ou na alteração de procedimentos.

Em função de suas características e perspectivas a presente pesquisa está caracterizada como aplicada uma vez que tenciona a dos procedimentos de

comunicabilidade entre os segurados do sistema previdenciário público municipal e o Instituto de Previdência.

3.2. Método de levantamento dos dados

O método de levantamento de dados é a forma adotada para realização da pesquisa.

Para o desenvolvimento desta investigação inicialmente foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica com o objetivo de estabelecer os fundamentos teóricos necessários ao entendimento do problema da pesquisa e para fornecer sustentação às constatações apresentadas. Com este propósito foram consultados livros, artigos técnicos em revistas especializadas e pesquisa na *Internet*, monografias, dissertações e teses, leis e regulamentos afetos ao sistema previdenciário. Adicionalmente foi realizada pesquisa documental em relatórios contábeis do Instituto de Previdência referenciado nesta pesquisa, documentos estes disponíveis no sítio da entidade pública.

Na sequência foi definida a tipologia e abordagem a serem aplicadas à pesquisa: pesquisa descritiva, aplicada, positivista, dedutiva. Em função das características e objetivos pretendidos, a tipologia e abordagem dos dados adotados na presente pesquisa promovem como método de levantamento de dados a utilização de questionário estruturado onde os entrevistados respondem a questões específicas.

Segundo Malhotra (2006, p. 183) a utilização de questionário estruturado apresenta vantagens e desvantagens. Esse autor argumenta que pesquisas realizadas através de questionários estruturados apresentam como vantagens a simplicidade de aplicação por que o uso de respostas fixas reduz a variabilidade de respostas e conseqüentemente nos resultados; os dados são confiáveis por que se limitam às alternativas mencionadas; a codificação, análise e interpretação dos dados são relativamente simples. As desvantagens estariam relacionadas a dificuldade de elaboração de perguntas que contenham as variáveis necessárias à pesquisa e a atitude do respondente. Estes podem ser incapazes de oferecer a informação desejada, ou ficar relutantes em responder questões delicadas ou relacionadas à pessoa do respondente. A outra desvantagem citada é relativa a redução de alternativas, ficando o respondente restrito ao universo de respostas fixado pelo pesquisador. Esta

restrição, segundo Malhotra, pode “resultar em perda da validade para certos tipos de dados, como crenças e sentimentos”. Contudo o autor afirma que a despeito dessas citadas, “a abordagem por levantamento é certamente o método mais comum de coleta quantitativa de dados primários”.

Questionários para levantamento de dados podem ser aplicados levando em consideração a forma de elaboração e o processo de confecção do material utilizado. A literatura cita como mecanismos de acesso ao entrevistado entrevistas telefônicas, entrevistas pessoais, entrevistas via respostas postadas por correio, e entrevistas eletrônicas. A forma de aplicação da pesquisa leva considerada ainda a questão tempo e a questão custo.

O questionário da presente pesquisa foi elaborado com quarenta perguntas contendo na primeira parte questões relativas a situação funcional e perfil sócio-econômico dos respondentes, perfazendo um total de oito perguntas. A segunda parte do questionário foi estruturado com perguntas focadas em aspectos relativos a acessibilidade, compreensibilidade, utilidade e conhecimento de informações gerenciais e contábeis produzidas e disponibilizadas pelo Instituto de Previdência ao qual os respondentes estão vinculados.

Para a coleta de dados foi utilizado método eletrônico de entrevistas indireta através de uma página na *internet* (www.pesquisaopinio.rio.rj.gov.br) e na *intranet* (<http://pesquisaopinio>). Em razão da pesquisa ser realizada via *internet e intranet*, a amostra foi composta por todos os servidores ativos e inativos com identificação digital constantes da base cadastral da Prefeitura do Rio.

Inicialmente foi realizado um pré-teste com disponibilização da pesquisa a servidores de diferentes entidades municipais e diversidade de formação. Após coleta dos dados do pré-teste, análise e ajustes necessários, a pesquisa foi disponibilizada para todos os servidores anteriormente qualificados.

Pesquisas realizadas por este meio de comunicação apresentam a possibilidade de atingir a um número maior de respondentes que podem ser recrutados *on-line*, a partir de bancos de dados de respondentes em potencial, ou por métodos convencionais (correio,

telefone). Através do acesso a determinado endereço eletrônico o entrevistado responde ao questionário e o envia ao pesquisador.

Malhotra (2006, p.189-90) analisa as vantagens e desvantagens deste método de coleta de dados. A construção de questionário utilizando *hypertext markup language* (HTML) possibilita a construção de botões, caixas para marcar respostas e campos de entrada de dados; a validação de respostas à medida que são introduzidas; a tabulação das respostas em arquivos que facilitam a transposição dos dados para aplicativos de testes estatísticos e a introdução de marcas, gráficos, imagens, animação e *links* para outras páginas são vantagens definidas por este autor.

Como desvantagens das pesquisas eletrônicas, Cooper e Schindler (2003, p. 261-262) citam o baixo índice de respostas em alguns modos, o que pode invalidar a adoção de testes inferências em função da baixa representatividade da amostra; a impossibilidade de intervenção do entrevistador para comprovação ou explicação das perguntas; o fato de não pode ser longo ou complexo; serem necessárias listas de endereços acuradas; as respostas podem ser distorcidas em função do universo de respondentes e do desinteresse deste em responder ao questionário; a necessidade de um ambiente eletrônico seguro, entre outros.

O sítio da pesquisa foi desenvolvido pela Empresa Municipal de Informática – IPLANRIO, que modulou e hospedou a pesquisa no servidor corporativo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro entre os dias 18 de dezembro de 2008 e 23 de janeiro de 2009.

Na *homepage* disponibilizada na *internet e intranet* para o preenchimento do questionário consta uma carta de apresentação do pesquisador e do objetivo geral da pesquisa. Consta, ainda, a informação de que não o respondente não é identificado ao responder o questionário, sendo as respostas analisadas em caráter sigiloso após a concordância de entrevistado em responder ao questionário.

3.2.1. Da análise dos dados

Os dados da presente pesquisa foram analisados através da análise exploratória e confirmatória de dados aplicando-se testes paramétricos e não-paramétricos.

Testes paramétricos comparam estatísticas de amostra com parâmetros da população. Incidem explicitamente sobre um parâmetro de uma ou mais populações e a distribuição de estatística de teste pressupõe uma forma particular da distribuição populacional.

Os testes não-paramétricos são utilizados quando não se conhece bem a distribuição da população estudada e seus parâmetros, e são utilizados para analisar variáveis ordinais ou nominais.

A verificação da *distribuição de frequência* tem por objetivo verificar o número total de observações para uma variável que está sendo analisada (COLLIS e HUSSEY, 2005, p.188).

3.3. Hipóteses

Hipóteses são afirmações ou suposições não comprovadas sobre um fenômeno a ser pesquisado. E “possuem essa característica de provisoriedade porque poderão ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da pesquisa (LIMA, 2007, p.10)”.

Segundo Collis e Hussey (2006, p.24) “uma hipótese é uma ideia ou proposição que pode ser testada para associação ou causalidade, deduzindo consequências lógicas que possam ser testadas com relação a evidencia empírica”. Malhotra (2006, p.74) complementa dizendo que as hipóteses “vão além das questões de pesquisa porque são afirmações de relações ou proposições em vez de meras perguntas para as quais se buscam respostas”. Um papel importante da hipótese, segundo Malhotra, é sugerir variáveis a serem incluídas na concepção da pesquisa, o que facilita a construção de questões bem estruturadas.

Tendo em vista o problema desta pesquisa foi formulada uma hipótese principal para avaliar o grau de compreensibilidade, utilidade e a contributividade das informações para seus usuários, como segue:

H₁ - As informações geradas pelo regime previdenciário são completas, úteis e com a qualidade necessária à compreensão da situação econômico-financeira e atuarial do regime previdenciário.

Neste sentido foram estabelecidas as seguintes hipóteses secundárias:

H_{1.1} – Há transparência quanto às informações geradas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI.

H_{1.2} – O servidor público municipal compreende as informações contábeis apresentadas pelo PREVI-RIO.

H_{1.3} – O servidor público municipal conhece as fontes de financiamento e a situação patrimonial do sistema previdenciário municipal.

Esta formulação não tem por fim avaliar a qualidade da evidência empírica confirmando-a ou rejeitando-a, mas estabelecer um padrão esperado que favoreça a compreensibilidade da situação econômico-financeira e atuarial evidenciada pelo PREVI-RIO.

3.4. Objetivo

Uma busca na literatura pode revelar significativa coletânea de estudos relativos a contabilidade aplicada ao setor privado, em seus mais variados campos de atuação, especialmente quanto a utilização das informações contábeis para tomada de decisão por acionistas e gestores, entre outros. No entanto pesquisas empíricas voltadas a revelar o uso de informações econômico-financeiras geradas pela contabilidade por outras classes de usuários ocorrem com menor frequência.

A motivação deste estudo ocorreu com a observação de um cartaz produzido por ocasião da comemoração dos 20 anos do PREVI-RIO onde estava grafado: NOSSO OLHAR É O SERVIDOR. Esta frase levou à seguinte pergunta: mas o que vê este servidor? O que este servidor vê lhe transmite segurança quanto às ações gerenciais dos administradores no trato dos recursos previdenciários?

Estes questionamentos suscitaram uma reflexão sobre a compreensibilidade, utilidade e acessibilidade das informações contábeis. O que levou à percepção de que muitos termos utilizados na evidenciação contábil não contribuem para uma clara

identificação de seus significados o que, eventualmente, pode não despertar o interesse por estas informações, chegando até mesmo a serem desprezadas.

Do ponto de vista da contabilidade pública e, conseqüentemente, do usuário desta informação uma pergunta possível de ser feita é: que tipo de decisão poderia ser tomada por um usuário deste setor da atividade econômica? Isto porque entende-se que somente administradores e acionistas são potenciais tomadores de decisão com base em informações contábeis. Contudo, o servidor público, contribuinte do regime previdenciário, deveria ser visto como investidor deste regime, ainda que compulsoriamente. Desta forma, informações geradas para este grupo de usuários poderiam dar visibilidade das ações dos gestores no trato dos recursos aportados ao sistema pelo servidor público.

O presente estudo tem como objetivo avaliar se o segurado do sistema previdenciário próprio do Município da Cidade do Rio de Janeiro conhece e compreende as informações gerenciais evidenciadas pelo PREVI-RIO, sendo estas úteis ao processo decisório desta classe de usuários. Adicionalmente busca-se contribuir com o processo de melhoria da evidenciação contábil no setor público.

Para alcançar este objetivo principal são propostos os seguintes objetivos específicos:

- 1- Avaliar se há transparência na divulgação de informações fornecidas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI
- 2- Avaliar se o servidor público municipal compreende as informações contábeis apresentadas pelo PREVI-RIO.
- 3- Avaliar se servidor público municipal conhece as fontes de financiamento e a situação patrimonial do sistema previdenciário municipal.

3.5. População e amostra

“O processo de elaboração de uma amostragem começa com a especificação da população-alvo e da amostragem desejada, a coleção de elementos ou objetos que possuem

a informação procurada pelo pesquisador e sobre os quais devem ser feitas inferências (MALHOTRA, 2006, p. 321)”.

Para estudos positivistas, como o presente trabalho, a definição da amostra é parte fundamental uma vez que para ser representativa ou válida, os resultados obtidos devem ser considerados verdadeiros e representativos de toda a população, permitindo a generalização dos resultados.

Outra questão importante a ser definida é a forma de seleção da amostra. Os elementos da amostra podem ser selecionados aleatoriamente, sistematicamente, estratificadamente ou usando outras técnicas como quota, rede, ou amostragem natural. O processo de seleção natural é utilizado quando o pesquisador tem pouca influência na composição da amostra. Isto ocorre, por exemplo, em pesquisas eletrônicas onde o pesquisador não tem ingerência sobre os respondentes.

O tamanho da amostra é outro ponto a ser discutido. Qual o tamanho ideal? Collis e Hussey entendem que o tamanho da amostra é definido em relação ao paradigma utilizado. Para esses autores pesquisas positivistas devem utilizar grandes amostras em função da necessidade de adoção de análises estatísticas. No caso de paradigmas fenomenológicos o que se busca é ter profundidade nos achados e por este motivo as amostras podem ser pequenas, ou até mesmo de um elemento.

Para Cooper e Schindler (2006, p. 156) esta questão é um mito. Na verdade o que define o tamanho da amostra é a “função da variação dos parâmetros da população sob estudo e da precisão estimada necessária do pesquisador”. Neste sentido, a precisão é medida pela amplitude do intervalo e pelo grau de confiança esperado. Malhotra argumenta que em pesquisas probabilísticas, por exemplo, o tamanho da amostra pode ser afetado pela população se a amostra for grande em relação à população pesquisada, sendo necessária a adoção de um *fator de correção finito*, utilizado quando a amostra representa 5% ou mais da população. Este fator tem como objetivo reduzir o tamanho da amostra para atingir o nível desejado de precisão. Em Malhotra (2006, p.356) também é possível deduzir que o tamanho da amostra é definido pelo grau de precisão desejado.

A população alvo desta pesquisa serão os servidores públicos estatutários da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, segurados do regime previdenciário municipal denominado FUNPREVI, possuidores de Identificação Digital (ID) para acesso as redes de *internet* e *intranet*. A delimitação do regime profissional estatutário se deve ao fato de que os demais trabalhadores públicos são vinculados ao Regime Geral de Previdência e, neste caso, não beneficiários do regime próprio dos servidores públicos. Neste sentido a população total esperada é de 9000 respondentes.

Em função do método de levantamento dos dados ser realizado através da *internet*, estes serão coletados segundo a conveniência dos respondentes em acessarem ou não a pesquisa. Contudo, espera-se ao menos que o total de respondentes seja compatível com a população esperada a fim de que seja possível inferir sobre os resultados. Stevenson (1986, p. 158-159) lembra que a amostragem está estreitamente relacionada com a probabilidade e, juntas, formam o fundamento da teoria da inferência. Para esse autor o propósito da amostragem é fazer generalizações sobre a população básica. Desta forma é axiomático que a população alvo seja estabelecida de modo que se possam fazer generalizações válidas.

A estatística apresenta três formas diferentes para se estimar probabilidade: *método clássico* em que o espaço amostral tem resultados igualmente prováveis; *método empírico* que se baseia na frequência relativa de um evento; e *método subjetivo* que utiliza estimativas pessoais de probabilidade baseadas em expectativas do pesquisador. Para Stevenson (1986, p. 67) a probabilidade subjetiva é uma avaliação pessoal do grau de viabilidade de um evento. Na presente pesquisa a expectativa é de que a amostra apresente distribuição normal com probabilidade de 10% de respondentes em relação a população estimada, levando-se em consideração o grau de confiança esperado de 95% e erro de 0,05.

Assim, com o objetivo de identificar o tamanho da amostra aplica-se a fórmula

$$n = z^2 * (p.q).N / \epsilon^2 (N-1) + z^2 * (p.q)$$

onde:

n = amostra esperada;
z = nível de confiança desejado;
p = probabilidade de sucesso;
q = probabilidade de insucesso;

N = população;
 ε = erro esperado

Logo,

$$n = \frac{1,96^2 * (0,1*0,9) * 9000}{(0,05^2 * 8999) + 1,96^2 * (0,1*0,9)}$$

n = 136 => Tamanho da amostra

Desta forma tem-se uma amostra esperada de 136 respondentes.

3.6. Definições operacionais adotadas

Uma pesquisa ao ser realizada deve ter definida de forma exata a variável, ou variáveis, relacionada ao fenômeno testado. A definição permite a caracterização do elemento da amostra e favorece a análise das interrelações existentes entre a variável e o universo ao qual pertence. Cooper e Schindler (2003, p.54) complementam dizendo que não importa se o objeto a ser definido é físico ou altamente abstrato, a definição deve especificar as características e como elas devem ser observadas. Assim posto, cabe ressaltar que a definição da variável é mutável em função da pesquisa realizada e em função de seu processo de seleção e coleta.

Moore et al (2006, p.4) definem variável como “qualquer característica de um indivíduo, podendo assumir diferentes valores, de acordo com o indivíduo a que se estiver referindo”.

Variáveis podem, assim, ser classificadas segundo os atributos que a compõe (qualitativa ou quantitativa), segundo suas relações (dependente ou independente) e segundo sua unidade de medida (nominal, ordinal, intervalar ou razão).

3.6.1. Quanto aos atributos

As variáveis quantitativas são dados numéricos que permitem medir uma certa característica de cada indivíduo, como peso em quilos ou altura em centímetros. São variáveis de fácil definição e mensuração.

Variáveis ou dados qualitativas são atributos categóricos que situam os indivíduos de uma amostra dentro de uma categoria ou grupo entre os vários existentes, segundo suas qualidades e semelhanças. Assim, uma população pode ser categorizada segundo o sexo (masculino ou feminino) ou segundo sua situação funcional (servidor ativo ou aposentado). Sua avaliação se dá com a utilização de modelos estatísticos paramétricos não paramétricos.

Toda variável quantitativa é numérica, mas os dados qualitativos tanto podem ser numéricos como não-numéricos. Uma pesquisa quantitativa pode trabalhar com elementos cuja definição não encontre correspondência numérica, tal como acessibilidade, compreensibilidade, utilidade. Neste caso a mensuração destas variáveis passa antes pela conceituação exata da relação existente entre o elemento observado e sua mensagem mental.

Em pesquisa algumas vezes são encontrados problemas relacionados à precisão de conceitos adotados para o entendimento e clareza dos fatos observados. Cooper e Schindler (2003, p.53) argumentam que o sucesso da pesquisa depende da atitude dos entrevistados. Contudo, atitudes são abstratas e requerem conceitos cuidadosamente selecionados para poderem ser mensuradas. Para esses autores o uso de conceitos apresenta dificuldades porque as pessoas atribuem significados diferentes a determinados termos. O problema é minimizado quando são utilizados termos como dinheiro, carro, animal. Porém o problema se instala quando os conceitos se referem a termos como liderança e motivação os quais são conhecidos, mas não muito bem entendidos.

Importante destacar que estas dificuldades encontradas entre o significado dos termos pode destruir o valor de uma pesquisa uma vez que o respondente, caso não compreenda o que lhe está sendo perguntado. O pesquisador, então utiliza termos que visam aproximar a ideia contida nestes ao objeto pesquisado. Ao realizar esta aproximação o pesquisador elabora constructos que irão permitir-lhe mensurar esta percepção em termos quantitativos.

Constructo é uma imagem ou idéia inventada especificamente para uma determinada pesquisa e/ou criação de teoria. Construimos constructos ao combinar os conceitos mais

simples, especialmente quando a idéia ou imagem que pretendemos transmitir não está diretamente sujeita a observação (Cooper e Schindler, 2003, p.54).

3.6.2. Quanto às relações entre as variáveis

Variáveis independentes, segundo Malhotra (2006, p. 216-217) são variáveis ou alternativas manipuláveis e cujos efeitos são medidos e comparados. Collis e Hussey (2005, p. 148) acrescentam que as variáveis independentes são manipuladas para prever os valores das variáveis dependentes. Assim, as variáveis dependentes são variáveis que medem o efeito das variáveis independentes sobre as unidades de teste e vice-versa, demonstrando uma interrelação entre ambas.

3.6.3. Quanto à unidade de medida

A mensuração se refere à atribuição de números ou símbolos a características das variáveis analisadas e servem para permitir a inferência sobre os dados.

A atribuição de números pode ser realizada diretamente ou por meio de escalas. Quando as variáveis são elementos representativos de pesos, preços e altura a atribuição de números é direta. Contudo, existem elementos para os quais a atribuição de números é realizada por meio de associação conceitos e números. Nestas situações são usadas escalas com o fim de facilitar a aproximação entre a percepção do elemento e a percepção do entrevistado. São exemplos a satisfação, a compreensão, o gosto.

Segundo Malhotra (2006, p. 244-245) “a escala envolve a criação de um *continuum* no qual se localizam os objetos medidos”. Este *continuum* é definido em função das variáveis que se deseja mensurar, como: nominal, ordinal, intervalar e razão. Esse autor oferece as seguintes definições para as escalas citadas.

- i. A escala nominal é um esquema figurativo onde os números servem apenas para identificar e classificar objetos. Quando se utiliza escala nominal para identificação, há uma relação biunívoca estrita entre os números e os objetos. Contudo, os números em uma escala nominal não refletem o grau da

característica possuída pelo objeto referenciado. São exemplos: numeração de calçados, classificação por gênero.

- ii. Escalas ordinais são escalas de classificação em que são atribuídos números a objetos para indicar até que ponto cada objeto possui determinada característica. Uma escala ordinal permite determinar se um objeto tem mais ou menos de uma característica que um outro objeto, mas não permite dizer quanto tem a mais que o outro. São exemplos de utilização de escala ordinal as classificações por qualidade, por status, *rankings* de ordenação.
- iii. Escalas intervalares comparam diferenças entre objetos a partir da atribuição de distâncias numéricas iguais entre estes. Utilizam números para pontuar/classificar objetos, de tal modo que distâncias numericamente iguais na escala representem distâncias iguais na característica que está sendo medida. São exemplos: temperatura, atitudes, opiniões, números-índice.
- iv. Escala razão, segundo o autor referenciado, tem todas as propriedades das escalas anteriores mais um ponto zero absoluto. Esta escala permite ao pesquisador identificar ou classificar os objetos, ordená-los e comparar intervalos ou diferenças, assim como calcular razões de valores de escala. São exemplos: idade, renda, custos, comprimento, peso.

Para a realização desta pesquisa foram elaborados os constructos acessibilidade, compreensibilidade, utilidade, transparência e conhecimento. Suas métricas foram aferidas a partir da forma escalar ordinal e segundo sua condição de dependência ou independência em relação aos elementos observados.

3.6.3.1. Técnicas de análise escalar

Segundo a doutrina as técnicas de análise são classificadas em comparativas e não-comparativas. No presente estudo as questões foram formuladas com o objetivo de serem respondidas a partir da escala ordinal de Likert e de uma escala nominal bivariada (sim/não).

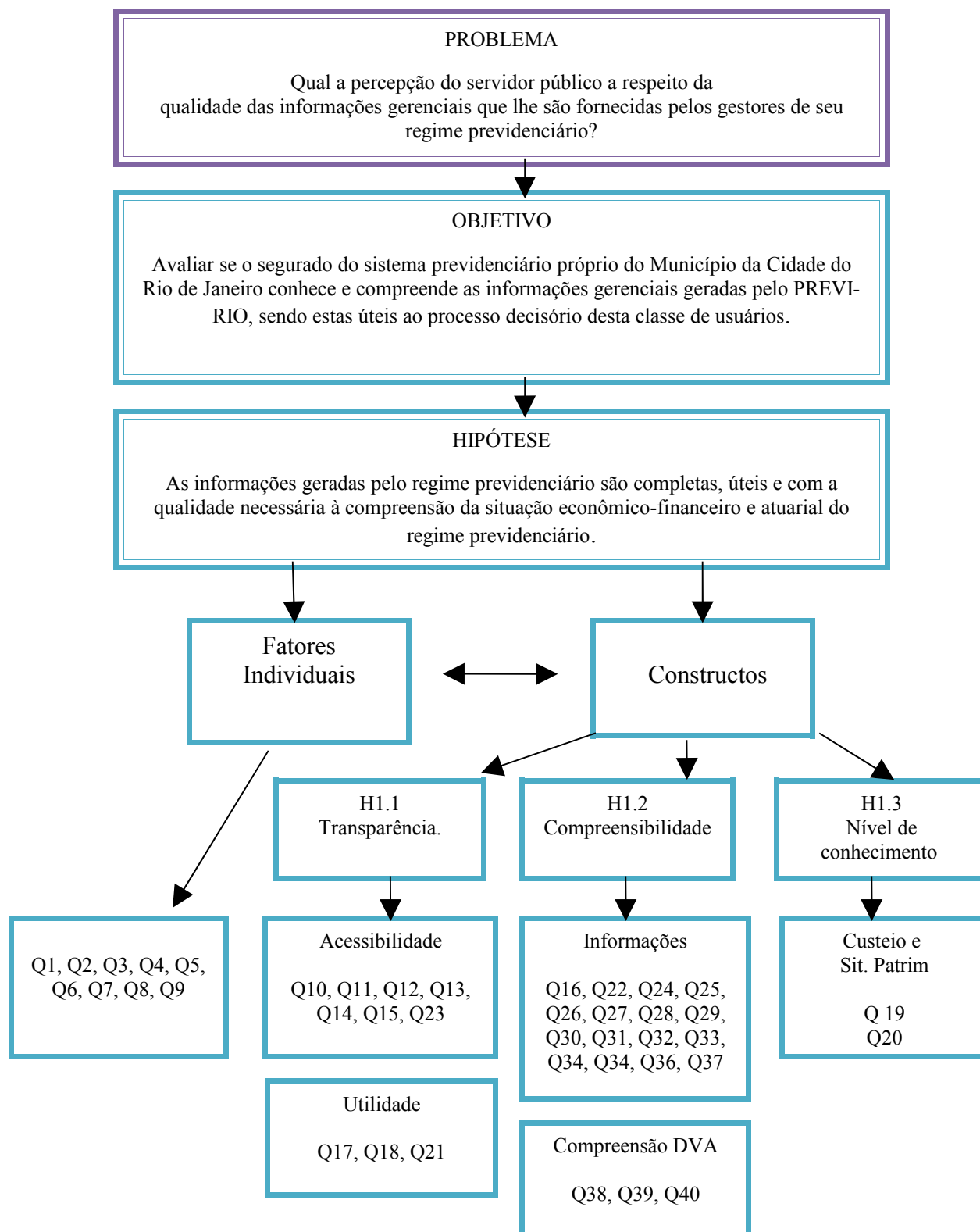
3.6.3.1.1. Escala de Likert

É uma escala itemizada, não-comparativa, ou métrica, amplamente utilizada em pesquisas quantitativas em que o respondente expressa atitudes favoráveis ou desfavoráveis com cada uma das afirmações sobre objetos de interesse. A escala de Likert atribui uma classificação numérica para a cada resposta com o objetivo de refletir o grau de concordância ou discordância do respondente em relação a uma afirmação sobre objetos de estímulo. Tipicamente apresenta cinco pontos que representam os números que devem ser atribuídos a cada resposta selecionada. Contudo, podem ser atribuídos outras categorias de resposta quando se deseja refinar a percepção do respondente em relação ao perguntado.

Desta forma, a presente pesquisa adotou como base para questões paramétricas a escala de Likert com dez pontos.

A Figura 5 apresenta a composição da pesquisa construída de forma a responder ao problema central do presente estudo.

Figura 5 – Estrutura da Pesquisa



3.6.4. Fatores Individuais

São variáveis demográficas que visam qualificar o respondente segundo sua condição natural (idade, sexo) e social (funcional, civil, educacional). Suas características permitem identificar o perfil do servidor municipal segurado do sistema previdenciário próprio. Estas são consideradas variáveis independentes.

Em função das características das variáveis foram realizados testes de distribuição de frequência com o objetivo de identificação do perfil sócio-funcional dos respondentes.

Tabela 1 - Fatores Individuais

N	Definição	Valor	Classif.
Q1	Situação Funcional	Servidor Ativo Servidor Aposentado na Ativa	Nominal
Q2	Secretaria em que trabalha	Sigla da Secretaria	Nominal
Q3	Idade	Anos de Vida	Intervalar
Q4	Sexo	1.Feminino 2.Masculino	Nominal
Q5	Estado Civil	1.Solteiro 2.Casado 3.Viúvo 4.Separado 5.União Estável	Nominal
Q6	Possui Filhos	1.Sim 2.Não	Nominal
Q7	Filhos	Quantidade de filhos	Razão
Q8	Formação Acadêmica	1.Ensino Fundamental 2.Ensino Médio Incomp. 3.Ensino Médio Completo 4.Superior Incompleto 5.Superior Completo 6.Pós Graduação	Nominal
Q9	Tempo de atuação no serviço público	Anos	Razão

3.6.5. Constructos

Nesta pesquisa *Constructos* se referem aos fatores relacionados à fonte e ao usuário da mensagem que podem causar interferência e prejudicar o processo de comunicação contábil. São considerados fatores de análise: o *comportamento* do respondente quanto ao desejo de receber ou buscar informações sobre temas relacionados ao regime previdenciário e a *habilidade* do respondente em interpretar e utilizar as informações obtidas, entre outras. Esses elementos compõem os constructos da presente pesquisa: transparência, compreensibilidade, nível de conhecimento.

3.6.5.1. Transparência

O constructo Transparência será analisado sob duas dimensões: *acessibilidade* e *utilidade*. Transparência, nesta pesquisa visa avaliar a possibilidade de acesso às informações do sistema previdenciário tanto como fator intencional do respondente em acessá-las, quanto em relação à possibilidade de obtenção destas. Assim, a intenção de agir relacionada com a facilidade de acesso terá peso máximo na avaliação do constructo.

Quanto a dimensão *utilidade* busca-se avaliar se o respondente atribui valor às informações relativas ao sistema previdenciário e se estas lhes permite compreender a gestão financeira da entidade.

3.6.5.1.1.. Acessibilidade

Consiste na verificação da intenção do indivíduo em obter informações a respeito do sistema previdenciário e na facilidade de acesso. Serão verificadas as informações de maior interesse dos respondentes em relação ao sistema previdenciário, de uma relação de cinco opções. Variáveis relativas a tipologia informacional utilizará uma escala nominal definida em 3.6.3.i.

Tabela 2 - Variáveis de acessibilidade das informações

Dimensão	Nº	Definição	Valor	Classif.	
H _{1.1}	Q10	Recebe ou busca informação	3.	Escala de Likert	Ordinal
H _{1.1}	Q11	Benefícios assistenciais	1.Sim 2.Não		Nominal
H _{1.1}	Q12	Financiamento imobiliário	1.Sim 2.Não		Nominal
H _{1.1}	Q13	Aposentadorias e pensões	1.Sim 2.Não		Nominal
H _{1.1}	Q14	Informações financeiras	1.Sim 2.Não		Nominal
H _{1.1}	Q15	Informações contábeis	1.Sim 2.Não		Nominal
H _{1.1}	Q23	As prestações de contas são de fácil acesso		Escala de Likert	Ordinal

3.6.5.1.1.2. Utilidade

As variáveis relacionadas a este constructo visam avaliar se as ações de gestão do Instituto de Previdência são claras a ponto do indivíduo temas como os relacionados nas questões 17, 18 e 21.

Tabela 3 - Variáveis de utilidade das informações.

Dimensão	N	Definição	Valor	Classif.
H _{1.1}	Q17	Utilidade da informação	Escala de Likert	Ordinal
H _{1.1}	Q18	Informação contribuem formação de opinião	Escala de Likert	Ordinal
H _{1.1}	Q21	As prestações de contas são úteis, relevantes, precisas e contribuem para o conhecimento da gestão dos recursos previdenciários	Escala de Likert	Ordinal

3.6.5.2. Compreensibilidade

A compreensibilidade visa medir o grau de conhecimento e entendimento do indivíduo em relação a informações contábeis. As questões utilizadas neste constructo visam mensurar o grau de dificuldade do usuário da informação contábil na interpretação de termos utilizados pela contabilidade.

A compreensibilidade foi mensurada sob dois enfoques: quanto a compreensão geral das informações (Tabela 4) e quanto a compreensão das informações constantes da Demonstração de Valor Agregado (DVA) proposta neste trabalho (Tabela 5).

Tabela 4 - Variáveis de compreensibilidade das informações.

Dimensão	N	Definição	Valor	Classif.
H _{1.2}	Q16	Conhecimento quanto conteúdo das informações acessadas	Escala de Likert	Ordinal
H _{1.2}	Q22	Dificuldade em compreender PC por serem altamente técnicas	Escala de Likert	Ordinal
H _{1.2}	Q24	Receita Orçamentária	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q25	Receita Corrente	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q26	Receita de Contribuições	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q27	Receitas Patrimoniais	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q28	Receita de Capital	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q29	Mutação Patrimonial	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q30	Depreciação	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q31	Compensação Previdenciária	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q32	Despesa Orçamentária	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q33	Despesa Corrente	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q34	Repasses Recebidos	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q35	Inversões Financeiras	1.Sim 2.Não	Nominal
H _{1.2}	Q36	Restos a Pagar	1.Sim	Nominal

			2.Não	
H _{1.2}	Q37	Variações Passivas	1.Sim 2.Não	Nominal

Tabela 5 - Variáveis relacionadas à compreensão da DVA.

Dimensão	N	Definição	Valor	Classif.
H _{1.2}	Q38	Compreendo fontes de recurso e gastos do PREVIRO	Escala de Likert	Ordinal
H _{1.2}	Q39	Deveria receber a informação	Escala de Likert	Ordinal
H _{1.2}	Q40	Fácil entendimento	Escala de Likert	Ordinal

3.6.5.3. Nível de Conhecimento

As variáveis relacionadas *Conhecimento* da informação visam mensurar se o indivíduo, segurado do sistema previdenciário, conhece as fontes de financiamento e a situação patrimonial do sistema previdenciário. Este teste tem a função complementar de avaliar se existe coerência entre as respostas oferecidas nas questões Q14, Q15, Q16, Q21 e Q23.

Tabela 6 - Variáveis relacionadas ao conhecimento

Dimensão	N	Definição	Valor	Classif.
H _{1.3}	Q19	Fonte de Custeio Previdenciário	Escala de Likert	ordinal
H _{1.3}	Q20	Situação Patrimonial	Escala de Likert	ordinal

3.7. Tratamento dos dados

Os dados obtidos foram tratados e analisados com a utilização do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 16.0. O uso do SPSS para análise de dados estatística se dá em função da confiabilidade atribuída aos resultados que produz.

Com o objetivo de depurar e melhorar o entendimento dos resultados obtidos foi efetuada a conversão da escala de 10 pontos para a escala de Likert com 5 pontos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo é apresentada a análise exploratória dos dados e os testes estatísticos aplicados aos dados coletos com o objetivo de responder a questão central da pesquisa e testar as hipóteses formuladas.

A análise inicia-se a partir dos dados referentes ao perfil funcional e socioeconômico dos respondentes em função da necessidade de conhecimento do perfil destes.

Na sequência são apresentados os resultados dos testes realizados sobre os fatores que permitiram observar o comportamento e habilidade dos respondentes em relação às informações geradas pelo regime previdenciário municipal.

4.1. Caracterização da amostra – Perfil Funcional

A caracterização do perfil sócio-funcional dos respondentes está apresentada na Tabela 7. A amostra foi constituída de 194 respondentes, portanto acima da amostra esperada de 136 respondentes conforme definido no capítulo 3.

Os dados revelam que 182 respondentes (93,8%) são servidores ativos e 12 respondentes (6,2%) são servidores aposentados e ainda em atividade na administração pública. 25% destes têm idade até 40 anos, sendo que a maioria (43%) encontra-se na faixa de 41 a 50 anos e 22% têm acima de 51 anos. Do total dos respondentes 45% são do sexo feminino e 53% são do sexo masculino, sendo 24,% solteiros, 60 % casados ou mantendo união estável, 21% separados ou divorciados, e 2% são viúvos.

Quanto à formação foi observado que 83% dos respondentes têm no mínimo nível superior ou pós-graduação; 30% têm nível médio ou superior incompleto e apenas 1% declarou ter nível fundamental.

Quanto à lotação funcional, observou-se que aproximadamente 15% atuam na CGM; 10% na PGM, SMF, SMO; 7% no PREVI-RIO e SMA; 6% na SMS e IPLANRIO; 4% na SMU; seguidos de COMLURB, IPP, SMAC, SME, GBP, SMC, CETRIO, EMV, FPJ, GEO-RIO, SMH, TCMRJ, MULTIRIO, PLANETÁRIO, RIOURBE, RIOZOO, RIOLUZ, SEDREPAHC, SMEL, SMG, SMPD e, SMTR

Tabela 7 – Perfil Sócio-funcional

<i>Variável</i>	<i>Dados válidos</i>	<i>Dados faltantes</i>	<i>Freqüência</i>	<i>Válidos %</i>
Situação funcional	194	0		
Servidor Ativo			182	93,8
Servidor Aposentado na ativa			12	6,2
Idade	190	4		
até 20 anos			0	0,0
de 21 a 30 anos			14	7,4
de 31 a 40 anos			35	18,4
de 41 a 50 anos			83	43,7
de 51 a 60 anos			45	23,7
acima de 61 anos			13	6,8
Sexo	190	4		
Feminino			88	46,3
Masculino			102	53,7
Estado Civil	190	4		
Solteiro			47	24,7
Casado			76	40,0
Viúvo			4	2,1
Separado/Divorciado			41	21,6
União Estável			22	11,6
Formação acadêmica	191	3		
Ensino fundamental			2	1,0
Ensino médio incompleto			0	
Ensino médio completo			15	7,9
Superior incompleto			15	7,9
Superior completo			86	45,0
Pós-graduação			73	38,2
Lotação	178	16	(a)	
CGM			27	15,1
PGM, SMF, SMO			51	28,7
PREVRIO, SMA			26	14,6
SMS			11	6,2
IPLANRIO			10	5,6
SMU			7	4
COMLURB			6	3,4
IPP, SMAC, SME			12	6,7
GBP, SMC			6	3,4
CETRIO, EMV, FPJ, GEO-RIO, SMH, TCMRJ			12	6,7
MULTIRIO, PLANETÁRIO, RIOURBE, RIOZOO, RIOLUZ, SEDREPAHC, SMEL, SMG, SMPD, SMTR			10	5,6
Tempo no serviço público	190	4	17	(tempo médio)

(a) Refere-se à freqüência válida para cada unidade de lotação.

Em síntese pode-se dizer que predominantemente o respondente é servidor ativo, 45 anos de idade e 17 anos de serviço público, com formação acadêmica superior, com

distribuição equitativa entre homens e mulheres. Este perfil indica uma tendência a que estes profissionais venham a ser aposentados no serviço público, e em um período aproximado de 15 anos. Desta forma a estabilidade do regime previdenciário a que estão vinculados deve receber uma atenção especial haja vista os problemas que são enfrentados pela previdência, o que tem requerido constantes rearranjos estruturais, especialmente no que se refere a valor dos benefícios a serem recebidos, com estabelecimento de “teto” e a idade para aposentação.

4.2. Constructos

Os fatores comportamento e habilidade foram considerados determinantes do processo comunicacional. Sua análise se deu a partir da aplicação de testes não-paramétricos e análise de correlação. Foram avaliados segundo os objetivos e as hipóteses definidas para a pesquisa.

4.2.1. Objetivo Específico 1

O Objetivo Específico 1 propôs avaliar se há *Transparência* na divulgação de informações fornecidas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI. Este constructo foi analisado sob as dimensões da *Acessibilidade* da informação (item 4.2.1.1) e de sua *Utilidade* (item 4.2.1.2). Este objetivo gerou a seguinte sub-hipótese:

H_{1.1} – Há transparência quanto às informações geradas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI.

Conforme comentado anteriormente passa-se a seguir a avaliar a dimensão *Acessibilidade* da informação.

4.2.1.1. *Acessibilidade*

A dimensão *Acessibilidade* está relacionada à atitude do respondente quanto a intenção em obter informações referentes ao seu sistema previdenciário (Q10), e quanto ao conteúdo e ao canal de divulgação quando avalia a facilidade de acesso às informações geradas pelo regime próprio (Q23).

Quanto à intenção foi perguntado se o respondente busca ou recebe informação a partir da escala de respostas: nunca, raramente, às vezes, quase sempre e sempre. Com base na citada escala foi estabelecido dois grupos de respondentes: Grupo dos que não buscam ou não recebem informações formado pelos respondentes que optaram pelas respostas nunca, raramente e às vezes (G1); e Grupo dos que buscam ou recebem informações composto por respondentes que optaram por quase sempre e sempre (G2). Foi realizada a transformação da variável dependente para binária (1 a 3 – Nunca acessa até Acessa às vezes; e 4 a 5 – Quase sempre e Sempre) para possibilitar a realização do teste de correlação com as variáveis independentes que apresentavam distribuição binária (Sim, Não). Esta transformação não comprometeu os demais testes no que se refere a direção e significância.

Considerando os dados válidos, os testes revelaram que em torno de 81% dos respondentes têm baixo interesse em obter informações relativas ao PREVI-RIO/FUNPREVI (categorias: nunca, raramente, às vezes) conforme demonstra o Quadro 6.

Dados	Descrição	Frequência	Percentual	Percentual Valido
Válidos	Grupo dos que não buscam ou recebem informações (G1)	155	79,9	81,2
	Grupo dos que buscam ou recebem informações (G2)	36	18,6	18,8
	Total	191	98,5	100,0
Sem resposta		3	1,5	
Total		194		

Quadro 6 – Frequência da variável Intenção segundo distribuição por grupos

O Gráfico 1 apresenta a distribuição da intenção de acesso às informações segundo a escala de respostas. Observa-se que grande parte dos respondentes informa que às vezes acessam informações referentes ao seu sistema previdenciário.

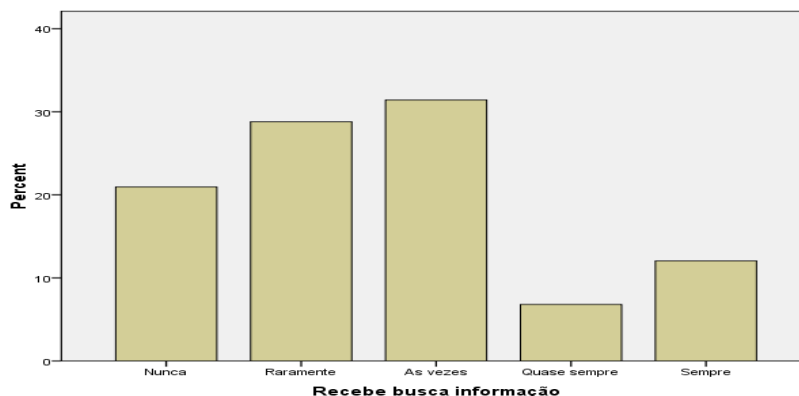


Gráfico 1 – Intenção

Para conhecer que tipo de informação o respondente intenciona conhecer foi sugerida uma relação de tipos de informação disponível no sítio do PREVI-RIO/FUNPREVI, composta por benefícios assistenciais; financiamento imobiliário; aposentadorias e pensões; informações financeiras; informações contábeis.

Utilizando a classificação dos Grupos de intenção definidos acima foi testada a frequência dos tipos de informação em relação aos Grupos de respondentes. O Quadro 7 apresenta os resultados.

Descrição	Grupo dos que não buscam ou recebem informações (G1)		Grupo dos que buscam ou recebem informações (G1)		Sem Respostas	Total
	Não	Sim	Não	Sim		
<i>Benefícios Assistenciais (Q11)</i>	145	10	25	11	3	194
<i>Financiamento Imobiliário (Q12)</i>	138	17	13	23	3	194
<i>Aposentadorias e Pensões (Q13)</i>	122	33	18	18	3	194
<i>Informações Financeiras (Q14)</i>	80	75	12	24	3	194
<i>Informações Contábeis (Q15)</i>	93	62	10	26	3	194

Quadro 7 – Frequência dos Respondentes X Tipo de Informação acessada

O teste confirma o alto índice de desinteresse pelas informações geradas no sistema previdenciário, e revela que entre os respondentes que raramente ou às vezes buscam informações (G1), quando o fazem acessam preferencialmente informações de ordem financeira e contábil, sendo este o mesmo resultado apurado para o grupo dos que buscam informações (G2) conforme apresentado na Tabela 8. Quanto às demais informações é verificado um baixo índice de interesse em ambos os grupos de respondentes. Ressalta-se que a classificação em G1 também contempla respondentes que raramente ou às vezes

buscam informações. Por este motivo os resultados identificaram uma parcela de respondentes neste grupo que busca informações, ainda que esparsamente.

A Tabela 8 detalha a distribuição constante do Gráfico 1 e corrobora os achados demonstrados no Quadro 7 indicando predominância de busca, quando esta ocorre, de informações técnicas.

Tabela 8 – Recebe ou Busca informação

Recebe/Busca (Q10)	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15
Raramente	3	8	16	34	26
Às vezes	7	9	17	41	36

A análise de correlação compreende a análise de dados amostrais para saber *se e como* duas ou mais variáveis estão relacionadas uma com a outra numa população (STEVENSON, 1986, p. 341). Testada a associação dos tipos de informação em relação aos Grupos de respondentes foi confirmado haver uma correlação positiva e altamente significativa entre as variáveis Q10/Q11, Q10/12, Q10/Q13, Q10/Q14, e Q10/Q15 conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Associação entre Recebe/Busca informação X Tipo de Informação acessada

Índices		Recebe ou Busca Informações (Q10)				
		Q11	Q12	Q13	Q14	Q15
Spearman	Correlação	0,369**	0,368**	0,469**	0,452**	0,331**
	significância	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

**Correlação é significativa ao nível de 0,01

Na escala de tipologia de informações apresentada aos respondentes as variáveis Q11, Q12 e Q13 referem-se a benefícios concedidos pelo PREVIRIO, enquanto as variáveis Q14 e Q15 referem-se a informações de cunho normativo e gerencial. Segundo a Tabela 8 tem destaque a variável Q13 (Aposentadorias e Pensões). Por meio de tabulação cruzada foi testada a associação entre a faixa etária dos respondentes e informações sobre aposentadoria

e pensões (Q3*Q13) com o objetivo de verificar se Q3 influencia a intenção do respondente em relação a Q13. O resultado apresentado na Tabela 10 demonstra maior ocorrência de acesso entre aqueles que têm em média 50 anos de idade. Esta observação confirma a proposta do teste e reforça o entendimento de que a preocupação com questões relativas a subsistência em período pós laboral só afeta ao servidor quando da proximidade desta condição.

Tabela 10 - Idade X Aposentadorias e Pensões

Idade (Q3)	Aposentadorias e Pensões (Q13)		
	NÃO	SIM	Total
>21, <30	12	2	14
> 31, <40	30	5	35
>41, <50	62	21	83
>51, <60	28	17	45
>60	7	6	13
Total	139	51	190
Sem resposta	4		

A partir dos achados da Tabela 9 foi testada a existência de correlação entre Q3 (idade) e Q13 (aposentadoria e pensões) para verificar a significância destas variáveis. Os testes de Spearman apontam haver uma correlação fraca, porém positiva entre estas variáveis, com um bom grau de significância, ou seja, a medida que aumenta a idade existe maior probabilidade do servidor buscar informações sobre aposentadorias e pensões. Os resultados estão demonstrados na Tabela 11.

Tabela 11 – Teste de Correlação entre Idade X Aposentadorias e pensões

Idade (Q3)	Aposentadorias e Pensões (Q13)	
	Spearman	
	Correlação	0,218**
	Significância	0,02

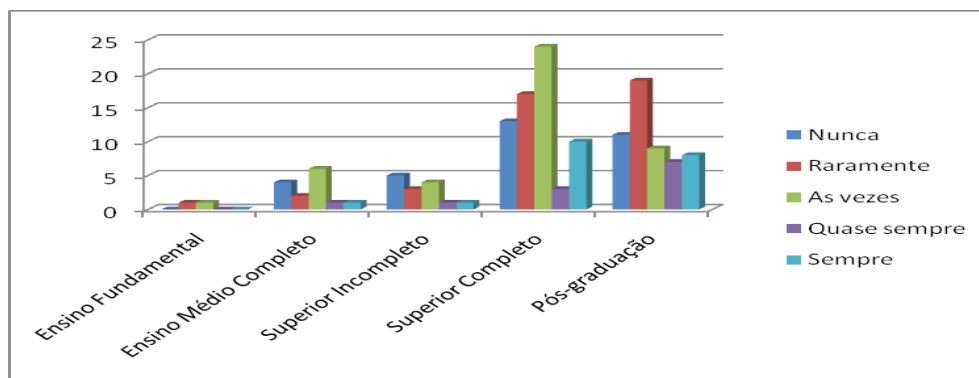
**Correlação é significativa ao nível de 0,01

Ainda com base no Gráfico 1 foi aplicado um teste de correlação entre as variáveis *Formação Acadêmica e Recebe/Busca* (Q8 X Q10) com o objetivo de verificar a influencia de Q8 na intenção de agir do respondente. Os resultados encontram-se no Quadro 8.

Formação Acadêmica (Q8)	Recebe/ busca informação (Q10)					Total
	Nunca	Raramente	As vezes	Quase sempre	Sempre	
Ensino Fundamental	0	1	1	0	0	2
Ensino Médio Completo	4	3	6	1	1	15
Superior Incompleto	5	3	5	1	1	15
Superior Completo	17	22	33	3	11	86
Pós-Graduação	14	26	15	8	10	73
Total	40	55	60	13	23	191
Sem resposta						3

Quadro 8 - Formação Acadêmica X Recebe/ busca informação

O teste revelou não existir uma relação positiva entre estas variáveis, ou seja, maior nível educacional não representa maior interesse em obter informações previdenciárias. A representação gráfica do quadro acima (Gráfico 2) demonstra haver maior concentração de respondentes com formação superior ou com pós-graduação. Contudo observa-se que também nesta faixa encontra-se a maior incidência de respondentes que nunca, raramente ou às vezes buscam as informações.



Eixo Y – Quantidade de respondentes

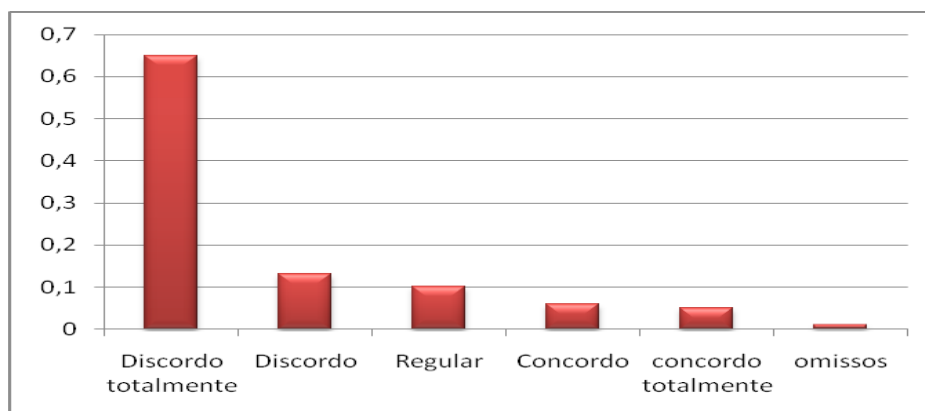
Gráfico 2 – Formação Acadêmica X Recebe/Busca

A dimensão *Acessibilidade* considerou ainda a facilidade de acesso (Q23) como mais um fator determinante da análise. Facilidade, segundo Berlo, está relacionada à forma de codificação da mensagem e ao canal de veiculação desta (ver p.61).

Ressalte-se que a legislação dos RPPS, especialmente a Lei nº 9.717/98 determina pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime próprio. Além disso, é fator fundamental desta norma a preocupação com a accountability, sendo esta identificada através da responsabilidade, transparência e controle.

Com o propósito de verificar se o respondente julga haver facilidade de acesso às informações geradas pelo PREVIRIO foi afirmado, no questionário da pesquisa, que existe facilidade de acesso às prestações de contas do regime previdenciário a que estão vinculados, restando ao respondente a concordância, ou não, com esta assertiva, segundo uma escala de resposta proposta. O Gráfico 3 apresenta a distribuição de frequência percentual.

Os resultados apontam que 65% dos respondentes não concordam com esta afirmativa, discordando totalmente. Somente em torno de 15% dos respondentes afirmaram ser fácil acessar as informações relativas a demonstrativos contábeis. A baixa concordância revela as dificuldades dos usuários em ter acesso a este tipo de informação. Este resultado corrobora os achados da pesquisa realizada por Lima (2006, p.95) onde Em todos os municípios pesquisados, foi alto o percentual daqueles que nunca tiveram acesso a uma prestação de contas elaborada pelo RPPS.



Eixo Y – Distribuição percentual de respondentes

Gráfico 3 – Facilidade de acesso às Prestações de Contas

Em função deste resultado foi verificado se existe correlação entre o fato do respondente atribuir um alto grau de dificuldade em acessar as informações contábeis e a intenção de buscar a informação.

O teste de correlação de Spearman (Tabela 12) indicou haver correlação baixa entre estas variáveis, porém altamente significativa. Desta forma pode-se inferir que na medida em que aumenta a facilidade de acesso às informações, a tendência é ocorrer aumento na intenção de conhecer melhor o sistema previdenciário, aumentando a busca por informações.

Tabela 12 – Associação entre Q23 e Q10

Facilidade de Acesso (Q23)	Recebe ou busca informações (Q10)	
	Spearman	
	Correlação	0,340**
Significância	0,000	

**Correlação é significativa ao nível de 0,01

Como síntese da análise realizada na dimensão *Acessibilidade* no que tange a intenção e facilidade de acesso é possível afirmar que na medida em que há compreensão e facilidade de acesso o servidor sente-se motivado a buscar informações sobre o seu regime próprio. Esta constatação é possível a partir da análise dos testes de Spearman onde foi

demonstrado que na medida em que aumenta a facilidade de acesso aumenta na mesma direção positiva a intenção de receber/buscar informações sobre o RPPS.

No entanto, os dados revelaram que o servidor não tem intenção em acessar as informações geradas pelo PREVIRIO, que julgam não haver acessibilidade às informações e serem estas de difícil compreensão. Desta forma pode-se confirmar que atitudes não positivas no sentido de buscar informações previdenciárias associadas a um modelo de evidenciação que não favoreça este acesso provocam ruídos que prejudicam a comunicação entre os diversos *stakeholders* envolvidos no processo informativo. Este fato contraria as determinações legais vigentes e não promove a *accountability*.

4.2.1.2. Utilidade

A utilidade da informação está relacionada nesta pesquisa ao *quanto* as informações geradas pelo PREVIRIO contribuem para o conhecimento da situação financeira e patrimonial da entidade. Neste sentido os testes estatísticos aplicados às variáveis relacionadas à *utilidade* visaram avaliar se as ações de gestão dos recursos do Instituto de Previdência são claras, precisas, e contribuem para o entendimento dos resultados da entidade. Para tanto foram verificadas respostas referentes a *utilidade da informação* (Q17); *contribuição da informação* para formar ou melhorar opinião (Q18); e se as *prestações de contas são úteis* ao conhecimento da situação (Q21).

Inicialmente foi verificada a distribuição dos dados relacionados à dimensão *Utilidade*, sendo evidenciado que os respondentes atribuem uma baixa utilidade às informações geradas pelo sistema previdenciário. Nota-se através da Tabela 13 existir um grande número de não-respostas, principalmente quanto a prestações de contas (53,6%), indicando que este tipo de informação não promove o interesse do respondente.

Tabela 13 – Freqüência da Dimensão Utilidade da Informação

Distribuição Escalar	Q17*		Q18**		Q21***	
	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual
	Válido		Válido		Válido	
1	7	4,9	53	37,1	4	4,4
2	20	14,0	22	15,4	11	12,2
3	42	29,4	29	20,3	29	32,2
4	47	32,9	29	20,3	19	21,1
5	27	18,9	10	7,0	27	30,0
Sem resposta	51		51		104	

Nota: *1 = inútil; 2 = pouco útil; 3 = indiferente; 4 = útil; 5 = muito útil.

**1 = não contribuem; 2 = contribui pouco; 3 = indiferente; 4 = contribui razoavelmente;
5 = contribui muito.

***1= discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = indiferente; 4 = concordo; 5 = concordo totalmente.

Os resultados revelam que:

a) Quanto à utilidade da informação (Q17), aproximadamente 19% dos respondentes consideram as informações geradas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI como tendo pouca ou baixa utilidade. Para 29% dos respondentes válidos as informações têm uma média utilidade. E 52% entendem que as informações geradas pelo Instituto de Previdência são úteis.

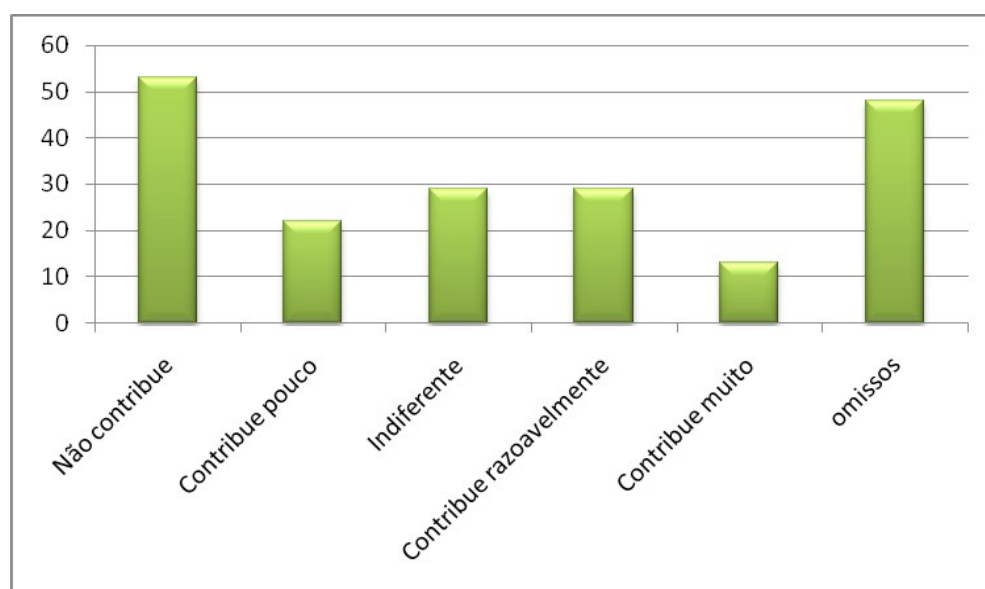
Em função destes achados foi verificada a existência de correlação entre a *utilidade da informação* e a intenção em obtê-la. (Q17 X Q10). Foi identificada uma correlação baixa, porém positiva e significativa, denotando que os respondentes ao buscarem informações do PREVI-RIO/FUNPREVI o fazem na intenção de orientar suas decisões.

Tabela 14 – Utilidade X Recebe/Busca

Utilidade (17)	Recebe ou busca informações (Q10)	
	Spearman	
	Correlação	0,264**
	Significância	0,001

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

b) Quanto à contribuição da informação para formar ou melhorar a opinião a respeito da situação financeira da entidade (Q18) aproximadamente 52% dos respondentes atribuem nenhuma ou baixa utilidade à informação, sendo que 30% acreditam que as informações não contribuem em nada. Para 28% dos respondentes as informações obtidas têm uma importância de média para alta, contribuindo na formação da opinião dos respondentes. Ressalte-se que o total de não-respostas é elevado, aumentando a percepção da baixa utilização das informações geradas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI na formação da opinião do servidor municipal.



Eixo Y – Distribuição de frequência dos respondentes

Gráfico 4 – Contribuição da informação

Considerando que a utilidade da informação está relacionada com o conhecimento da essência dos dados que esta carrega conforme a bibliografia referenciada (seção na 2.3.1) foi realizado teste de tabulação cruzada para verificar se a formação acadêmica influencia na utilidade atribuída pelo respondente à informação. O resultado está demonstrado na Tabela 15.

Tabela 15 – Utilidade da Informação X Formação Acadêmica

Utilidade da Informação (Q17)	Formação Acadêmica (Q8)					Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-graduação	
1	0	1	0	0	6	7
2	1	1	1	7	10	20
3	1	1	4	23	13	42
4	0	4	3	23	17	47
5	0	3	2	12	10	27
Total	2	10	10	65	56	143

Nota: 1 = inútil; 2 = pouco útil; 3 = indiferente; 4 = útil; 5 = muito útil

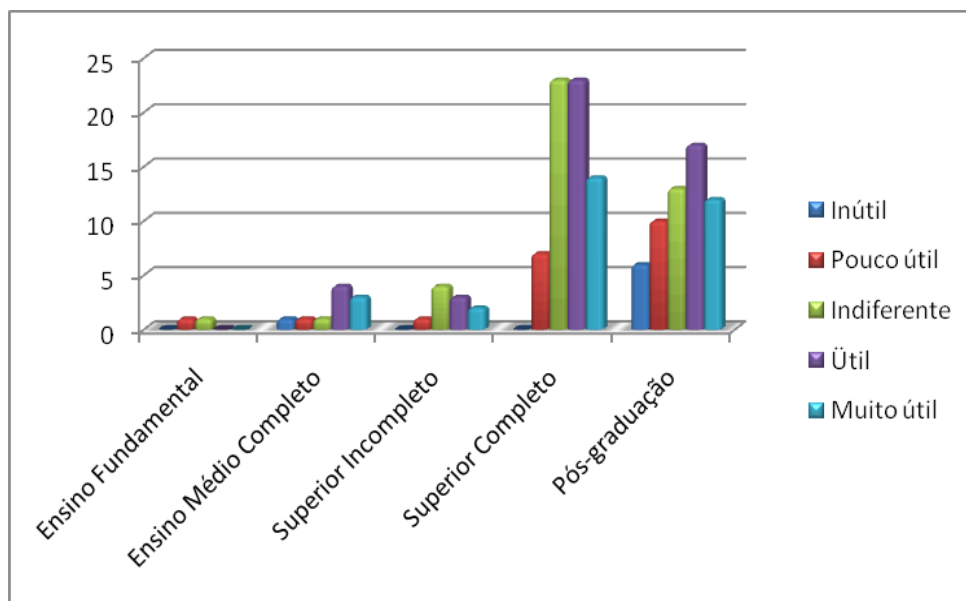
Com base nos dados observados foi verificado se existe associação entre a Q17 e Q8.

Segundo o teste de Spearman (Tabela 16) não foi confirmada correlação entre as variáveis Q8 e Q17. A ausência de significância estatística não permite inferir se o nível acadêmico do usuário da informação é determinante da utilidade desta na tomada de decisão. Além disso não permite inferir se os servidores que acessam informações sobre o sistema previdenciário o fazem em função de sua maior formação acadêmica.

Tabela 16 – Formação Acadêmica X Utilidade

Formação Acadêmica Q8	Utilidade Q17	
	Spearman	
	Correlação	-0,101
	Significância	0,232

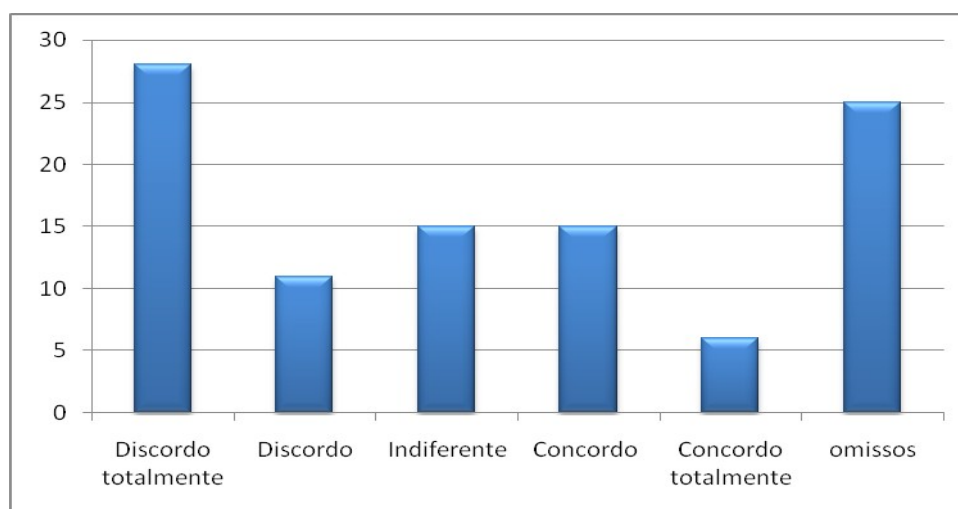
O Gráfico 5 permite a visualização da distribuição de frequência segundo a escala de utilidade proposta na pesquisa.



Eixo Y – Distribuição de Frequência de respondentes

Gráfico 5 - Formação X Utilidade da Informação

c) Quanto à verificação se especificamente as prestações de contas são úteis ao conhecimento da situação financeira do regime previdenciário (Q21), os dados constantes da Tabela 13 revelaram que para 17% dos respondentes as prestações de contas em nada contribui para o seu conhecimento; 53% atribuem relevância média às prestações de contas; e 30% concordam totalmente com a afirmação de que a prestação de contribui para o conhecimento da situação do PREVI-RIO/FUNPREVI.



Eixo Y – Distribuição de Frequência dos respondentes

Gráfico 6 – Contribuição da Prestação de Contas para conhecimento da gestão

Em síntese a variável dimensão *Utilidade* analisada permite inferir que os respondentes atribuem pouca utilidade às informações geradas pelo PREVIRIO, especialmente no que se refere a prestação de contas. Para os respondentes as informações não ajudam a conhecer a situação financeira e patrimonial da entidade, apesar da formação acadêmica dos respondentes ser em média de nível superior. Desta forma os testes confirmam que quando a codificação, o conteúdo e o tratamento da mensagem contábil não são elaborados com foco no usuário podem causar ruídos que prejudicam o processo comunicacional.

Assim, considerando ser função da contabilidade, enquanto sistema de informação, gerar dados que possam ser processados e transformados em informações úteis, satisfatoriamente acessíveis com o propósito de atender finalidades ou necessidades específicas de todos os seus usuários conforme dispõe a bibliografia referenciada, é possível concluir que as informações contábeis geradas pelo PREVIRIO não cumprem sua finalidade precípua, estando adstrita a um pequeno grupo de usuários em atendimento a ação normativa da comunicação.

Os testes realizados para a avaliação do constructo *Transparência* permitem evidenciar que os servidores públicos não têm interesse nas informações geradas pelo sistema previdenciário municipal tanto no que se refere às informações sociais e assistenciais quanto a informações de caráter técnico e gerencial. A baixa intenção de agir do servidor pode ser atribuída à dificuldade de entendimento e acesso destes à mensagem veiculada e ao canal utilizado, especificamente a prestação de contas evidenciada através das demonstrações contábeis disponibilizadas por meio da *internet*. Foi possível inferir que a dificuldade de entendimento não está relacionada à formação acadêmica do servidor, mas ao próprio desconhecimento ou desinteresse que as informações promovem.

Pelo exposto conclui-se que o fato de uma entidade disponibilizar informações através do sítio de seu endereço eletrônica na *Internet* não assegura a transparência destas. Transparência envolve mais que construir informações, antes requer mensagens elaboradas com significado e sentido para o seu usuário; requer meios de divulgação acessíveis e confiáveis.

4.2.2. Objetivo Específico 2

O Objetivo Específico 2 propôs avaliar se o servidor público municipal *compreende* as informações contábeis apresentadas pelo PREVI-RIO.

A análise da *Compreensibilidade* visou medir o grau entendimento do respondente em relação a informações assistenciais e financeiro-contábeis geradas pelo sistema previdenciário, mensurando o grau de dificuldade deste na interpretação de termos utilizados pela contabilidade e, em especial, na contabilidade pública aplicada à previdência social. Este enfoque encontra suporte na teoria da comunicação onde a compreensibilidade está relacionada ao sucesso da comunicação e conseqüentemente à tomada de decisão. Neste sentido, a análise da compreensibilidade dos códigos linguísticos e instrumentos utilizados pela contabilidade em seu processo informacional visa determinar se este atributo fundamental da informação contábil está sendo observado, tornando a informação útil, oportuna e que agrega valor.

Este constructo foi analisado sob duas dimensões: quanto às informações geradas pelo regime previdenciário com enfoque na compreensibilidade de termos técnicos utilizados na elaboração das demonstrações contábeis (item 4.2.2.1); e quanto ao modelo de DVA proposto como forma de ampliação da capacidade de entendimento dos usuários a partir da utilização de termos linguísticos de uso cotidiano, quando possível (item 4.2.2.2). Este objetivo gerou a sub-hipótese:

H_{1.2}. – O servidor público municipal compreende as informações contábeis apresentadas pelo PREVI-RIO.

Com base no exposto passa-se a avaliar a dimensão *Compreensibilidade* da informação.

4.2.2.1. Das informações geradas pelo regime previdenciário

Como informações geradas pelo regime previdenciário foram consideradas as variáveis benefícios assistenciais; financiamento imobiliário; aposentadorias e pensões;

informações financeiras e contábeis tendo sido testadas as variáveis *Conteúdo da Informação* (Q16) e *PC muito técnica* (Q22).

Com relação à variável Q16 o respondente deveria informar o grau de compreensão do conteúdo das informações que recebe ou busca sobre seu regime previdenciário de acordo com uma escala de percepção que varia desde desconhece o assunto até excelente.

A variável Q22 visou avaliar o grau de dificuldade do respondente em compreender as prestações de contas visto que as mesmas são altamente técnicas. Foi oferecida uma escala contendo opções que variam de desconheço o assunto até concordo totalmente. A distribuição dos resultados estão demonstrados na Tabela 17.

Tabela 17 – Distribuição de Frequência para Q16 e Q22

Distribuição Escala	Q16 *		Q22**	
	Frequência	Percentual Válido	Frequência	Percentual Válido
1	23	15,5	20	21,7
2	29	19,6	11	12
3	36	24,3	27	29,3
4	41	27,7	17	18,5
5	19	12,8	17	18,5
Sem resposta	46		102	

Nota: *1 = muito ruim; 2 = ruim; 3 = regular; 4 = bom; 5 = excelente

**1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = indiferente; 4 = concordo;
5 = concordo totalmente.

A variável *Conteúdo da Informação* (Q16) apresentou os seguintes resultados considerando-se somente as respostas válidas. Em torno de 35% afirmaram que a compreensão quanto ao conteúdo das informações é ruim ou muito ruim. Para 24% dos respondentes a compreensão do conteúdo é regular, e 41% afirmaram compreender muito bem o conteúdo das informações geradas pelo PREVIRIO. Se considerado a totalidade dos respondentes verifica-se um nível de não respostas de 24%.

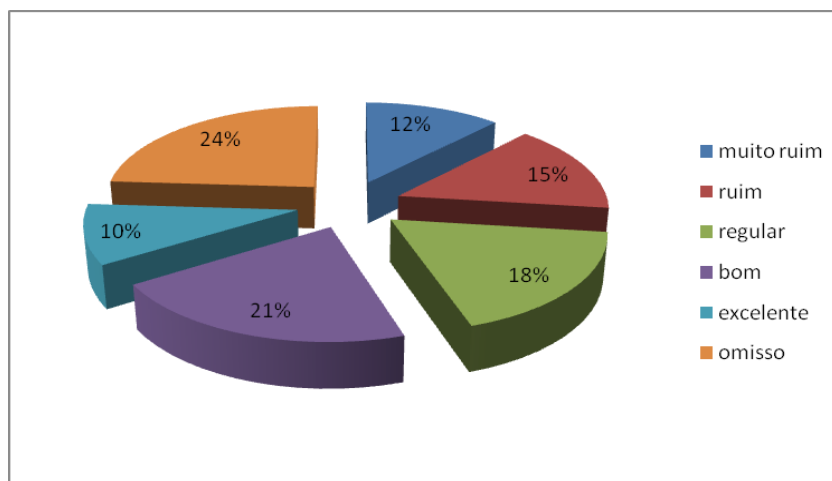


Gráfico 7 - Compreensão do Conteúdo da Informação

Quanto a variável *PC muito técnica* (Q22), considerando-se os dados válidos, verifica-se que para 37% estas são muito técnicas, o que dificulta a compreensibilidade da informação. 29% atribuem um nível médio de dificuldade, e 34% dos respondentes consideram as informações de fácil entendimento. Ressalte-se a ocorrência de elevado número de não-respostas para esta variável; se considerada a totalidade dos respondentes este índice é de 52%. Ou seja, mais da metade dos respondentes não emitiram opinião sobre esta variável.

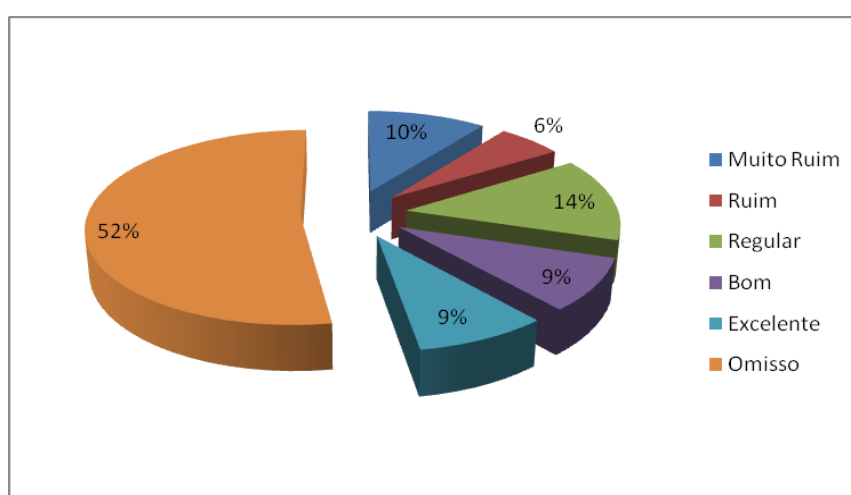
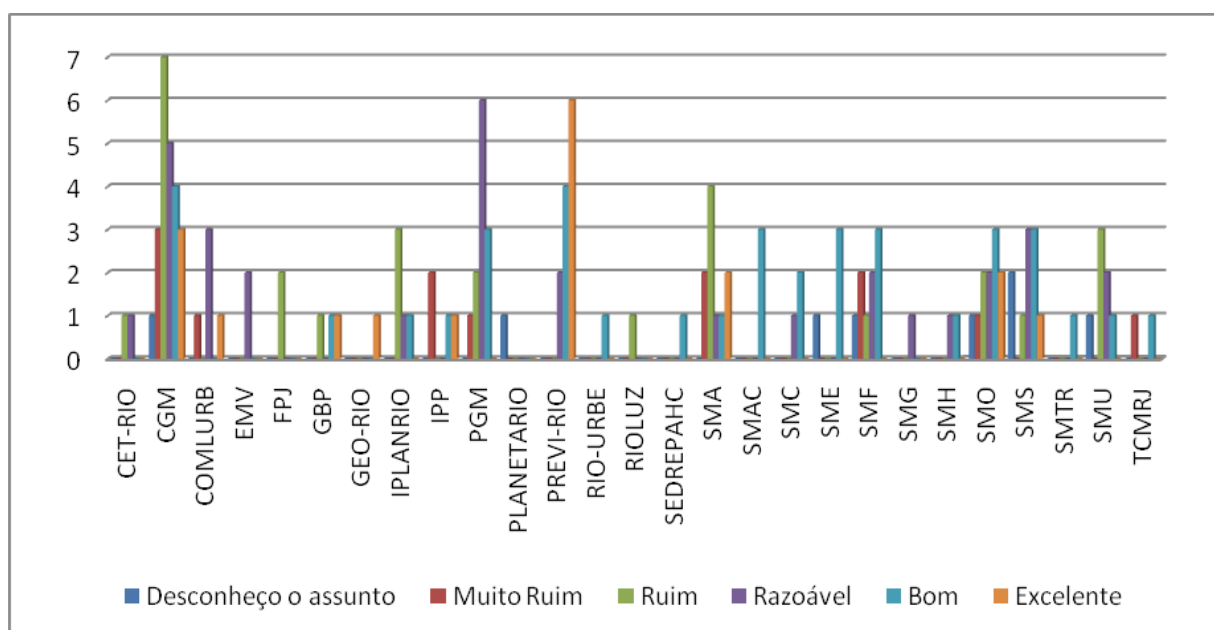


Gráfico 8 – Compreensão da PC

Os resultados válidos obtidos para as variáveis (Q16 e Q22) demonstram haver equilíbrio na distribuição das respostas, ou seja, em relação aos dados válidos a distribuição entre os que não compreendem a informação é proporcional aos que entendem. Contudo, é importante ressaltar que existe um contingente elevado de não-respostas (ou dados omissos). As não-respostas são consequência direta do modelo de pesquisa adotado em que o pesquisador não tem ingerência sobre os respondentes.

Em função deste resultado foi verificada a lotação funcional dos respondentes para testar se há correspondência entre esta e a compreensibilidade apresentada.

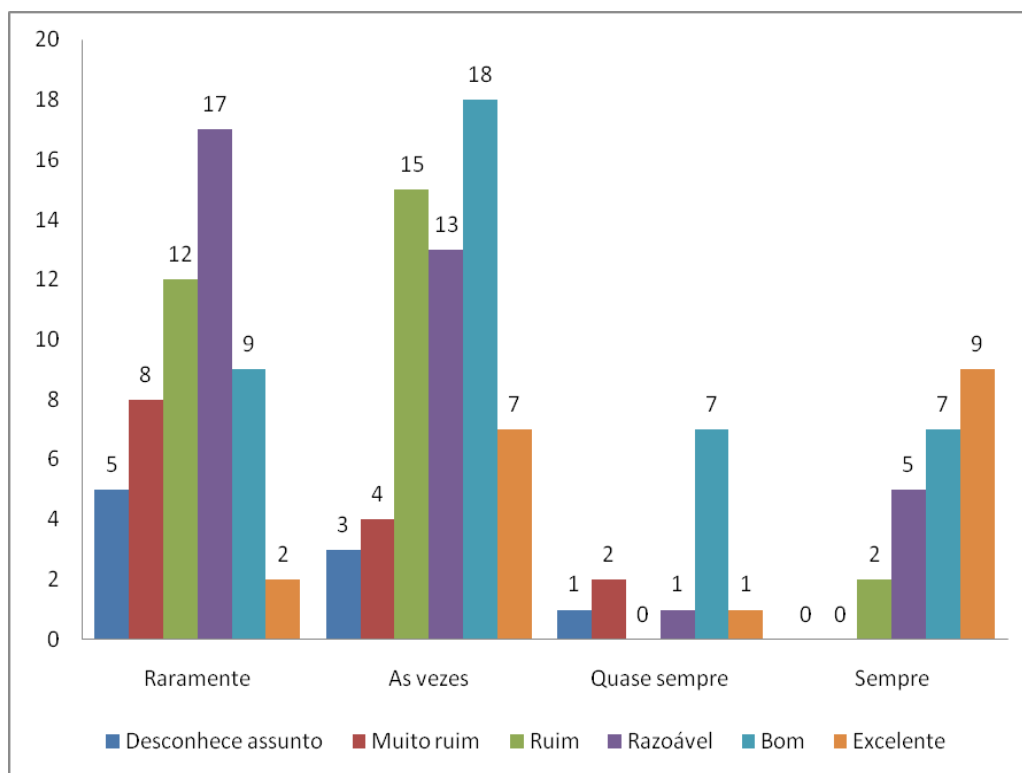


Eixo Y – Distribuição de Frequência dos respondentes segundo o nível de compreensibilidade das informações

Gráfico 9 – Compreensibilidade X Lotação Funcional

No quesito lotação funcional não foi confirmado haver relação entre esta e o nível de compreensão de informações. Na média o entendimento dos respondentes da FPJ, RIOLUZ, TCM, SMU e CET-RIO é ruim. Para os respondentes da CGM, COMLURB, EMV, GBP, IPLANRIO, IPP, PGM, SMC, SME, SMG, SMH, SMO, SMS o entendimento é, em média, razoável. As informações são consideradas de bom entendimento para os respondentes da PREVI-RIO, RIOURBE, SEDREPAHC, SMAC e SMTR. Somente para um único respondente da GEORIO as informações são excelentes.

A Teoria do Agir Comunicativo estabelece que a acessibilidade da informação deve ser interpretada como compreensão da essência da mensagem (ver p.60). Com o objetivo de confirmar esta assertiva foi analisado, então, o grau de compreensão para quem acessa ou busca informações previdenciárias. O Gráfico 10 apresenta o resultado da análise das variáveis *Compreende conteúdo X Recebe/Busca (Q16 X Q10)*. No eixo X estão demonstrados as periodicidades para quem acessa as informações ainda que raramente. As colunas do histograma representam o grau de entendimento das informações. O eixo Y apresenta o número de respondentes.



Eixo Y – quantidade de respondentes segundo a compreensão do conteúdo

Eixo X – Acesso às informações

Gráfico 10 – Compreende Conteúdo X Recebe/Busca

Os resultados revelam um alto índice de não-respostas (24%) não demonstrado no gráfico. Com relação aos dados válidos aproximadamente 6% dos respondentes desconhecem as informações que são geradas pelo instituto de previdência; 27% afirmam que a compreensão das informações é muito ruim ou ruim. E apenas 10% afirmam ter uma excelente compreensão das informações veiculadas pelo sistema previdenciário. Desta

forma observa-se que o entendimento das informações prestadas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI é considerado insatisfatório. Isto compromete negativamente a intenção de agir do servidor não o motivando a buscar informações sobre o instituto de previdência a que está vinculado.

Para confirmar este achado foi aplicado o teste de correlação às variáveis *Q16* e *Q10*. Os resultados da Tabela 18 demonstram haver correlação fraca, porém significativa entre as variáveis. Ou seja, à medida que aumenta a compreensão das informações aumenta o interesse em obtê-las.

Tabela 18 – Associação entre Conteúdo X Recebe/Busca

<i>Recebe/busca</i> <i>(Q10)</i>	<i>Conteúdo da Informação (Q16)</i>	
	Spearman	
	Correlação	0,391*
	Significância	0,000

*Correlação significativa ao nível de 0,01

Assim, pode-se inferir que a intenção de obter (*recebe/busca*) informações tem vinculação direta e positiva com a compreensibilidade destas. Este fato corrobora com a teoria da comunicação apresentada no Capítulo 2 quando foi abordada a necessidade de habilidade do decodificador da mensagem, ou seja, este deve apresentar um nível de conhecimento e atitude que favoreçam a sua compreensão.

Como teste confirmatório do conhecimento do conteúdo das informações foi fornecido uma relação de termos técnicos contidos em uma Demonstração de Variação Patrimonial – DVP e perguntado quais os respondentes compreendiam. Os resultados estão demonstrados na Tabela 19.

Tabela 19 – Compreensibilidade de Termos Contábeis

Descrição	Compreende		
	Sim	Não	Não respondeu
Receita Orçamentária	154	33	7
Receita Corrente	120	59	15
Receita de Contribuições	145	39	10
Receitas Patrimoniais	138	46	10
Receita de Capital	115	66	13
Mutação Patrimonial	68	103	23
Depreciação	127	53	14
Compensação Previdenciária	61	110	23
Despesa Orçamentária	151	34	9
Despesa Corrente	128	49	17
Repasses Recebidos	136	46	12
Inversões Financeiras	63	108	23
Restos a Pagar	127	54	13
Variações Passivas	62	112	20

Os testes revelaram que os termos contábeis utilizados na DPV são conhecidos, com exceção de mutação patrimonial, compensação previdenciária e variações passivas. Esta observação confirma o teste anterior uma vez que 30% dos respondentes (ou 53% das respostas válidas) atribuíram um grau de médio a leve de dificuldade em compreender as prestações de contas. Contudo, dois pontos devem ser destacados: Primeiro que ocorreu um índice de 29% de não-respostas para a variável *conteúdo da informação* (Q22) e 6% de respostas “desconheço o assunto”. A omissão de respostas, neste caso, não pode ser descartada. Associada ao número de respondentes que afirma desconhecer o assunto amplia o quantitativo de servidores para os quais a informação é de difícil compreensão. Outro aspecto a ser destacado é o fato de que mesmo em entidades onde as atribuições são muito técnicas e relacionadas com a contabilidade, como a CGM, existe um nível elevado de dificuldade em relação ao conteúdo das informações veiculadas pelo instituto de previdência.

Como síntese da análise sobre a compreensibilidade das informações geradas pelo regime previdenciário pode-se concluir que as informações geradas pelo regime previdenciário municipal apresentam um grau médio de dificuldade para o seu usuário. No que se refere ao conteúdo das prestações de contas evidenciadas através dos demonstrativos

contábeis os respondentes revelaram ter uma compreensão ruim ou muito ruim. Estes fatos permitem confirmar os achados realizados por outros pesquisadores citados no Capítulo 2 deste trabalho, onde foi ressaltada a necessidade de simplificação e objetividade no trato dos dados econômico-financeiros com o objetivo de desmistificar a linguagem contábil e aproximar usuário e entidade emissora. Desta forma, existe a necessidade de construção de um canal de comunicação mais eficiente no que se refere a aproximação do segurado ao sistema previdenciário através da melhoria da linguagem utilizada. Ressalta-se que as legislações vigentes para os regimes próprios de previdência estimulam a participação popular na fiscalização e controle destes regimes e isto somente poderá ser realizado na medida em que seja proporcionada a acessibilidade e compreensibilidade das informações geradas, e que o usuário compreenda o seu significado.

Passa-se, então, à análise das variáveis relacionadas à compreensão da DVA proposta.

4.2.2.2. Das informações propostas na DVA

Como contribuição desta pesquisa foi elaborada uma Demonstração de Valor Agregado com o objetivo de verificar se os respondentes atribuíam a este modelo de evidenciação um grau de facilidade de nível 4 para mais, como indicação da viabilidade de interação entre a mensagem contábil e seu usuário.

Neste sentido foram utilizadas as variáveis *Compreendo fontes de recursos e gastos (Q38)*; *Deveria receber a informação (Q39)*; *Fácil entendimento (Q40)*. A Tabela 20 apresenta a Frequência de respostas válidas para as variáveis analisadas.

Tabela 20 – Compreensão da DVA

Distribuição Escalar	Q38		Q39		Q40	
	Frequência	Percentual Válido	Frequência	Percentual Válido	Frequência	Percentual Válido
1	24	13	11	5,9	37	19,8
2	22	11,9	14	7,6	30	16
3	41	22,2	17	9,2	33	17,6
4	49	26,5	36	19,5	41	21,9
5	49	26,5	107	57,8	46	24,6
Sem resposta	9		9		7	

Nota: 1= discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = indiferente; 4 = concordo; 5 = concordo totalmente.

Na tabela acima o primeiro achado importante a destacar é o baixo índice de não-respostas. Isto indica a intenção de agir do respondente em contribuir para a avaliação do modelo de demonstrativo proposto.

Quanto à análise da variável Q38 os respondentes afirmaram compreender as fontes de recursos e gastos apresentados pela DVA proposta contra 25% que afirmaram que a DVA não permite a compreensão das fontes de recursos e gastos. E para aproximadamente 22% dos respondentes a demonstração é indiferente. Para melhor visualização do resultado do teste foi elaborado Gráfico 11 - Compreensão das fontes de recursos.

Com base no modelo de DVA proposto os respondentes deveriam responder se compreendiam ou não as informações evidenciadas. A DVA priorizou a utilização de termos que contém similaridade de significado tanto na ciência contábil quanto na linguagem cotidiana, quando cabível. Os resultados demonstram que o objetivo da DVA foi atingido e que a maioria dos respondentes compreendeu os dados apresentados.

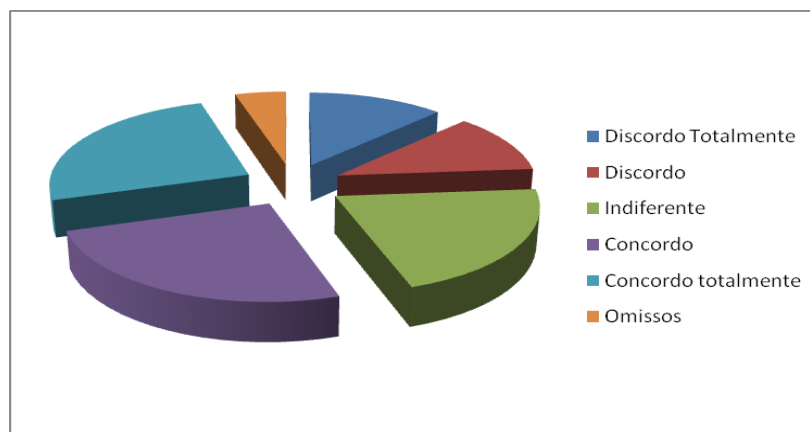


Gráfico 11 – Compreensão das fontes de recursos

Quanto à análise da variável Q39 os respondentes demonstraram grande interesse pelo demonstrativo proposto sendo que aproximadamente 77% concordam que deveriam receber este tipo de informação. O Gráfico 12 apresenta a distribuição segundo o grau de concordância dos respondentes.

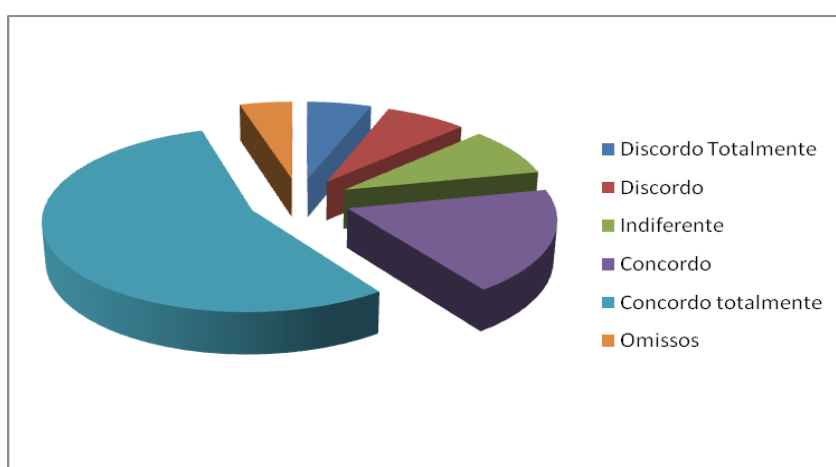


Gráfico 12 – Informação deveria ser recebida

A variável Q40 buscou avaliar se as informações evidenciadas pela DVA seriam de fácil entendimento. 36% dos respondentes discordam que a DVA seja de fácil entendimento contra 46% que concordam com a afirmação. O Gráfico 13 apresenta a distribuição segundo o grau de compreensão da DVA proposta segundo os respondentes.

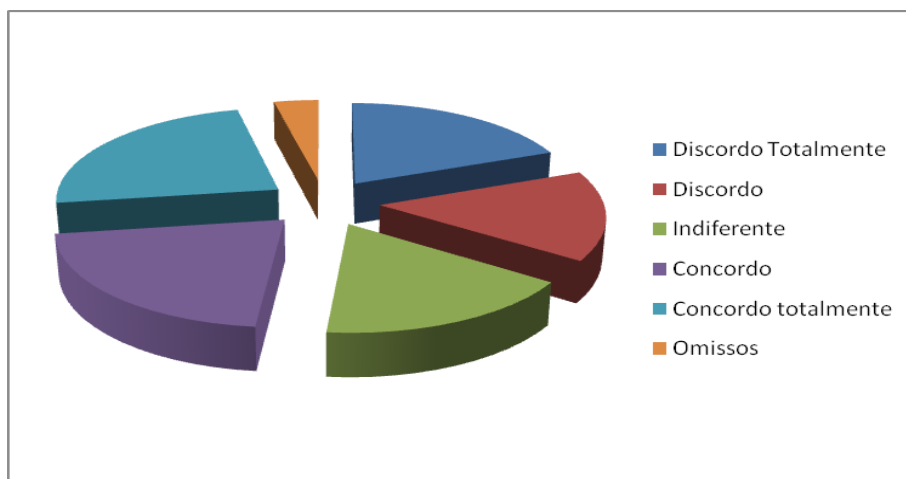


Gráfico 13 - DVA de fácil compreensão

Os achados pertinentes às variáveis Q38, Q39 e Q40 revelam que em média 58% dos respondentes atribuíram pelo menos grau 4 (concordo) ao modelo de DVA proposto na presente pesquisa indicando viabilidade de interação entre a mensagem contábil e seu usuário. Desta forma, o pressuposto motivador da modelagem da DVA para o setor público pode agregar valor informacional a um maior número de prováveis usuários a respeito dos resultados sociais alcançados pelas entidades, demonstrando de forma clara e objetiva as fontes de financiamento das ações públicas de um lado, e do outro as destinações dos recursos através da evidenciação da natureza dos gastos.

Estes resultados analisados em conjunto com os constantes da avaliação do item 4.2.2.1 revelam consistência quanto à compreensibilidade das informações evidenciadas através das prestações de contas e reforçam o entendimento firmado por outros pesquisadores quanto a necessidade da contabilidade se desmistificar e produzir informações mais amigáveis, melhorando o poder informativo das demonstrações contábeis.

Desta forma é possível inferir que a proposta de elaboração da DVA apresentada foi bem recepcionada pelos respondentes e que entendem que é o demonstrativo poderia compor as prestações de contas da entidade previdenciária.

Como conclusão do Objetivo 2 é possível inferir para a população esperada que o nível de compreensibilidade das informações fornecidas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI é

razoável para aqueles que as obtém. Contudo, as respostas indicam certa indiferença do respondente quanto às informações produzidas sobre o regime previdenciário.

Outra constatação é que apesar de haver um nível bom de compreensão quanto a termos técnicos contábeis isto não se reflete na interpretação dos demonstrativos contábeis os quais, segundo a pesquisa, são de difícil entendimento. Este fato comprova que não basta conhecer o termo, mas antes o significado que este carrega em função do objeto que deseja expressar. Neste sentido o modelo de DVA proposto apresentou adesão de 51% dos respondentes por julgarem-na de mais fácil compreensão.

Desta forma a hipótese $H_{1.2}$ não foi confirmada, ou seja, não há uma ampla compreensibilidade das informações reveladas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI.

4.2.3. Objetivo Específico 3

O Objetivo Específico 3 visou avaliar se servidor público municipal *conhece* as fontes de financiamento e a situação patrimonial do sistema previdenciário municipal.

A avaliação do constructo *Conhecimento* especificamente objetivou verificar se o respondente tem algum conhecimento quanto ao custeio do sistema previdenciário (Q19) e quanto a situação patrimonial da entidade PREVI-RIO/FUNPREVI (Q20). Desta forma foi perguntado quanto ao conhecimento da taxa de administração percebida pelo Instituto como pagamento pelos serviços prestados ao Fundo e sua destinação para o pagamento de benefícios assistenciais tais como auxílio creche ou auxílio maternidade.

Este objetivo específico gerou a sub-hipótese $H_{1.3}$ – o servidor público municipal conhece as fontes de financiamento e a situação patrimonial do sistema previdenciário municipal. Os resultados da frequência dos respondentes estão demonstrados na Tabela 21.

Distribuição Escalar	Q19 *		Q20 **	
	Frequência	Percentual Válido	Frequência	Percentual Válido
1	64	33,9	21	23,1
2	21	11,1	14	15,4
3	35	18,5	22	24,2
4	25	13,2	13	14,3
5	44	23,3	21	23,1
Sem resposta	5		103	

Nota: *1 = desconhece totalmente; 2 = desconhece parcialmente; 3 = conhece pouco;
4 = conhece; 5 = conhece totalmente.

**1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = indiferente; 4 = concordo;
5 = concordo totalmente.

Os dados revelam que aproximadamente 45% dos respondentes não conhecem as formas de custeio e despesas do RPPS. 18% afirmam conhecer pouco e 37% afirmam conhecer bem o mecanismo de financiamento do sistema previdenciário. Esta evidência pode ser visualizada através do Gráfico 14.

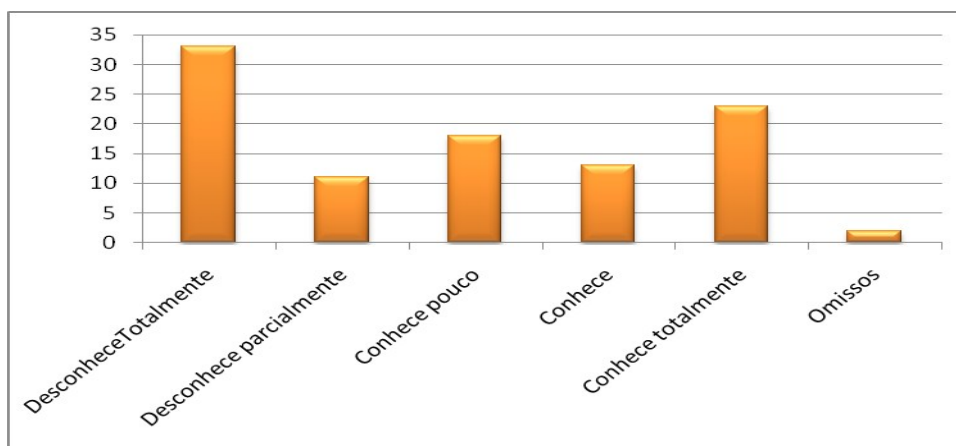


Gráfico 14 - Fonte de custeio previdenciário

Com relação à situação financeira e patrimonial da entidade evidenciada através das demonstrações contábeis foi afirmado ao pesquisado que esta é informada através das prestações de contas, sendo esta uma informação de seu conhecimento. Os resultados revelaram uma grande incidência de não-respostas se considerado o total de respondentes

(53%). Com relação aos respondentes válidos 37% afirmam conhecer a situação financeira e patrimonial da entidade e 38% discordam totalmente desta assertiva.

Os resultados da pesquisa com relação ao constructo *Conhecimento* revelam que os respondentes desconhecem as fontes de custeio do sistema previdenciário e sua destinação, só obtendo parcialmente esta noção a partir da análise da DVA proposta.

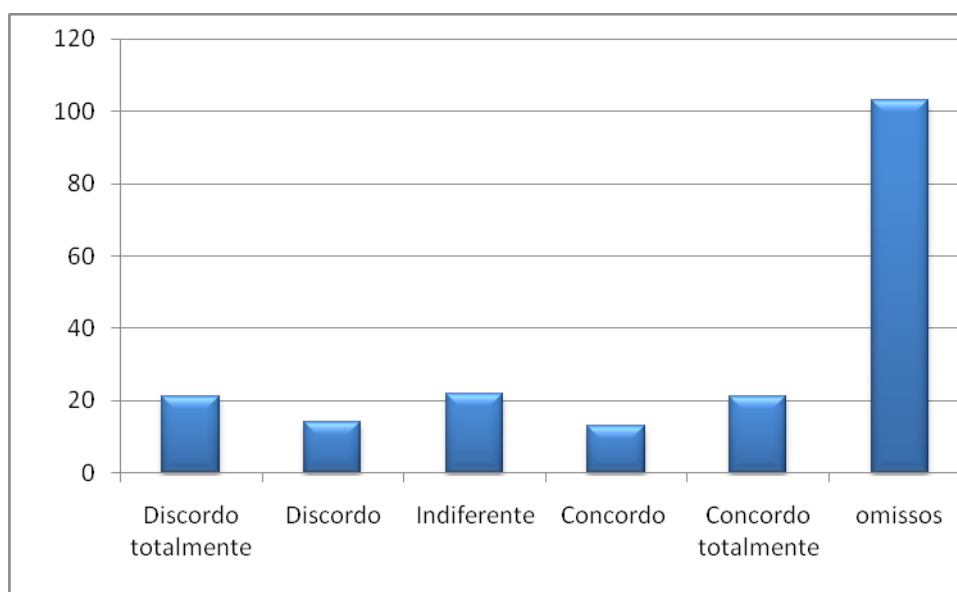
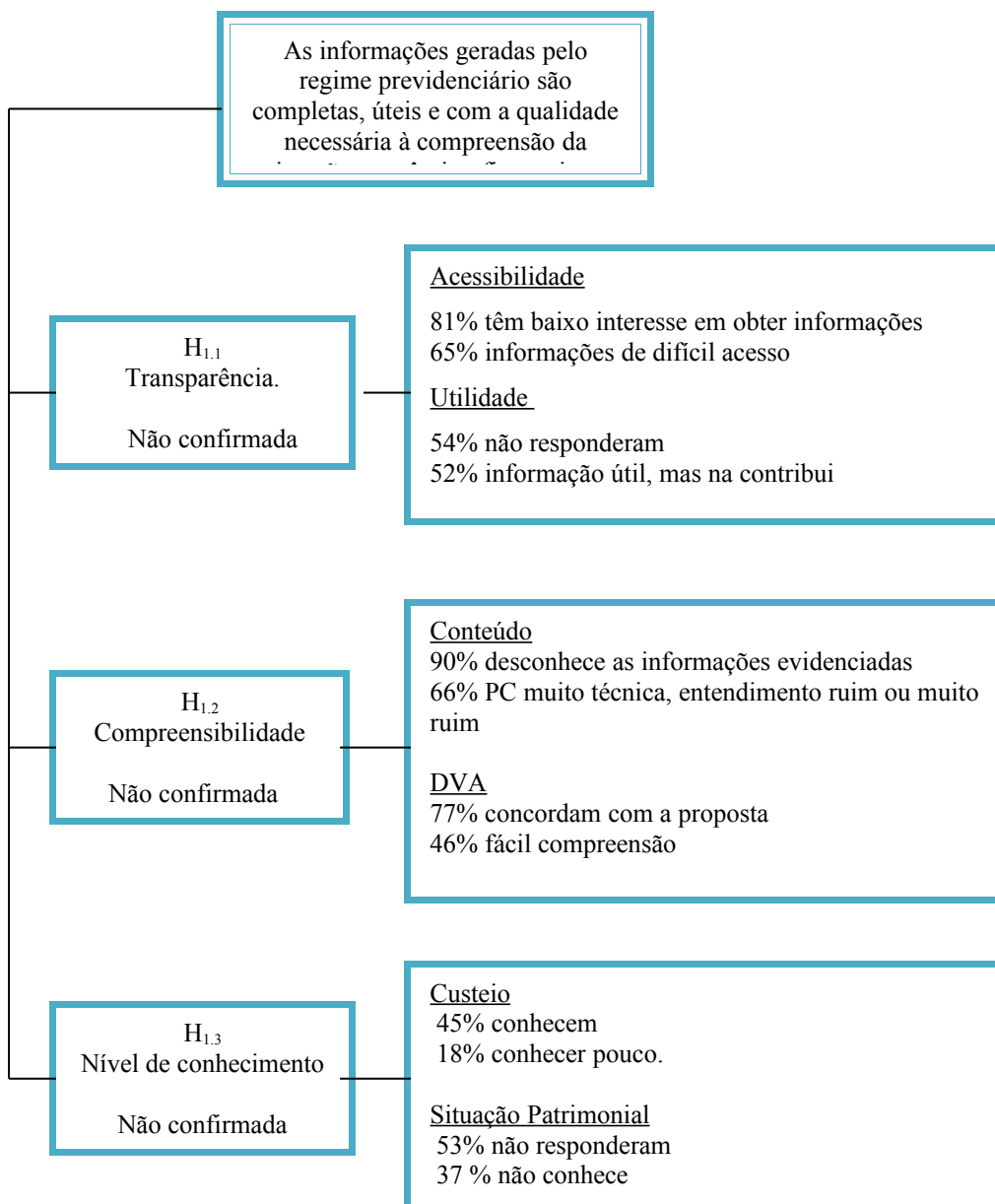


Gráfico 15 – Conhecimento da situação financeira e patrimonial

Desta forma conclui-se que a hipótese $H_{1.3}$ não foi confirmada, ou seja, o servidor municipal desconhece a situação patrimonial e financeira da entidade PREVI-RIO/FUNPREVI, assim como suas fontes de custeio e gastos.

Os resultados da pesquisa podem ser sintetizados como segue:

FIGURA 6 - Resultado da Pesquisa



A importância desta avaliação está relacionada à percepção do servidor quanto ao equilíbrio dos recursos previdenciários. A partir dos dados analisados é possível inferir que ao servidor público municipal faltam motivações que lhes estimulem a conhecer o instituto previdenciário ao qual estão vinculados, principalmente no que se refere às informações financeiras e contábeis as quais, segundo julgamento dos respondentes, não agregam conteúdo, não lhes são de fácil acesso e não proporcionam um amplo conhecimento da entidade.

Esta pesquisa permitiu comprovar os resultados anteriormente obtidos por outros pesquisadores quanto a compreensibilidade da informação por seus vários usuários. A compreensibilidade na área contábil está relacionada a harmonia de significados atribuídos por contadores e usuários aos termos utilizados para codificar os fatos econômicos e financeiros. Quando é observada diferenciação na interpretação destes atores instala-se o ruído comunicacional que prejudica a função principal da contabilidade que é comunicar. Este fato foi apontado por Dias Filho em seu estudo sobre Semiótica aplicada à contabilidade e por Lima (2006) que especificamente estudou a percepção de servidores públicos do Estado de Pernambuco quanto às informações do regime próprio daquele Estado e concluiu que os servidores de Pernambuco não têm acesso às informações gerenciais sobre a previdência de que participam; não compreendem que o órgão para o qual fazem suas contribuições é o atual responsável pelo pagamento futuro de suas aposentadorias; e que a exigência legal de evidenciar informações não garante sua efetivação por parte dos gestores e, mesmo que esteja sendo efetivada, não está atingindo o usuário-servidor-acionista compulsório.

Estas constatações corroboram os resultados aqui expostos e devem servir de alerta aos profissionais contábeis quanto a evidente ineficiência de demonstrações contábeis emblemáticas e herméticas geradas pelos sistemas de contabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo avaliar a compreensibilidade da informação contábil para um segmento de usuário até então pouco explorado: o servidor público. A doutrina contábil e alguns estudiosos contemporâneos têm demonstrado a importância da linguagem para o entendimento da informação contábil por seus diversos stakeholders. Contudo, a literatura volta olhos especificamente para um público ao qual acreditam serem os únicos capazes de compreender as informações e de utilizá-las em suas decisões.

Para o servidor público a possibilidade de compreensão da situação financeira é mais que uma vontade, é uma necessidade. Como acionista compulsório de um sistema não lhe cabe dizer não e simplesmente abdicar da obrigação de contribuir. O sistema previdenciário existe em sua função e por sua contribuição.

Julgar que o servidor pouco ou nada pode fazer com as informações contábeis é reduzir o alcance e finalidade da contabilidade, é menosprezar o poder da comunicação no processo de formação social. A contabilidade é ferramenta imprescindível deste processo na medida em que observa, analisa e controla o ambiente econômico. Quanto ao servidor, a análise é direcionada à sua participação consciente e parceira no processo de formação do patrimônio previdenciário. Se melhor informado pode compreender e compartilhar dos movimentos de ajustes necessários ao equilíbrio da economia. Pode redirecionar as ações dos gestores na medida em que, conhecendo, exigem comprometimento, responsabilidade corporativa, transparência e *accountability*. Ademais, podem optar por realizar investimentos complementares que lhes garantam posições financeiras futuras de acordo com suas expectativas de vida.

Este entendimento aliado a uma frase veiculada pelo PREVI-RIO por ocasião da comemoração de 20 anos de existência da entidade “NOSSO OLHAR É O SERVIDOR” motivou saber se o servidor público vê e compreende a entidade. Desta forma estruturou-se a pesquisa ambientada em um locus previdenciário com foco na compreensão da informação contábil.

Neste sentido, buscou-se na Teoria da Comunicação e na Teoria dos Signos respostas às possíveis causas da dificuldade de interação entre os vários usuários da informação contábil e a fonte da informação, a contabilidade.

Restou esclarecido que a comunicação contábil depende fundamentalmente de dois elementos: o codificador (contador) e o intérprete (o usuário).

Sob o enfoque do contador conclui-se que é imprescindível a capacidade de observação e interpretação dos fatos contábeis a fim de que a codificação da mensagem o evidencie fielmente, assim como a escolha do canal adequado à divulgação. Estes são elementos da comunicação com os quais o contador trabalha e, se mal utilizado, poderão influenciar negativamente na mensagem construída.

Existem duas visões para a estruturação da mensagem contábil. Há autores que afirmam ser a informação contábil um produto destinado a pouco “iluminados”. Desta forma não há o que se preocupar com a construção lingüística e, quiçá, com o canal de veiculação. A informação deve ter a qualidade necessária e exigida pela norma e, ao usuário cabe a responsabilidade pela máxima capacitação. A outra linha de teóricos acredita que a informação contábil é elemento fundamental de informação social. Desta forma, sua elaboração deve primar pela ampla evidenciação dos fatos contábeis observados, garantindo-lhes relevância e transparência. Desta forma, a informação deve conter os elementos essenciais à garantia de sua qualidade, principalmente no atributo compreensibilidade.

A escolha cabe ao contador. Porém o sucesso e as consequências da informação restam à sociedade.

Sob o enfoque do usuário também é observada a necessidade de um mínimo de compreensão quanto a aspectos econômicos e financeiros que favoreçam a compreensão dos fatos observados. Contudo esta compreensão não brota do âmago do usuário. Há que se permitir e contribuir para esta capacitação. Esta “permissão” tanto pode ser iniciativa pessoal do usuário, indo em busca de conhecimento e qualificação como, também, das instituições de ensino que devem contribuir para a formação de pessoas com visão mais ampla e atual da realidade social. Outro agente propulsor deste conhecimento pode ser a

própria entidade previdenciária, que abdicando de uma posição egoísta de atingimento de resultados baseadas em fundamentos teleológicos e normativos, estabeleça um acordo racional com seus clientes/servidores com vistas a construir um processo de recíproca influencia e entendimento.

Nesta linha de ideias esta pesquisa buscou alicerces na Teoria do Agir Comunicativo como inspiração para a proposta de construção de uma contabilidade com linguagem mais palatável ao usuário, especialmente aquele usuário pouco familiarizado com o universo contábil, mas nem por isso menos propenso às suas influencias, o servidor público “acionista compulsório de um sistema previdenciário”.

Desta forma este estudo foi ambientado na previdência social, especificamente na previdência própria dos servidores públicos do município do Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer qual a percepção do servidor público a respeito da qualidade das informações gerenciais que lhe são fornecidas pelos gestores de seu regime previdenciário.

Com base nos constructos *Transparência, Compreensibilidade e Nível de Conhecimento* foi possível traçar o perfil do segurado do regime previdenciário no que concerne a seu grau de conhecimento e de interesse em obter informações geradas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI.

Os resultados revelam que o servidor municipal demonstra um baixo interesse em obter informações do PREVI-RIO/FUNPREVI, principalmente financeiras e contábeis. Este baixo interesse advém de dois fatores: dificuldade de acesso às informações (65% dos respondentes) e pouco conhecimento de temas relacionados ao Instituto tais como fontes de custeio e aplicação dos recursos (62%).

A avaliação do conhecimento do servidor quanto à contabilidade se deu pela verificação de conhecimento destes quanto a termos técnicos usados na elaboração de demonstrativos contábeis. Os resultados foram positivos para termos como receita orçamentária ou de capital, e menos positivos para termos como compensação previdenciária, variação passiva ou mutação patrimonial. Apesar dos resultados os respondentes julgam que as prestações de contas são de difícil compreensão (18%) e pouco auxiliam na tomada de decisões, o que corrobora com as teorias da comunicação discutidas

neste estudo onde ficou claro quanto a necessidade de utilização de palavras menos técnicas como forma de aproximação do usuário à contabilidade. Além disto, estes resultados corroboram com a TAC ao afirmar que a racionalidade está relacionada à forma com que os sujeitos capazes, de linguagem e de ação, fazem uso do conhecimento e não especificamente à aquisição deste.

O baixo interesse dos servidores públicos em obter informações quanto ao PREVI-RIO/FUNPREVI concede ao gestor do sistema ampla liberdade para decidir os rumos que devem ser tomados para a instituição previdenciária. O servidor público precisa tomar conhecimento quanto aos resultados de gestão do sistema previdenciário e para isto são necessárias duas ações: de um lado uma intenção de agir do próprio servidor, tomando para si a responsabilidade pelos rumos do sistema. Do outro lado uma intenção pró-ativa dos responsáveis pela gestão e pela elaboração de informações a serem disponibilizadas para este segmento de usuário.

Como tentativa de esclarecimento e aproximação do usuário aos demonstrativos contábeis foi proposto um modelo de Demonstração de Valor Adicionado o qual obteve boa aceitação por parte dos respondentes: 51% aprovaram o modelo e, 45% entendem que a DVA proporciona melhor compreensão. Habermas afirmou que a acessibilidade à informação deve ser interpretada como compreensão da essência da mensagem. Esta somente poderá ser alcançada na medida em que os diversos atores envolvidos no processo comunicacional contábil voltadas ao entendimento mútuo. O agir comunicativo pressupõe um processo circular entre emissor e receptor por meio de *feedback* e não um processo descendente onde o poder central gera a informação e a distribui sem preocupação com seu destinatário.

Foi observado que a entidade disponibiliza uma série de dados através da *Internet* e mantém um canal de comunicação através da Ouvidoria do Município. Neste contexto duas questões precisam ser avaliadas.

No serviço público municipal ainda existe um número muito grande de *excluídos* do mundo virtual. A massa de servidores não dispõe de computadores e acesso à rede internacional de computadores na mesma medida de sua necessidade. Muitos há que nem ao menos têm computador em seu local de trabalho. E, veicular informação via este meio de

comunicação acreditando que com esta ação está se socializando e oportunizando amplo acesso à informação é ter uma visão muito míope da realidade. Por outro lado as ouvidorias são mecanismos utilizados pelo usuário para solucionar deficiências específicas destes, não sendo este meio a forma adequada para obtenção das informações aqui discutidas.

Assim, como resultado deste estudo conclui-se que a percepção do servidor quanto à qualidade das informações gerenciais produzidas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI é muito ruim. Tendo em vista que cabe à contabilidade prover informações econômico-financeiras que permitam a realização de julgamentos e tomada de decisões consistentes, necessário se faz que os agentes organizacionais envolvidos com a geração destas informações promovam ações reflexivas no intuito de conhecer as necessidades desta classe de usuários, e produzam um conjunto de informações que ampliem o conhecimento do segurado.

Sugere-se, ainda, a ampliação da rede de comunicação através da confecção de material informativo a ser disponibilizado ao segurado/acionista compulsório como forma de redução da assimetria informacional e de ampliação da governança pública.

Durante a execução desta pesquisa foram observados alguns aspectos relacionados ao tema aqui abordado e que não foram tratados em função do escopo definido para a execução desta. Desta forma entende-se que novos estudos precisam ser desenvolvidos para ampliar os resultados aqui demonstrados, abordando-se aspectos qualitativos relacionados a este segmento de usuário da informação contábil. Sugere-se, ainda a realização de pesquisas que visem avaliar:

1. Por que o servidor público não busca informações do RPPS a que está vinculado uma vez que estas são disponibilizadas pela entidade por força de normas legais vigentes;
2. Como a sociedade avalia a gestão dos regimes próprios;
3. Se a sociedade efetivamente se preocupa com a questão previdenciária e em que grau esta preocupação é percebida;
4. Como os órgãos de controle dos RPPS avaliam os relatórios gerenciais emitidos por estes e como os controles são exercidos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Meiriane Nunes. **O PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_148/r148-03.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2008.

AKASHI, Diogo Telles. **REGIME E REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SETOR PÚBLICO: Comentários à Emenda Constitucional nº 41/2003.** São Paulo: Letras Jurídicas, 2005. 182 p. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/2389>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

ATHAYDE, Tarcisio Rocha. **A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA ÁREA SOCIAL NO SETOR PÚBLICO: Estudo de Caso no Município de Luziânia Go.** Brasília, 2002. 94 p. Dissertação – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN. Disponível em: <http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_003.pdf>. Acesso em: 12 set. 2008.

BERLO, David K. **O PROCESSO DA COMUNICAÇÃO: Introdução à Teoria e à Prática.** 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO: Um Recurso Estratégico no Processo de Gestão Empresarial.** 2.ed. São Pulo: Atlas, 2007.

BISPO, Helenilson Santos. **O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: Uma Análise a Partir da Situação de Oito Municípios Baianos.** Salvador, 2004. 199 p. Dissertação de Mestrado – UFBA. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

BOFF, Leonardo. **NOVA ERA: A Civilização Planetária.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOGDANSKI, Joel. **REFORMAS DA PREVIDÊNCIA.** Notas Técnicas nº32, BACEN, 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2002nt32reformasprevidp.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2008.

BORGES, Mauro Ribeiro. **PREVIDÊNCIA FUNCIONAL: Teoria Geral & Critérios de Elegibilidade aos Benefícios Previdenciários à Luz das Reformas Constitucionais.** Curitiba: Juruá, 2006.

_____. **PREVIDÊNCIA FUNCIONAL & REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA.** 1. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR 101,** de 04 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.* Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/lcp101.htm>. Acesso em: 18 out. 2008.

COLLIS, Jill. HUSSEY, Roger. **PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

COOPER, Donald R. SCHINDLER, Pamela S.. **MÉTODOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO**. 7a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DANTAS, José Alves. ZENDERSKY, Humberto Carlos. NIYAMA, Jorge Katsumi. **A Dualidade entre os Benefícios do Disclosure e a Relutância das Organizações em Aumentar o Grau de Evidenciação**. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/>>. Acesso em: 12 out. 2008.

DIAS FILHO, Jose Maria. **A LINGUAGEM UTILIZADA NA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: Uma Análise de sua Compreensibilidade à Luz da Teoria da Comunicação**. Cadernos de Estudos, São Paulo. FIPECAFI, v.13, n. 4, p. 38-49, 2000.

_____; NAKAGAWA, Masayuki. **ANALISE DO PROCESSO DA COMUNICAÇÃO CONTÁBIL: Uma Contribuição para a Solução de Problemas Semânticos, Utilizando a Teoria da Comunicação**. Revista de Contabilidade e Finanças, FIPECAFI, FEA/USP, Ano XII. V.15, n.26, maio/ago 2001, p.42-57.

DUARTE, Soraia. **INFORMAÇÃO S/A: O valor da comunicação para companhias abertas e para investidores**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ECO, Umberto. **Tratado Geral da Semiótica**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

EPSTEIN, Isaac. **Teoria da Informação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FIGUEIREDO, Carlos Maurício. NÓBREGA, Marcos. **O SISTEMA MULTIPILAR E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA: Análise; Perspectivas e Controle**. <<http://www.eclac.cl/ilpes/noticias/paginas/3/19803/13-n-Marcos-n%C3%B3brega-recuper.doc>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

FOLLADOR, Renato. **PREVIDÊNCIA: Um Dia Você Vai Precisar Dela**. Curitiba: Juruá, 2007.

HARPER, David. **FINANCIAL STATEMENTS: Pension Plans**. Disponível em: <www.investopedia.com/university/financialstatements>. Acesso em: 27 jan. 2008.

HABERMAS, Jürgen. **TEORIA DE LA ACCIÓN COMUNICATIVA, I.: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus Humanidades, 1999.

_____. **CONSCIÊNCIA MORAL E AGIR COMUNICATIVO**. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S. VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC. **CÓDIGO DE MELHORES PRÁTICAS**. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>. Acesso em 11 jan 2009.

ILUFI, Oscar Manuel Vergara. **TEORIA DA COMUNICAÇÃO E TEORIA DA SEMIÓTICA: Sua incorporação ao processo de formação universitária do contador no Chile**. CONFERÊNCIA ACADÊMICA PERMANENTE DE PESQUISA EM CONTABILIDADE XI ASSEMBLÉIA ANUAL – TALCA, 2000. Disponível em: <http://www7.rio.rj.gov.br/cgm/comunicacao/textos/conhecimento/arquivos/2003/01.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **TEORIA DA CONTABILIDADE**. 6.ed. São Paulo, Atlas, 2000.

_____; MARION, José Carlos. **INTRODUÇÃO À TEORIA DA CONTABILIDADE PARA O NÍVEL DE GRADUAÇÃO**. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2006.

LAUBÉ, Vítor Rolf. **PREVIDÊNCIA NO ÂMBITO MUNICIPAL**. Disponível em www.senado.gov.br. Acesso em 20 jan. 2008

LIMA, Gerlano Augusto S. Franco de. **UTILIZAÇÃO DA TEORIA DA DIVULGAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES DO NÍVEL DE DISCLOSURE COM O CUSTO DAS DÍVIDAS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS**. Dissertação de Mestrado disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-26112007-165145/>. Acesso em 11 out 2008.

LIMA, Magna Regina dos Santos. **GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ACESSO E A COMPREENSÃO DOS SERVIDORES FRENTE AS INFORMAÇÕES GERENCIAIS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**. Dissertação de Mestrado – UFPe. Disponível em: www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado. Acesso em 25 mai 2007

Ministério da Previdência Social. **LIVRO BRANCO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br>. Acesso em 20 dez 2007

MALHOTRA, Naresh K. **PESQUISA DE MARKETING: uma orientação aplicada**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006

Ministério da Previdência Social. **REGULAMENTAÇÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA**. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br>. Acesso em 11 mar. 2007

MOORE, David S. McCABE, George P. DUCKWORTH, William M. SCLOVE, Stanley L. **A PRÁTICA DA ESTATÍSTICA EMPRESARIAL: Como usar dados para tomar decisão**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

MOREIRA, Antonio C. PEREIRA, A, Antonio G. **A CONTABILIDADE E A INTANGIBILIDADE DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS PRESENTES E FUTUROS PARA A "CIÊNCIA DOS NÚMEROS"**. Cadernos BAD 2 2004. Disponível em: http://www.apbad.pt/Edicoes/Edicoes_Cadernos.htm Acesso em 20 nov.2008

NETTO, J. Teixeira Coelho. **SEMIÓTICA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

NAJBERG, Sheila. IKEDA, Marcelo. **PREVIDÊNCIA NO BRASIL: DESAFIOS E LIMITES**. 2008. Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_08.pdf. Acesso em 24 jan. 2009

NICHOLSON, Brian. **A PREVIDÊNCIA INJUSTA: COMO O FIM DOS PRIVILÉGIOS PODE MUDAR O BRASIL**. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de. BELTRAO, Kaizô Iwakami . FERREIRA, Mônica Guerra. **REFORMA DA PREVIDÊNCIA. Texto para discussão N° 508**, IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em 26 jan. 2008.

PEREIRA, Claudia Catarina. FRAGOSO, Adriana Rodrigues. RIBEIRO FILHO, José Francisco. **COMUNICAÇÃO EM CONTABILIDADE: ESTUDO COMPARATIVO DO NÍVEL DE PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM FLORIANÓPOLIS (SC) E RECIFE (PE) SOBRE A UTILIDADE DAS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS NO PROCESSO DE EVIDENCIAÇÃO**. Disponível em www.scholar.google.com.br. Acesso em 12 mai 2008.

PEREIRA JUNIOR, Aécio. **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDENCIA SOCIAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS**. Disponível em: [HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto) Acesso em 21 jan. 2009.

Pronunciamentos CPC Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>. Acesso em 27 out. 2008

SANTAELLA, Lúcia. **O QUE É SEMIÓTICA**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCANTIMBURGO. João de. **IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA CLT**. Disponível em: http://www.dcomercio.com.br/especiais/outros/digesto/digesto_05/clt.htm. Acesso em 13 jun.2008.

SCHWARZER, H. **ALGUMAS ANOTAÇÕES SOBRE EQUÍVOCOS CONCEITUAIS NA DISCUSSÃO DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS NA AMÉRICA LATINA. REFORMA PREVIDENCIÁRIA – VETORES DO DEBATE CONTEMPORÂNEO**, São Paulo, Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer, 1999. (Série Debates, n. 19).

SILVA, Benedito G. da. **SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO COM ADMINISTRADORES NA REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO**. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP, São Paulo, 1995.

SILVA, Ademir Alves da. **A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ENTRE O DIREITO SOCIAL E O MERCADO**. São Paulo Perspectiva. vol.18 no.3 São Paulo July/Sept. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24775.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2007.

SILVA, Fabiana Lopes da. CHAN, Betty Lilian. MARTINS, Gilberto de Andrade. **UMA REFLEXÃO SOBRE O EQUILÍBRIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER PREVIDENCIÁRIO A PARTIR DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DOS FUNDOS DE PENSÃO. RIC/UFPE - Revista de Informação Contábil Vol. 1, no 1 p. 69-87, set/2007. Disponível em:

www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/rt/metadada/15/0. Acesso em: 25 abr 2008

STEVENSON, William J. **ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO.** 2 ed. São Paulo: Ed. HABRA, 1986.

TAFNER, Paulo. **Seguridade e Previdência: Conceitos Fundamentais.** In: TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fábio. **PREVIDÊNCIA NO BRASIL: DEBATES, DILEMAS e ESCOLHAS.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007, p. 29-63. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros>>. Acesso em 13 jun.2007.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. VIANA, Aurelina Laurentina. **Evidenciação: forma e qualidade.** Disponível em: www.cfc.org.br/uparq/RBC134.pdf. Acesso em 12 out 2008.



APÊNDICE 1 - Questionário

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -UERJ FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - FAF MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prezado (a) Sr. (a) Servidor (a) Público(a) do Município da Cidade do Rio de Janeiro

Sou servidora do Município do Rio de Janeiro e mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na área de Controle de Gestão. Em decorrência de meus estudos, devo realizar esta pesquisa cujo objetivo é avaliar qual a percepção do servidor público a respeito da qualidade das informações gerenciais que lhe são fornecidas pelos gestores de seu regime previdenciário? A finalidade da pesquisa é verificar o nível de transparência na divulgação de informações econômico-financeiras obrigatórias por parte do regime previdenciário; se as informações prestadas pelo regime previdenciário são oportunas e tempestivas; e se o servidor público municipal compreende as Demonstrações Contábeis elaboradas por seu regime previdenciário.

Para tanto, solicito seu auxílio **concordando** em responder as perguntas do questionário abaixo, **somente se você for servidor ativo ou servidor aposentado na ativa.**

No questionário **não será identificado o respondente**. As suas respostas serão analisadas em **caráter confidencial** e serão utilizadas somente com o **propósito de pesquisa**. Por este motivo gostaria que as respostas fossem as mais completas e sinceras possíveis.

Sua participação é muito importante.

Você poderá contribuir para a melhoria da comunicação entre o seu instituto previdenciário e você servidor municipal, dispondo de 10 minutos de seu tempo para responder a este questionário.

Cordialmente,

Cláudia Lima Félix

Concordo

Não concordo

PERFIL DO RESPONDENTE

Parte I - Situação Funcional:

Servidor Ativo Servidor Aposentado na ativa Celetista ou em outra situação

Caso seja “Celetista ou em outra situação”: Prezado funcionário, agradeço sua colaboração, mas o público-alvo desta pesquisa é exclusivo para servidores ativos ou aposentados na ativa.

Secretaria em que trabalha: _____.

Parte II – Perfil Sócio-econômico

Complete com a opção que corresponda ao seu perfil:

1. Idade

até 20 21 - 30 31 - 40 41 - 50 51 – 60 acima de 61

2. Sexo Feminino Masculino

3. Estado Civil

Solteiro(a) Casado(a) Viúvo(a)

Separado(a)/ Divorciado(a) União Estável

4. Possui filhos?

Sim Quantos? _____

Não

5. Formação acadêmica

Ensino Fundamental (antiga 1ª a 8ª série)

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Superior Completo e com Pós Graduação

6. Tempo no Serviço Público: _____ anos.

Parte II – Questionário

7. Você **recebe/ busca** informações sobre o PREVI-RIO/FUNPREVI?

Nunca Raramente Às vezes Quase sempre Sempre

8. Na relação abaixo marque com um X a(s) informação (s) que você **recebe/ busca** sobre o PREVI-RIO/FUNPREVI?

- Benefícios assistenciais
- Financiamento imobiliário
- Aposentadorias e pensões
- Informações financeiras
- Informações contábeis

As questões 9 a 16 apresentam uma escala de valores onde você deverá atribuir uma nota, de acordo com seu grau de entendimento.

9. A sua compreensão a respeito do conteúdo das informações que você recebe ou busca sobre seu regime previdenciário é:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DESCONHEÇO O ASSUNTO	MUITO RUIM									EXCELENTE

10. Em relação à utilidade das informações que recebe/busca do PREVI-RIO/FUNPREVI, você poderia dizer que estas são:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
INÚTEIS									UTEIS

11. Essas informações contribuem para você formar/melhorar a opinião sobre a situação financeira do seu instituto de previdência?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
NÃO CONTRIBUEM									CONTRIBUEM MUITO

12. Qual o seu conhecimento a respeito da informação abaixo?

O Regime de Previdência do servidor do Município do Rio de Janeiro é denominado FUNPREVI e é gerido pelo PREVI-RIO. Pela gestão do FUNPREVI, o PREVI-RIO recebe, mensalmente, a título de taxa de administração, um percentual de 1% (um por cento) da despesa de pessoal do Município. Parte destes recursos é utilizado pelo Instituto para custear benefícios assistenciais tais como auxílio natalidade e assistência financeira.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DESCONHEÇO TOTALMENTE									CONHEÇO TOTALMENTE

13. As Prestações de Contas do PREVI-RIO/FUNPREVI apresentam a situação patrimonial e financeira do instituto em determinada data. Este é um assunto conhecido para você?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DESCONHEÇO	DISCORDO								CONCORDO	
O ASSUNTO	TOTALMENTE								TOTALMENTE	

14. Estas informações são úteis, relevantes e precisas, contribuindo para o seu conhecimento da gestão econômico-financeira do seu sistema de previdência.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	DISCORDO								CONCORDO	
	TOTALMENTE								TOTALMENTE	

15. Em relação às prestações de contas é possível afirmar que você tem dificuldade em compreender visto que as mesmas são altamente técnicas.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DESCONHEÇO	DISCORDO								CONCORDO	
O ASSUNTO	TOTALMENTE								TOTALMENTE	

16. Em relação às prestações de contas sobre a gestão de seu regime previdenciário é possível dizer que são de fácil acesso.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DESCONHEÇO	DISCORDO								CONCORDO	
O ASSUNTO	TOTALMENTE								TOTALMENTE	

Quais dos termos técnicos contábeis apresentados abaixo você compreende o significado?

Indique na relação marcando: (1) para SIM e (2) para NÃO.

- | | |
|----------------------------------|------------------------------------|
| 17. () Receita Orçamentária | 18. () Receita Corrente |
| 19. () Receita de Contribuições | 20. () Receitas Patrimoniais |
| 21. () Receita de Capital | 22. () Mutação Patrimonial |
| 23. () Depreciação | 24. () Compensação Previdenciária |
| 25. () Despesa Orçamentária | 26. () Despesa Corrente |
| 27. () Repasses Recebidos | 29. () Inversões Financeiras |
| 29. () Restos a Pagar | 30. () Variações Passivas |

32. É o tipo de informação que eu deveria receber com frequência.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DISCORDO									CONCORDO
TOTALMENTE									TOTALMENTE

33. Essas informações são de fácil entendimento.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DISCORDO									CONCORDO
TOTALMENTE									TOTALMENTE

Obrigada por compartilhar seu tempo comigo e por ter respondido a este questionário. Suas respostas poderão auxiliar na melhoria nas informações geradas pelo PREVI-RIO/FUNPREVI, assim como a comunicação com você servidor municipal.

Cláudia Lima Félix

NOTAS:

ⁱ Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, tem como objetivo "*o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais*".

ⁱⁱ Tratado de paz assinado pelas nações européias com o objetivo de encerrar oficialmente a Primeira Guerra Mundial.

ⁱⁱⁱ Frei Beto- frade dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, foi um dos líderes do Fome Zero, principal programa social do primeiro mandato do presidente Lula. Durante dois anos, foi assessor especial da presidência e coordenador de mobilização social para o Fome Zero.

^{iv} Ontológico – aquele que tem uma natureza comum, inerente a todos.

^v Antanho – advérbio que significa no ano anterior, em períodos passados.

^{vi} A Psicologia da forma, Psicologia da **Gestalt**, Gestaltismo ou simplesmente *Gestalt* é uma teoria da psicologia que considera os fenômenos psicológicos como um conjunto autônomo, indivisível e articulado na sua configuração, organização e lei interna. A teoria foi criada pelos psicólogos alemães [Max Wertheimer](#) (1880-1943), [Wolfgang Köhler](#) (1887-1967) e [Kurt Koffka](#) (1886-1940), nos princípios do século XX. Funda-se na ideia de que o todo é mais do que a simples soma de suas partes. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gestalt>

^{vii} Vide FELIX, Claudia Lima. ALVES, Francisco José dos Santos. SILVA, Lino Martins da. CARVALHO, Vania Silva da. Em busca da harmonização das normas contábeis para o setor público: uma comparação entre Balanços Patrimoniais segundo a Lei 4320 e a IPSAS1. ANAIS do EnAPG 2008.